



protcentro

plano regional do ordenamento
do território do **centro**

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA - MODELO TERRITORIAL

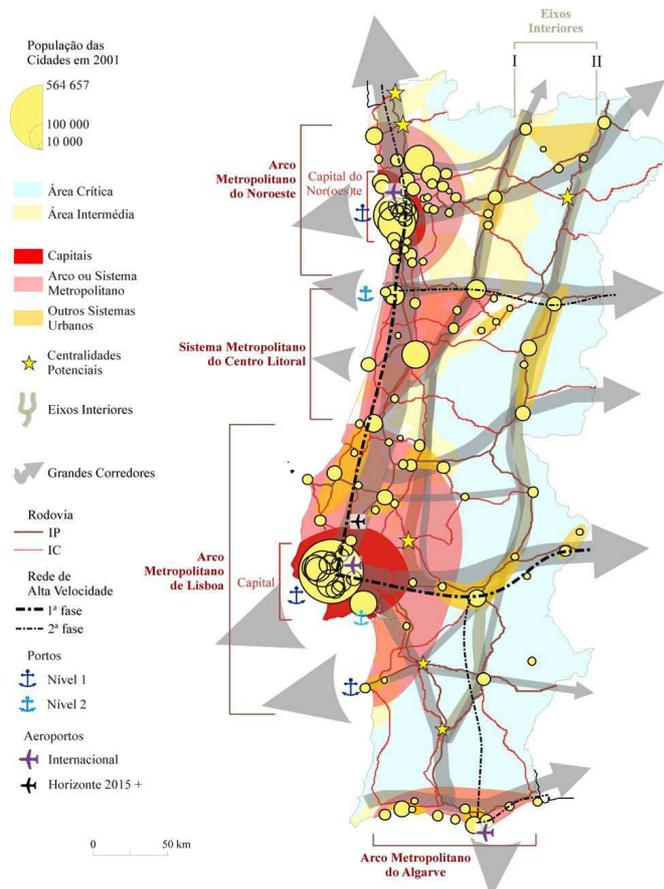
CEAU-FAUP

Janeiro 2008

Índice

| | |
|--|-----------|
| I Modelo Territorial – relatório síntese | 3 |
| A. Modelo Territorial – Síntese da caracterização por grupos de variáveis | 9 |
| A.1. Textura: Texturas biofísicas | 11 |
| A.2. Textura: Demografia e Povoamento..... | 15 |
| A.3. Estrutura: Nucleações urbanas; concentração de emprego; rede viária arterial | 18 |
| A.4. Estrutura: Nucleações urbanas, redes e hierarquias; relações funcionais | 20 |
| A.5. Relações institucionais; associativismo..... | 25 |
| B. Cartas de Síntese Intermédia | 27 |
| C. Elementos para a síntese do Modelo Territorial..... | 33 |
| D. Modelo Tendencial – Unidades Territoriais (síntese analítica), CMC de 27/6/2007 | 35 |
| D.1. Estrutura – Sistemas Estruturantes de Povoamento | 37 |
| D.2. Textura – Unidades Biofísicas e Quadro de Referência Ambiental..... | 43 |
| D.3. Sobreposição (simplificada) “Textura/Estrutura” | 47 |
| II Enfoques sub-regionais da Região Centro | 48 |
| A. Enfoque sub-regional da Beira Litoral | 49 |
| A.1. Sistema Urbano de Coimbra - Figueira da Foz / Baixo Mondego..... | 51 |
| A.2. Sistema urbano de Aveiro - Baixo Vouga | 55 |
| A.3. Sistema Urbano Leiria - Marinha Grande / Pinhal Litoral..... | 59 |
| B. Enfoque sub-regional da Beira Alta / Planalto Beirão | 62 |
| B.1. Sistema Urbano de Viseu..... | 64 |
| C. Enfoque sub-regional da Beira Interior..... | 66 |
| D. Enfoque sub-regional da Serra da Estrela e Pinhal Interior | 74 |
| III Normas referentes ao Povoamento e Ordenamento | 82 |
| A. Objectivos urbanísticos | 82 |
| B. Esquemas de Coerência Territorial (ECT)..... | 85 |
| C. Normas..... | 89 |
| D. Nota explicativa sobre a regulação nos PROT | 101 |

I Modelo Territorial – relatório síntese



À escala nacional, a Região Centro é apresentada como um território de charneira entre o Norte e o Sul, e entre o Litoral e o interior.

Destaca-se o corredor litoral pela sua posição entre as aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, e por ser uma área densamente povoada e infraestruturada onde se localizam as principais plataformas nacionais de relacionamento. Neste corredor litoral está cerca de 56% da população residente da Região Centro, as principais polaridades urbanas e a maior concentração de emprego industrial e terciário. A denominação dada ao “Sistema Metropolitano do Centro Litoral”, sem capitalidades assinaladas, corresponde mais a uma mancha de povoamento cujas principais aglomerações produtivas industriais estão situadas nas margens – em torno de Aveiro e de Leiria/Marinha Grande – e, no caso de Aveiro, muito pressionadas por um relacionamento preferencial a Norte com a aglomeração metropolitana do Porto.

Com uma importância menor, o eixo interior do IP2 unindo as capitalidades distritais de Beja a Bragança, encontra aqui um segmento importante de relação envolvendo Castelo Branco, Covilhã/Fundão e Guarda. Estas três aglomerações, espaçadas e inseridas em territórios

relativamente esvaziados, coincidem com as principais concentrações industriais e de serviços e com o ensino superior. Covilhã, sem ter estatuto de capitalidade distrital, acaba por ter uma importância equivalente à Guarda e Castelo Branco. O traçado transversal do IP5 entre Aveiro e a Guarda – sublinhado por uma ligação prevista na RAVE, constitui uma ligação de interesse nacional e ibérico. Guarda é a rótula fronteira desta relação. A Sul, a ligação pelo IP6 e por Castelo Branco IP2 e pelo IC31 sublinha outra relação transversal importante, embora com um potencial nacional e regional menor que a primeira.

Resta o posicionamento de Coimbra e de Viseu.

Coimbra, com uma posição estratégica no corredor litoral, acumula uma boa acessibilidade na relação com a Figueira da Foz e, a NE, com Viseu pelo IP3 que por sua vez liga com Vila Real, Chaves e Espanha. Esta ligação alternativa à do litoral está representada no limite de um “triângulo” que assinala um “Arco ou Sistema Urbano” com os vértices em Aveiro, Viseu e Leiria/Marinha Grande. De facto, esta mancha possui um vazio demográfico no seu interior – os maciços montanhosos do Caramulo/Buçaco – que dá mais consistência aos lados e aos vértices do que ao interior do dito triângulo. Coimbra, por força da história e da sua especialização funcional terciária altamente aglomerada na cidade, é sobretudo um pólo de serviços de forte influência regional (ensino superior, saúde, administração) com uma reduzida contiguidade de povoamento na sua imediata periferia. A importância dada ao porto da Figueira não se tem confirmado, dada a cada vez maior concentração nos portos de Lisboa, Sines e Leixões.

Viseu ocupa uma posição geográfica da maior importância para o equilíbrio da região e para a sustentação do desenvolvimento da Beira Alta. O traçado do IP5 e do IP3, a boa posição na plataforma do Mondego e do Dão, são reforçadas pelo dinamismo recente de aglomerados próximos como Mangualde e Tondela, S. Pedro do Sul e Nelas. Por força do investimento na rede rodoviária arterial e devido ao efeito de barreira da Serra da Estrela, esta constelação urbana em formação terá uma tendência para se articular funcionalmente com a corda das cidades da “Estrada da Beira” – Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, divididos por duas NUT distintas.

As grandes assimetrias geográficas da Região Centro (ambientes biofísicos e povoamento e dinâmicas sócio-demográficas) possuem o seu ponto crítico na extensa área que é assinalada como “Área Crítica”, onde coincidem rarefação urbana, baixa densidade e despovoamento. O processo de “desruralização” – desagregação dos sistemas tradicionais agrícolas e silvo-pastoris e perda e envelhecimento demográficos -, toca profundamente estas regiões onde outras oportunidades económicas no campo do turismo TER ou dos produtos DOC não constituem ainda alternativa suficientemente importante para inverter o despovoamento. Genericamente, o processo do despovoamento generalizado acompanhou-se do reforço demográfico e, sobretudo, funcional das sedes concelhias que assim tomam uma importância crescente no seu papel de ancoragem do desenvolvimento local.

Resumindo, existem no PNPOP cartografias distintas que respondem a formas de caracterização e de enunciado de estratégias para a Região:

- . uma é uma cartografia de “estruturas territoriais” que constituem o essencial da armadura urbana e da infra-estruturação do território (rede viária arterial, interfaces logísticas, infra-estruturas energéticas, etc.). As principais aglomerações de actividade económica, serviços e indústria, coincidem com esta estrutura;

- . outra, diferente, é a “textura do território” que assinala factos e processos de natureza extensiva e dimensão/contexto muito variável: recursos hídricos, agricultura, floresta, valores ambientais, ambientes biofísicos e paisagísticos, potencial turístico, etc.

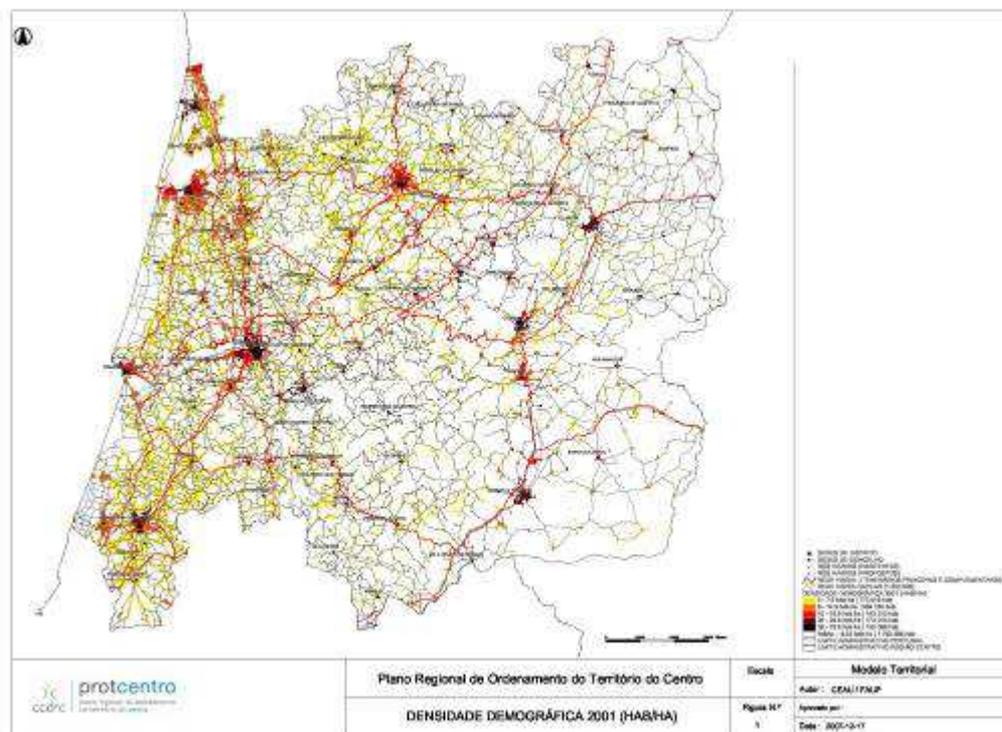
O desígnio do aprofundamento e do reforço do policentrismo e das principais âncoras territoriais do desenvolvimento (comunicações, sistemas e redes de inovação, interfaces logísticas) inscrevem-se no mapa da estrutura do território. Sobre esta questão colocam-se dois cenários distintos:

- . um desígnio de policentrismo assente nas principais âncoras urbanas e funcionais – a rede urbana estruturante de que já se falou acima;

- . um outro patamar/rede de centros menores que são especialmente importantes nas áreas rarefeitas e em perda, os territórios críticos da baixa densidade.

A questão da dispersão urbana – do seu controlo e qualificação -, pode caber no desígnio genérico enunciado no PNPOP, “ordenar os territórios urbanos e, em particular, qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos”. A questão é que a dicotomia centro histórico/periferia da cidade é demasiado redutora para a caracterização e a intervenção nos territórios da urbanização extensiva entre-cidades, sobretudo no Litoral: Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral. As dinâmicas recentes da construção nesta área assentaram numa multiplicidade de lógicas, entre elas: o efeito da proximidade às aglomerações urbanas principais por contiguidade e mancha de óleo; o crescimento em torno de polaridades industriais/actividades económicas mais ou menos dispersas no território; a densificação ao longo da rede de estradas nacionais e, finalmente, as novas pressões junto dos nós de acesso à rede viária arterial. No conjunto, o resultado combinado destas dinâmicas acentuou o conflito sobre usos do solo (envolvendo solo agrícola e recursos biofísicos como a água) em extensas manchas que já não se podem caracterizar como “urbanas” ou “rurais”, no sentido convencional destes conceitos. O PROT terá que equacionar melhor esta questão, dado o seu carácter estrutural e a necessidade de adaptar estratégias de ordenamento mais realistas e eficazes, no sentido de diminuir o conflito entre cargas urbanas e usos distintos; aumentar a qualidade e a funcionalidade destes espaços; e gerir os conflitos ambientais decorrentes.

O tema da rarefacção, da baixa densidade, i.e., das tensões criadas pelo processo de “desruralização”, devem merecer também uma atenção especial uma vez que tocam uma multiplicidade de desígnios nem sempre fáceis de compatibilizar: desenvolvimento rural, turismo, defesa de valores patrimoniais e paisagísticos, re-estruturação das redes de equipamentos e de



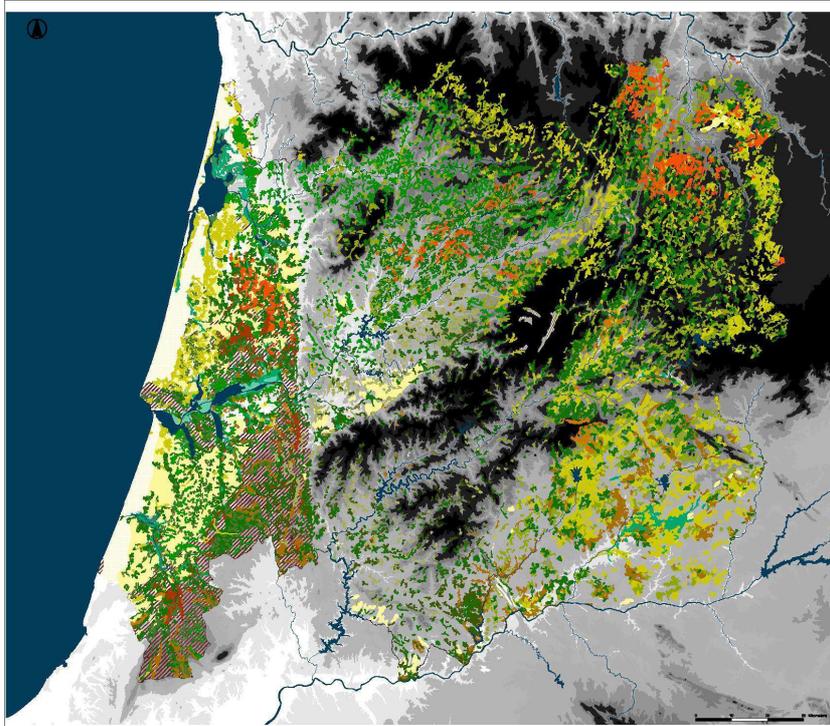
Fonte: PROTC – Modelo Territorial

As cartas representam a diversidade dos padrões de povoamento na Região Centro, cartografado com base na continuidade construtiva. Note-se: a complexidade das formas de urbanização difusa na Beira Litoral e no sistema urbano em torno de Viseu; a malha rarefeita do povoamento nas NUT Pinhal Interior, Serra da Estrela, Pinhal Interior; a descontinuidade no Caramulo/Buçaco; a relação entre a malha viária capilar e o povoamento; a tendência combinada entre o decréscimo demográfico e o reforço das sedes de concelho.

Este tipo de considerações envolve a discussão sobre os “espaços da região”, agrupados por NUT III, tal como estão no PNPOP: Centro Litoral, Dão-Lafões, Beira Interior, Pinhal Interior. Esta geometria das NUT III revela-se, por vezes, demasiado rígida. Uma unidade paisagística e identitária como a Serra da Estrela está espartilhada por três NUT, e Manteigas, um concelho completamente serrano, está incluído na NUT Beira Interior Norte. A unidade geográfica da Beira Alta/Plataforma do Mondego possui também problemas idênticos, mais os que decorrem de unidades administrativas ainda activas, como os distritos. Qualquer que seja a questão, trata-se de encontrar geografias pertinentes que representem aquilo que é julgado prioritário num PROT e que não poderá caber nunca numa única cartografia de unidades territoriais supostamente homogéneas (ou coesas, se o critério for funcional, derivado da importância das relações) e adaptadas a qualquer política e arquitectura institucional. Entrar à cabeça com delimitações de municípios e de NUT III ou outras divisões que

decorrem exclusivamente de critérios administrativos, pode produzir bastante ruído de fundo na clareza das questões analisadas.

Fig.2 – Texturas biofísicas da Região Centro



Fonte: PROTc – Modelo Territorial

A carta representa uma mistura de indicadores dos grandes contrastes biofísicos da Região Centro (relevo, hidrografia, usos agrícolas dominantes; e terrenos arenosos, calcários e argilosos da Orla Meso-cenozóica). Note-se a relativa clareza do recorte da Beira Litoral (e a individualidade da Ria de Aveiro, do Campo do Mondego e do Campo do Liz; o cordão dunar e a transição para os terrenos argilosos); a definição da Plataforma do Mondego com as suas bordaduras montanhosas; a Cordilheira Central; na Beira Interior, o contraste entre a Beira Transmontana, alta e planáltica, e a Beira Interior Sul nas “campinas” que drenam para o Tejo.

Face a esta questão das “geometrias variáveis” das representações cartográficas e das suas escalas e temas, optou-se, como já foi referido, por analisar independentemente as “estruturas” e as “texturas”, privilegiando, no primeiro caso, os indicadores da carga urbana e infra-estrutural (povoamento, emprego, nucleações urbanas, concentrações funcionais, rede viária arterial) e, no segundo, os indicadores dos ambientes biofísicos. Não haverá, assim, um único “modelo territorial” do PROTc, mas sim duas cartas de síntese que enquadrarão as principais estratégias de desenvolvimento/ordenamento.

A. Modelo Territorial – Síntese da caracterização por grupos de variáveis

O conjunto de cartas que se apresenta de seguida constituem o resumo analítico do conjunto de variáveis que foram usadas para a caracterização da região centro – Modelo Territorial.

A complexidade e a extensão das formas de povoamento e, genericamente, da territorialização da sociedade e da economia da Região Centro, implicou a produção de inúmeros cartogramas que são agrupados em dois grupos: textura e estrutura.

A “textura”, enfatiza os indicadores de carácter extensivo referentes à Geografia Física, combinando grandes permanências naturais (relevo, rede hidrográfica, climas), com traços de paisagem, com os principais usos agrícolas e florestais e destacando as áreas sujeitas a regimes de protecção por via da sua valia ambiental (ver relatório da ERPVA).

A “estrutura” subdivide-se em três subgrupos: demografia, emprego e polaridades urbanas e infra-estruturas arteriais de mobilidade.

Na Beira Litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral), a dominante da urbanização e da industrialização difusas e o elevado grau de promiscuidade e de retalhamento do solo de uso agrícola, bem como os conflitos de uso do solo em zonas de elevada sensibilidade ambiental (caso da Ria de Aveiro, p.e.) constituem o tema de mais difícil comunicação porque:

- exige a superação da velha dicotomia rural/urbano. Estas categorias já não são oponíveis (nem geograficamente, nem sociologicamente). A agricultura cobre hoje um larguíssimo espectro que vai desde a “desruralização” (desestruturação e abandono das práticas e sistemas tradicionais de agricultura, e declínio da população dita rural) das áreas mais montanhosas, à mistura com a urbanização e com a industrialização, ou à especialização e empresarialização (casos do leite, vinho, pomares e hortícolas). A globalização dos mercados de produtos agrícolas evoluiu rapidamente sobre a inércia de uma agricultura tradicional que ou não se reconverteu ou se manteve precariamente, acompanhando a emigração e o esvaziamento demográficos. O pós-moderno seguiu-se ao pré-moderno praticamente sem modernização;

- exige vários entendimentos do que é o urbano porque a urbanização desde há muito que transbordou as “cidades”. Aglomeração (na expansão imediata dos aglomerados antigos ou em núcleos mais recentes, ao longo das estradas nacionais, junto dos nós das auto-estradas) e dispersão coexistem em padrões extensos de urbanização mais ou menos densos e misturando actividades e usos, e com diferentes graus de conflito face a determinados valores ambientais e paisagísticos;

- exige ultrapassar determinados conceitos que vêm do passado recente – como hierarquia urbana e zonamento monofuncional e segregador. A lógica hierárquica cruza-se com

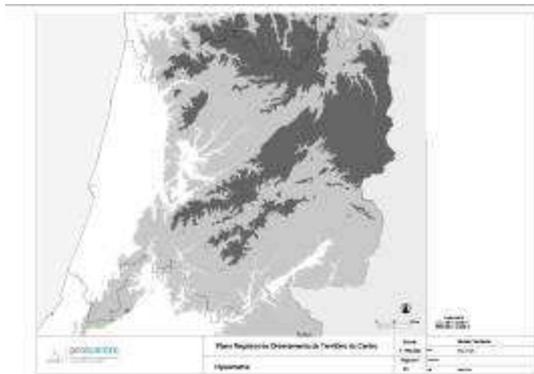
especializações e dependências mútuas, facilitadas pela proximidade e pela velocidade das conexões; as aglomerações funcionais localizadas nos aglomerados históricos ou nas suas imediações, convivem com outras lógicas de localização. A aglomeração funcional não é acompanhada na mesma proporção de aglomeração residencial porque a facilidade da mobilidade resolve o que antes tinha que existir próximo e aglomerado. A indústria espalha-se no território facilitando a proximidade entre o trabalho e a residência. As novas zonas de actividades procuram os nós viários principais. Comércio e restauração acompanham a urbanização linear ao longo das estradas.

O zonamento monofuncional não se adapta nem à leitura nem à regulação da promiscuidade tradicional entre usos agrícolas e outros no mesmo lote. A predominância do minifúndio sempre acompanhou a proliferação de freguesias, lugares, quintas e casais mais ou menos isolados; e as maiores densidades demográficas sempre coincidiram com os melhores solos agrícolas. O processo antigo de ruralização e de urbanização do território deixaram uma extensíssima rede de vias (dos caminhos às velhas estradas nacionais) que caracteriza a porosidade do território e que constituiu o suporte infra-estrutural suficiente para o surto de construção dos anos 60. Uma velha parcela agrícola com uma casa nova pode significar o re-uso agrícola do lote de uma forma mais intensa (pomar e horta). Esta questão complica a gestão dos conflitos pelo uso e predação de recursos naturais (solo e água), embora o equilíbrio se possa atingir no mesmo lote.

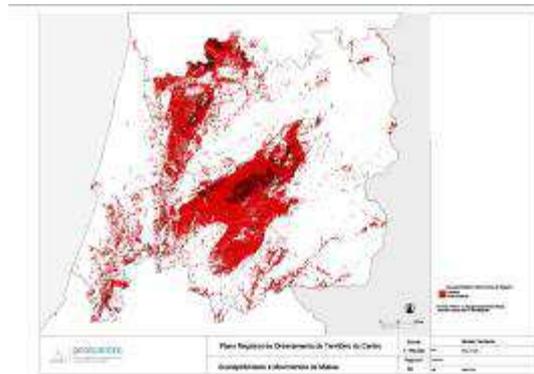
Mais do que a oposição cidade/campo, o que de facto existe é uma generalizada urbanização que se desdobra em escalas, morfologias e diversidades funcionais muito distintas.

Por outro lado, na vastidão das áreas de serra e planaltos da Beira, o processo de “desruralização” (abandono das práticas tradicionais da agricultura, decréscimo populacional, envelhecimento e rarefacção do povoamento), produz uma grande instabilidade nas permanências que caracterizavam as paisagens rurais tradicionais: desde o abandono puro e simples, à transformação para usos extensivos (pastagens, floresta), à intensificação e especialização (pomar, regadio, vinha, etc.), ou a pressão para uso turístico (TER), etc., existe um sem número de novos problemas para a regulação de usos do solo em face das novas “aptidões” (procuras sociais para segunda habitação e turismo, inovações tecnológicas nos modos de produção agrícola, pecuário e florestal, imperativos de preservação ou de regeneração ambiental e paisagística, etc.). Nem a dicotomia rural/urbano responde a estas questões, nem existe consenso suficiente para os modos de regulação das novas transformações onde, genericamente, a agricultura já não é o recurso dominante da economia (ainda dita rural).

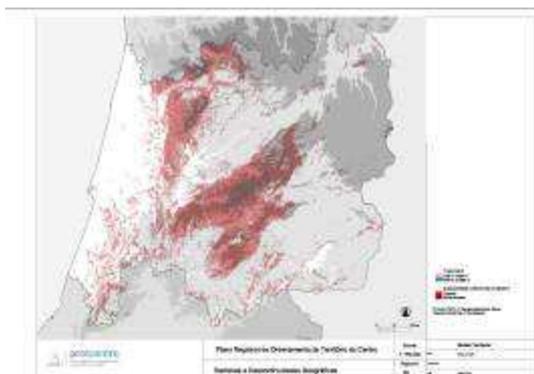
A.1. Textura: Texturas biofísicas



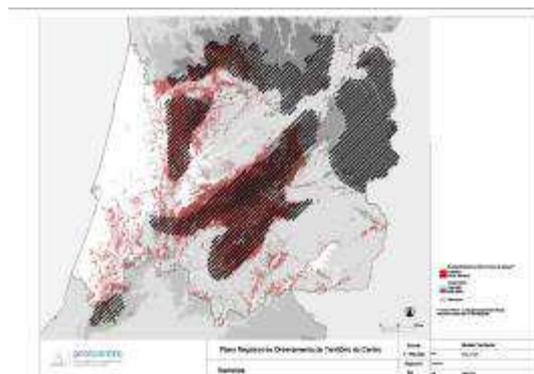
B1 - HIPSOMETRIA



B2 – SUSCEPTIBILIDADE A MOVIMENTOS DE MASSA



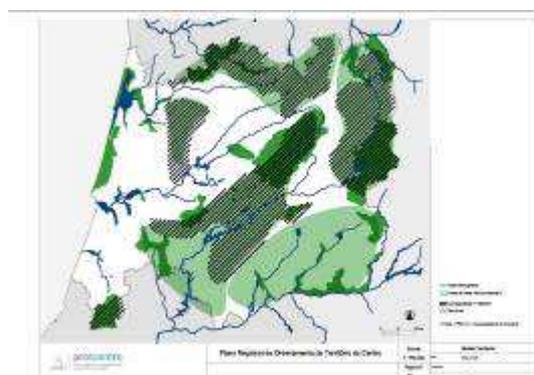
B3 – BARREIRAS E DESCONTINUIDADES GEOGRÁFICAS



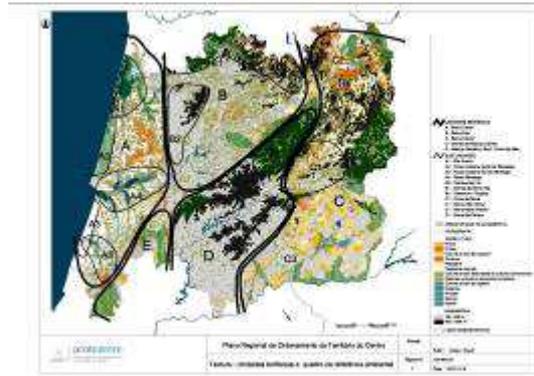
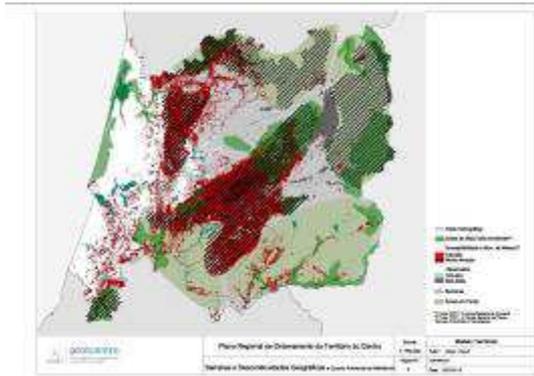
B4 - BARREIRAS



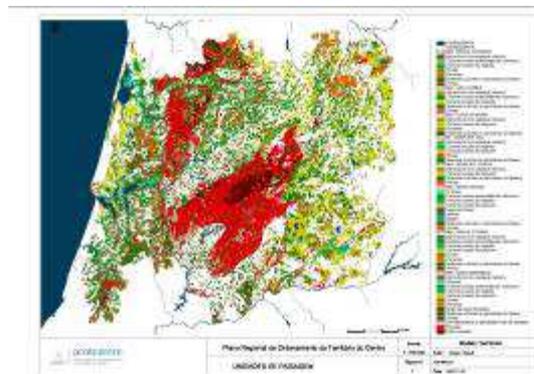
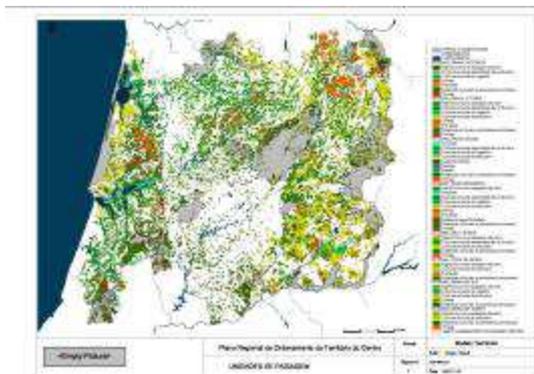
B5 - BARREIRAS



B6 - BARREIRAS

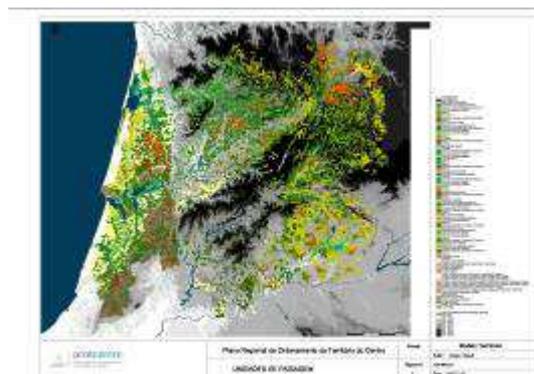
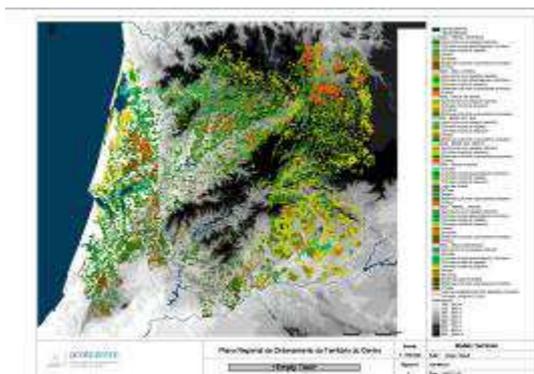


B7 – BARREIRAS - SÍNTESE



B3.1 – USOS AGRÍCOLAS DOMINANTES

B3.2 – USOS AGRÍCOLAS + VERTENTES



B3.3 – USOS AGRÍCOLAS + HIPSOMETRIA

B3.4 – IDEM + LITOLOGIA DA BEIRA LITORAL

A sequência de cartas da “textura” física da Região Centro identifica o mosaico geográfico que caracteriza a região, nomeadamente:

- A dicotomia entre as terras baixas do Litoral (Ria de Aveiro e Baixo Vouga; Baixo Mondego e Pinhal Litoral, este último de relevo bastante mais movimentado como se pode verificar na carta B2) e as serras e planaltos do Interior. As serras do Montemuro, Arada, Caramulo e Buçaco definem claramente o limite geográfico da Beira Litoral; a Sul de Coimbra, este limite de serras prolonga-se pelas serras calcárias de Sicó, Aires e Candeeiros;
- A diagonal NE/SO das serras da Cordilheira Central. Em cunha e de SO para NE, Sicó, Lousã, Alvelos, Muradal, Gardunha, Açor e Estrela. Deste “triângulo partem/divergem os principais rios da região: Mondego e Zêzere onde se localizam as grandes barragens. No rebordo Norte da região, as serras do Montemuro, Leomil e Lapa, fazem a partilha de águas para o Douro e para o Vouga. Na raia, a serra da Malcata separa a bacia do Côa (que corre para o Douro), do Ponsul que corre para o Tejo.
- A definição da Bacia do Mondego no Planalto Beirão, entre o Caramulo e o Maciço Central;
- Na Beira Interior, a divisão entre a Beira Transmontana (drenagem para o Douro), planáltica e de clima agreste, e a Beira Baixa (drenagem para o Tejo) a Sul das Serras da Malcata e da Gardunha;
- A depressão da Cova da Beira, entre a Serra da Estrela, Malcata e Gardunha.

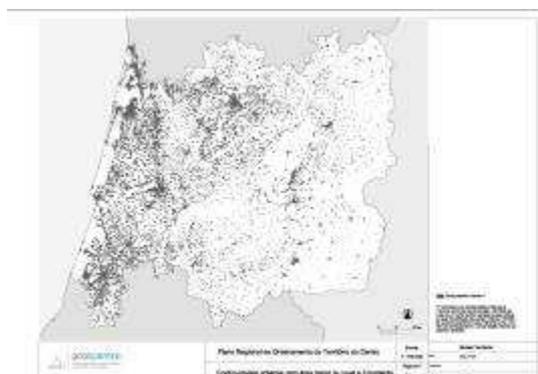
Os principais valores eco-ambientais distribuem-se pela moldura exterior da região: Arribas do Douro, Côa, Malcata, Tejo Internacional (na raia); Ria de Aveiro, Pinhais e Lagoas (no litoral); Serra da Estrela, Lousã e Gardunha na Cordilheira Central.

Climaticamente, a região reflecte a diversidade do gradiente de transição entre os climas Atlântico e Mediterrânico, entre influência marítima e continentalidade, entre terras baixas e terras altas. Este mosaico climático e microclimático, caracteriza uma enorme riqueza biofísica que varia dos ambientes arenosos do litoral, das rias e planícies aluviais como a Ria de Aveiro e o Baixo Mondego, às montanhas e planaltos que caracterizam as paisagens beirãs. Os Campos da Idanha e de Castelo Branco ou a Cova da Beira, constituem originalidades geográficas de grande valor, bem como os recursos hídricos, sobretudo nas bacias do Mondego e Zêzere, mas também nos afluentes do Tejo (Ponsul e Ocreza) e do Douro (Côa). O pinhal é o grande potencial florestal da região (mas também um dos maiores problemas em termos de risco de incêndio), quer no Pinhal Litoral, quer nos Pinhais Interior Norte e Sul. Fora dos ambientes florestais, a agricultura mais intensa situa-se na beira Litoral, ora ocupando extensões contínuas como na planície aluvial do Baixo Mondego, ora misturada com a urbanização no Baixo Vouga. O regadio é importante na Cova da Beira e na Beira Baixa. Na Beira Transmontana, nos vales do Côa e do Teja, volta o mediterrâneo e a associação entre vinha, oliveira, amendoeira e sequeiro.

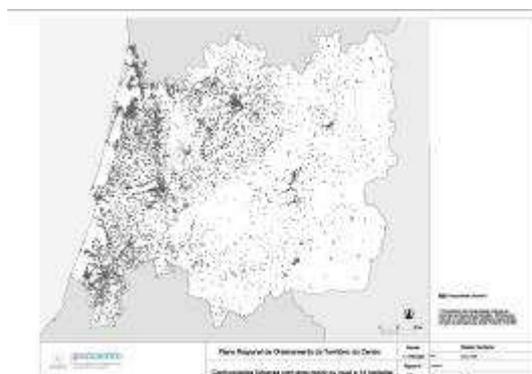
As quatro últimas cartas associam hipsometria, usos agrícolas dominantes. Para enfatizar o mosaico da Beira Litoral foi incluída um acarta litológica para os terrenos da Bacia Sedimentar Mesocenozóica (distribuição dos calcários, arenitos, conglomerados, grés, argilas, margas e areias litorais e aluviões fluviais). Os usos agrícolas reflectem bem as grandes unidades do planalto e serras de que falávamos atrás, nomeadamente: os ambientes mediterrânicos da Beira Interior Sul com os olivais e o regadio da Idanha; a especificidade da Cova da Beira; a transição entre os sequeiros do planalto e os ambientes mediterrânicos da “Terra Quente” na Beira Transmontana; o mosaico fragmentado da Beira Alta/ Dão-Lafões; a escassez dos retalhos agricultados das serras da Cordilheira Central.

Na Beira Litoral, as grandes divisões são: o cordão dunar litoral (praticamente sem ocupação agrícola, excepto nas gafanhas) que se estende pelos aluviões fluviais da Ria de Aveiro, Baixo Mondego e Lis; as formações detríticas (arenitos, conglomerados, grés, argilas, margas) que ocupam a faixa longitudinal intermédia onde se situam, as gândaras e mosaicos agrícolas de pequena propriedade a Sul do Mondego; e os calcários como os de Sicó e Aires e Candeeiros na faixa longitudinal interior de solo mais pobre.

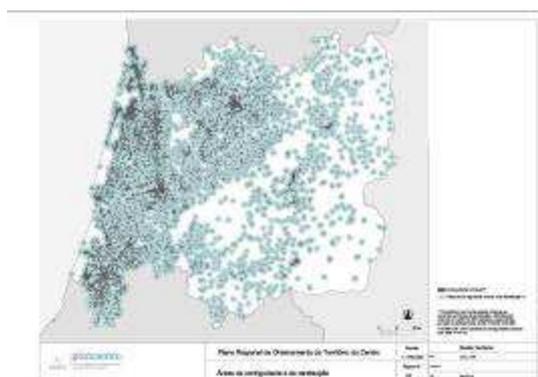
A.2. Textura: Demografia e Povoamento



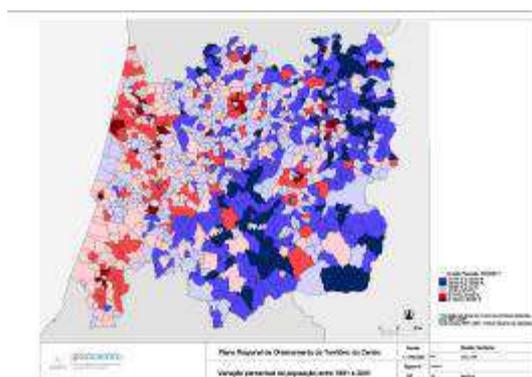
A1 – CONTIGUIDADES >= 3 HA



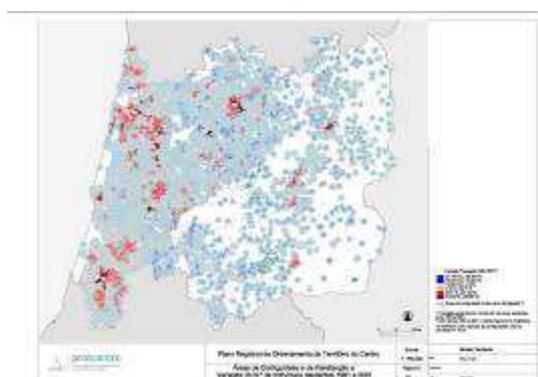
A2 – CONTIGUIDADES >= 14 HA



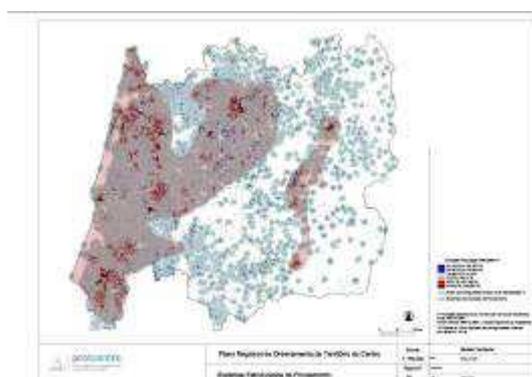
A3 - RAREFACÇÃO



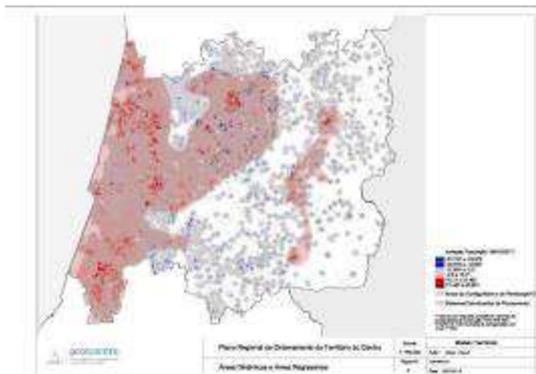
A4 – VARIAÇÃO N.º HABITANTES 1991-2001



A5 – SÍNTESE | VARIAÇÃO + BUFFERS CONTIG 14 HA + RAREFACÇÃO



A6 – SISTEMAS ESTRUTURADOS DE POVOAMENTO



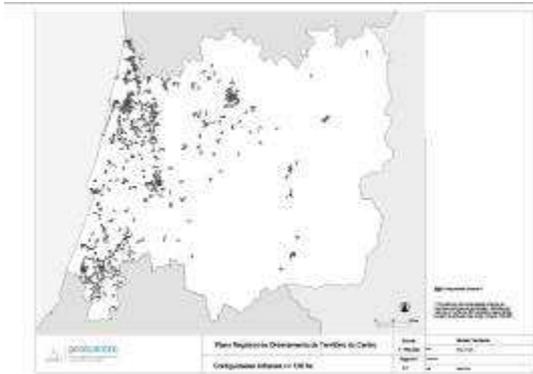
A7 – SISTEMAS ESTRUTURADOS DE POVOAMENTO

As cartas da Demografia e do Povoamento são bem expressivas quanto às principais assimetrias da região:

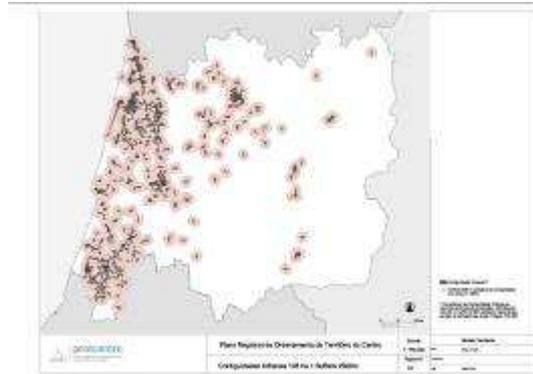
- Na Beira Litoral concentra-se a maior e mais dinâmica mancha populacional, sobretudo para Poente do corredor Aveiro, Coimbra e Leiria. Aqui, o processo de urbanização percorre praticamente todos os cambiantes da aglomeração e da dispersão: em torno das cidades mais importantes, ao longo da rede de estradas nacionais e secundárias, junto dos novos nós de acesso à rede rodoviária arterial, e em toda a geografia das malha de povoamento rural que vêm do passado (nas gafanhas e nas gândaras);
- Seguidamente, destaca-se a importância da Beira Alta ou Planalto Beirão, com ênfase da região em torno de Viseu que forma uma constelação de pequenos e médios aglomerados que se alternam ou misturam com os retalhos agrícolas das bacias do Dão, Mondego e do Alva até ao sopé da Estrela (a nascente) ou do Caramulo (a poente). Pelo vale do Vouga (S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades), entre as serras do Caramulo e da Arada, existe o corredor urbanizado de Lafões que se articula com o traçado do IP5 que corre paralelo pela cota alta. A Sul, pela bacia do Mondego, estabelece-se uma zona de contacto com Coimbra por Penacova, V.N.Poiares, Lousã e Miranda do Corvo, entre as serras do Buçaco a Norte, e da Lousã, a Sul;
- Na Beira Interior o destaque vai para o eixo Guarda, Covilhã/Fundão, Castelo Branco, com a marcação precisa dos três aglomerados Guarda, Covilhã/Fundão, e Castelo Branco, e uma relativa rarefacção nos espaços-entre. A Cova da Beira é a unidade onde se verifica a maior difusão do povoamento fora dos aglomerados urbanos tradicionais.
- Tudo o resto se caracteriza pela rarefacção do povoamento, pela ausência de uma armadura urbana forte e pelo despovoamento. Desde o Caramulo às montanhas da Cordilheira Central (NUTs Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Sul), e à maior parte do território da Beira Interior Norte e Sul, estende-se a vastidão dos territórios em perda caracterizados pelo processo de “desruralização”: a desestruturação/abandono da agricultura tradicional,

acompanhado do recuo demográfico e do envelhecimento. Neste território em perda demográfica, as tendências da década 1991/2001 assinalam a atractividade das sedes de concelho e cidades principais por oposição ao esvaziamento dos territórios envolventes.

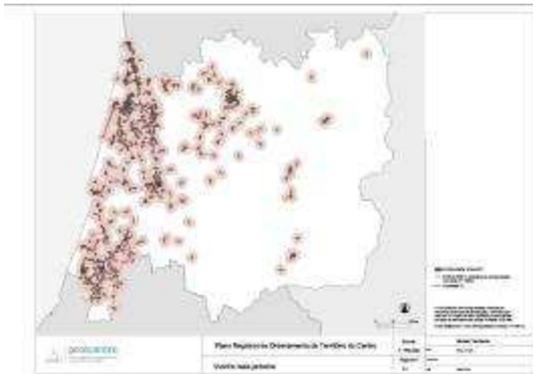
A.3. Estrutura: Nucleações urbanas; concentração de emprego; rede viária arterial



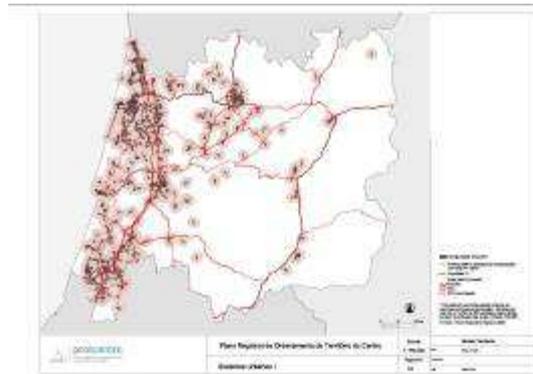
C1 – CONTIGUIDADES >= 128 HA



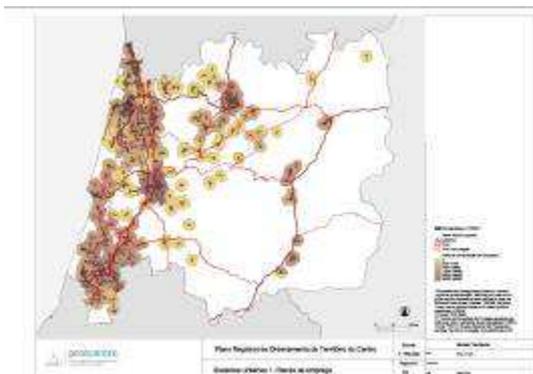
C2 – BUFFER 2500M CONTIGUIDADES 128 HA



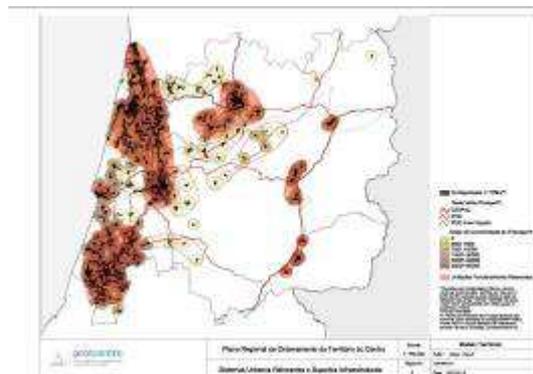
C3 – VIZINHO MAIS PRÓXIMO



C4 – VIZINHO MAIS PRÓXIMO + REDE VIÁRIA



C5 – CONCENTRAÇÃO DE EMPREGO

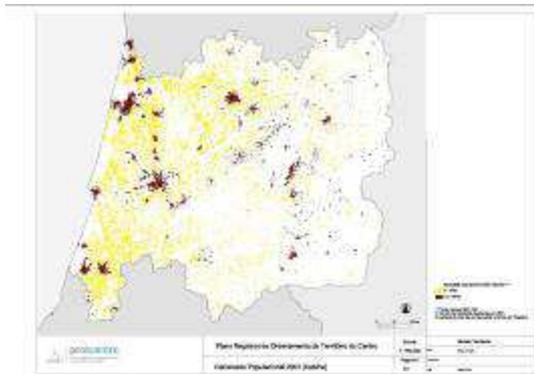


C6 – SÍNTESE

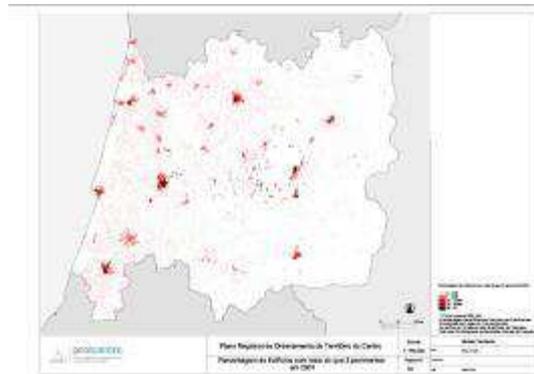
Esta sequência de cartas combina as principais variáveis da “estrutura” económica, urbana e viário arterial da região. As cartas evidenciam:

- A intensidade da urbanização e da concentração de actividades económicas na Beira Litoral, distinguindo-se a descontinuidade entre as áreas urbanas em torno de Coimbra e da Figueira da Foz e entre Coimbra e Leiria/Marinha Grande. Entre Aveiro/Baixo Vouga e Coimbra verifica-se uma coalescência forte ao longo do corredor do IP1 e do IC2;
 - para Nascente de Coimbra em descontinuidade com a mancha urbana da aglomeração, estão Miranda do Corvo, Lousã, V.N. Poiares e Penacova. Ligando ao eixo urbano litoral e a Pombal, pelo IC8, situam-se Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e a Sertã.
 - Pelo corredor litoral da A17 (antiga N109) a definição deste eixo litoral é mais segmentada e descontínua e sem centros urbanos de dimensão assinalável;
- Em seguida destaca-se a importância da aglomeração em torno de Viseu e do IP5 e IP3 (Viseu, Tondela, Nelas e Mangualde) e uma boa cobertura da rede viária principal existente e prevista (IP3, IP5, IC12, IC6/IC7, IC 37);
 - No sector Nascente da Bacia do Mondego, os aglomerados urbanos ao longo da N17 (Estrada da Beira), Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, desenham uma estrutura territorial mais espaçada e rarefeita. Ainda próximo da aglomeração de Viseu destaca-se, a Sul, um grupo (Stª Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua) com boa acessibilidade ao IP3, IC12 na zona da barragem da Aguieira; e a Oeste, Sever do Vouga, Vouzela Oliveira de Frades e S. Pedro do Sul;
- Finalmente, no corredor urbano da Beira Interior, destacam-se a três polaridades servidas pelo IP2, em torno de Castelo Branco, Covilhã/Fundão e Guarda, esta última numa posição estratégica de cruzamento entre os IP5 e IP2.
- No restante território (pelo critério mínimo da contiguidade urbana dos 128 ha que corresponde à menor superfície de um centro urbano de nível 2 segundo o critério do estudo da hierarquia urbana da região) domina um elevado grau de rarefacção, sobretudo na Cordilheira Central, Raia, Planaltos e Serras da Beira Alta e Beira Transmontana). Esse défice verifica-se também com as contiguidades raianas ou inter-regionais com Trás-os-Montes e Alto Douro, Médio Tejo e Alentejo.

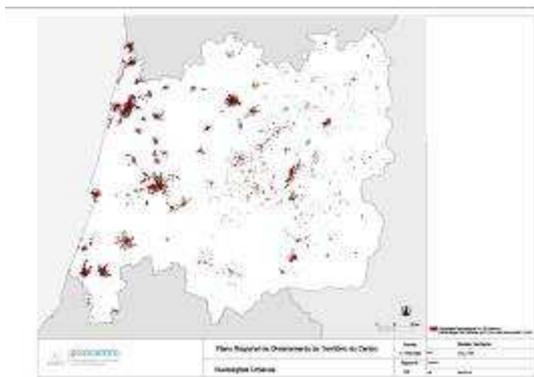
A.4. Estrutura: Nucleações urbanas, redes e hierarquias; relações funcionais



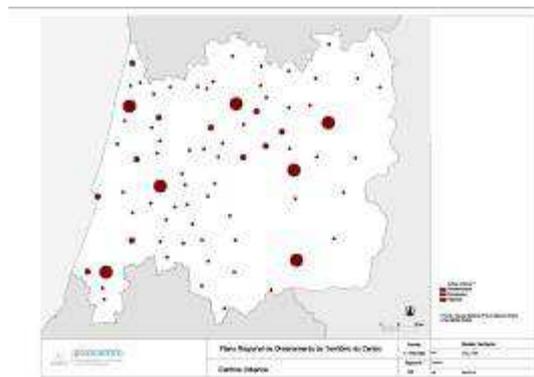
D1 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2001



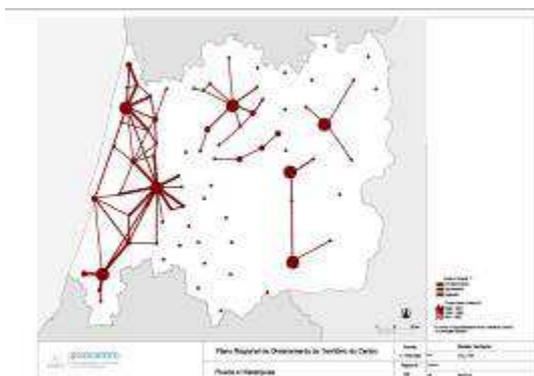
D2 – DENSIDADE DO EDIFICADO



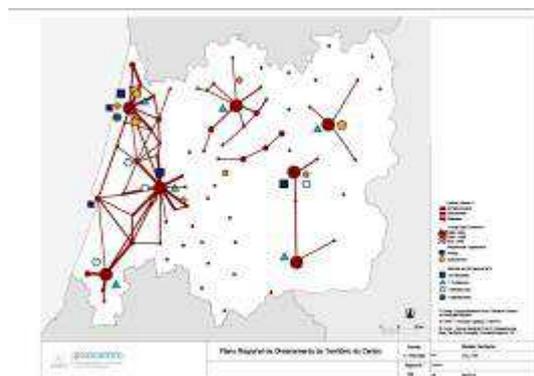
D3 – NÚCLEOS + DENSIDADES + N.º PAVIMENTOS



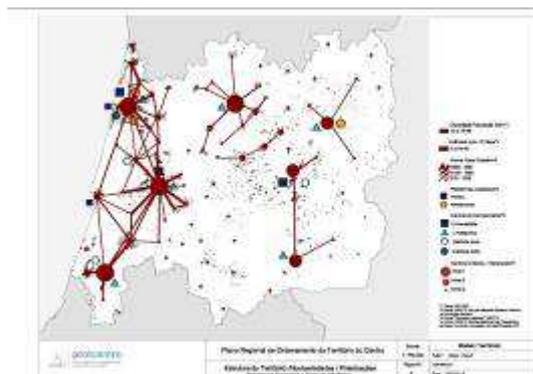
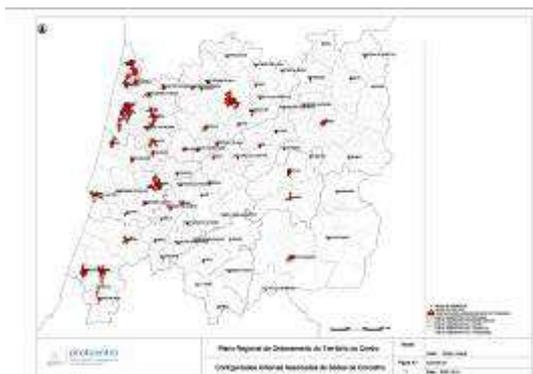
D4 – CENTROS URBANOS



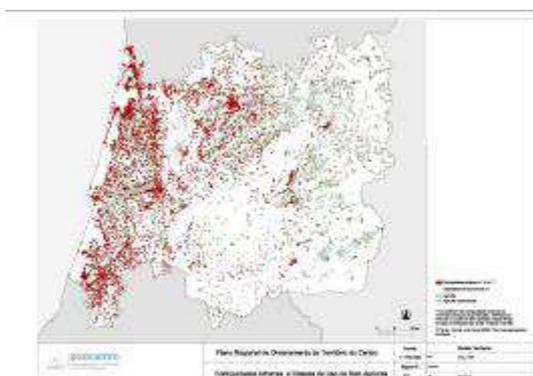
D5 – FLUXOS E HIERARQUIAS



D6 - POLARIDADES



D0 – Contiguidades associadas às sedes concelhias D0 – POLARIDADES - SÍNTESE



E1 – EDIFICADO + USO SOLO AGRÍCOLA

Este grupo de cartas complementa a análise da estrutura urbana da região, acrescentando factores de polarização resultantes da localização de portos, aeródromos, plataformas logísticas, universidades e politécnicos e instituições de inovação e transferência de tecnologia; a esta informação acrescenta-se a hierarquia urbana e os principais fluxos casa/trabalho, 2001 (equipas sectoriais do Sistema Urbano e Prospectiva/Inovação).

A última carta assinala a correspondência entre a malha fina do povoamento e a distribuição de solo com aptidão agrícola. Pretende-se com esta carta, verificar a resistência dos padrões de povoamento que vêm do passado e que associavam o povoamento à agricultura tradicional. Na Beira Interior o padrão de dispersão de aglomerados coincide com o retalhamento do solo de uso agrícola de sequeiro e de regadio. Na Beira Alta/Planalto Beirão, a maior densidade de aglomerados inscreve-se no retalhamento do solo agrícola nos interflúvios da bacia do Mondego e do Dão. Na Cordilheira Central e nos Pinhais a escassez de solo arável corresponde à rarefação do povoamento. Na Beira Litoral verificam-se as maiores extensões de solo agrícola, a maior promiscuidade com o povoamento

(excepto nas contiguidades das planícies aluviais do Baixo Mondego e das ribeiras que aí confluem) e também os principais conflitos de uso entre o minifúndio e a construção.

O quadro e a carta que assinalam as principais aglomerações urbanas – população residente nas contiguidades associadas às sedes concelhias – dão conta de um valor médio regional de 48%. Por NUT III, este valor oscila entre um mínimo de 29% na NUT Serra da Estrela, e um máximo de 58% no Baixo Mondego (um valor explicado pela aglomeração de Coimbra, sobretudo).

Sinteticamente, existem dois cenários de aglomeração/dispersão:

- o que se verifica na Beira Litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, que perfazem cerca de 55% da população da Região Centro), onde aglomeração e dispersão convivem, mas onde a dimensão e a importância funcional dos aglomerados urbanos principais detém um papel muito estruturante;
- o que se verifica nas áreas de rarefacção e baixa densidade, onde coincidem frequentemente os fenómenos de excessiva fragmentação do povoamento em áreas bastante afastadas dos aglomerados principais.

QUADRO – Indicadores de aglomeração (população residente, 2001, nas manchas contíguas às sedes concelhias)

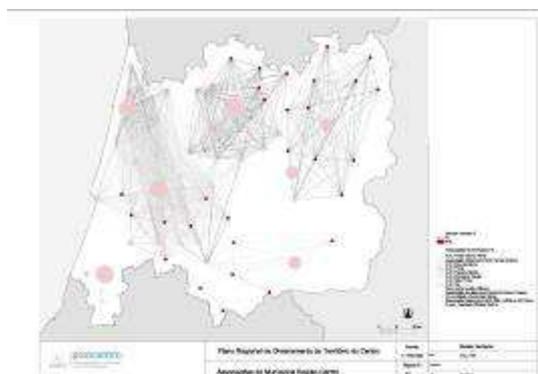
| Idm | Unidade Geográfica | Nível de Agregação | ÁREA DE PORTUGAL ADMINISTRATIVA (POR CONCELHO) | | ÁREA DE PORTUGAL ADMINISTRATIVA (POR CONCELHO) | | | |
|-----------|--------------------|--------------------|--|-------------|--|------------|--|------------|
| | | | População Residente por concelho 2001 | % | População Residente no Bolo do Concelho | % | População residente fora do Bolo do Concelho | % |
| 00 | Portugal | | 11 238 000 | 100% | 10 998 000 | 97% | 240 000 | 2% |
| 01 | Azores | | 263 000 | 2% | 169 000 | 64% | 94 000 | 36% |
| 02 | Aveiro | Nivel 1 | 72 000 | 0% | | | | |
| 03 | Braga | Nivel 1 | 272 000 | 2% | 227 000 | 21% | 45 000 | 7% |
| 04 | Bragança | Nivel 2 | 46 000 | 0% | | | | |
| 05 | Burgos | Nivel 2 | 82 000 | 0% | | | | |
| 06 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 07 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 08 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 09 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 10 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 11 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 12 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 13 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 14 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 15 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 16 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 17 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 18 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 19 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 20 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 21 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 22 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 23 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 24 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 25 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 26 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 27 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 28 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 29 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 30 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 31 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 32 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 33 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 34 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 35 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 36 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 37 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 38 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 39 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 40 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 41 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 42 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 43 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 44 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 45 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 46 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 47 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 48 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 49 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 50 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 51 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 52 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 53 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 54 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 55 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 56 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 57 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 58 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 59 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 60 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 61 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 62 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 63 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 64 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 65 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 66 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 67 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 68 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 69 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 70 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 71 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 72 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 73 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 74 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 75 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 76 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 77 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 78 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 79 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 80 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 81 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 82 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 83 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 84 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 85 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 86 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 87 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 88 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 89 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 90 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 91 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 92 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 93 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 94 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 95 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 96 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 97 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 98 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |
| 99 | Castellón | Nivel 2 | 44 000 | 0% | | | | |
| 100 | Castellón | Nivel 2 | 282 000 | 2% | 210 000 | 75% | 72 000 | 26% |

71 Junta Municipal de Lourenço Marques de São João, S. Martinho do Campo e Ribeira de Freixo
 72 Junta Municipal de Lourenço Marques de São Pedro, Alameda e Vila Verde
 73 Junta Municipal de Lourenço Marques de São João de Matos
 74 Junta Municipal de Lourenço Marques de São João de Matos

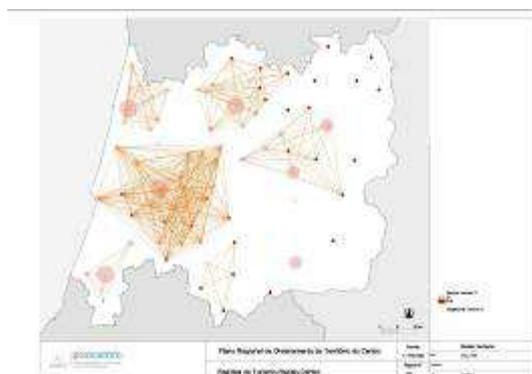
As cartas evidenciam:

- A intensidade das relações funcionais na Beira Litoral, em torno de Coimbra e de Aveiro; e Leiria./Marinha Grande. Esta teia de relações abrange uma apreciável densidade de aglomerados urbanos (nível 2) nomeadamente Figueira da Foz, Pombal, Marinha Grande, Cantanhede, Águeda e Ovar. Coimbra e Aveiro constituem as maiores polarizações funcionais de actividades de formação avançada e de I&D;
- O desenho de uma constelação em torno de Viseu, com Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia (aglomerados de nível 2) relativamente destacados e com uma indefinição de polarização entre Coimbra e Viseu;
- A fragilidade das relações funcionais a partir da Guarda, Covilhã e Castelo Branco;
- A quantidade de aglomerados da rede complementar, nível 3, relativamente “soltos” e posicionados em contextos de grande rarefacção, baixa densidade, dimensão crítica e também de relativa fragilidade regional de especialização funcional e base económica. Pelo posicionamento destes aglomerados face ao traçado da rede arterial viária, existe um potencial de reforço de amarração funcional em torno do IC8/IC3 a Sul; e do IP2, a Norte.

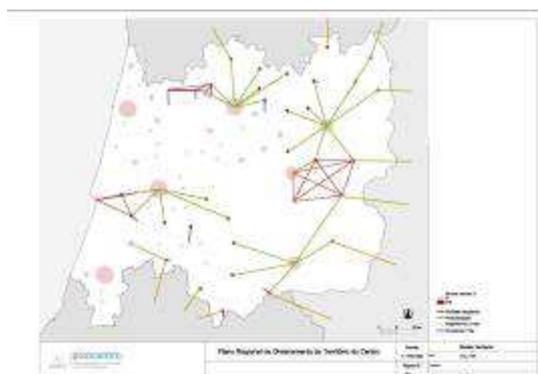
A.5. Relações institucionais; associativismo



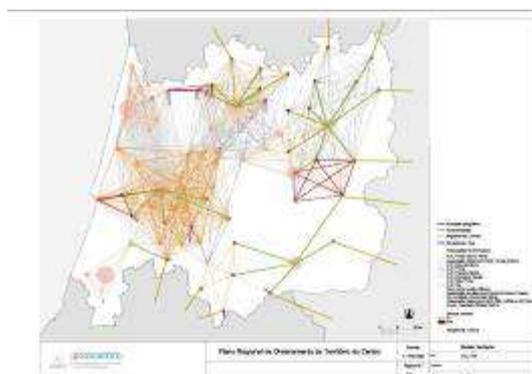
F1 – ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO



F2 – REGIÕES DE TURISMO DA REGIÃO CENTRO



F3 – AFINIDADES + PENDULARIDADES + MAGNETISMOS



F4 - SÍNTESE

O último conjunto de cartas cartografa as redes de relações baseadas em redes institucionais e relações funcionais de baixa intensidade – associações de municípios com diferentes objectivos, regiões de turismo, pendularidades de menor expressão do que as que foram cartografadas no grupo de mapas anterior, conexões aos nós da rede viária arterial.

Conclusões:

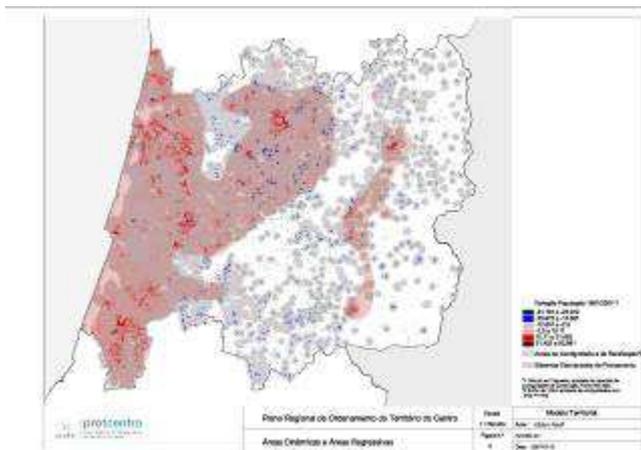
- Aveiro, Viseu e Guarda são as polaridades urbanas com uma melhor definição de redes de interacção. Leiria também tem uma boa definição, embora com uma menor intensidade de tipo de relações;
- Coimbra situa-se num cruzamento denso de influências com Viseu e com Aveiro;

- No eixo urbano da Beira Interior, Covilhã tem tendência para se associar para Norte com a Guarda. Castelo Branco encontra-se numa situação estável com V.V. Ródão, Proença a Nova, Oleiros e Idanha a Nova;
- Os três municípios da Estrada da Beira – Holiveira do Hospital, Seia e Gouveia – dividem-se em relações com a Guarda, Viseu e Covilhã

B. Cartas de Síntese Intermédia

A Carta de Síntese baseia-se no cruzamento/síntese de 4 cartas temáticas (sínteses intermédias) a seguir discriminadas.

A. Áreas Dinâmicas e Áreas Regressivas



O suporte desta carta apoia-se em dois indicadores:

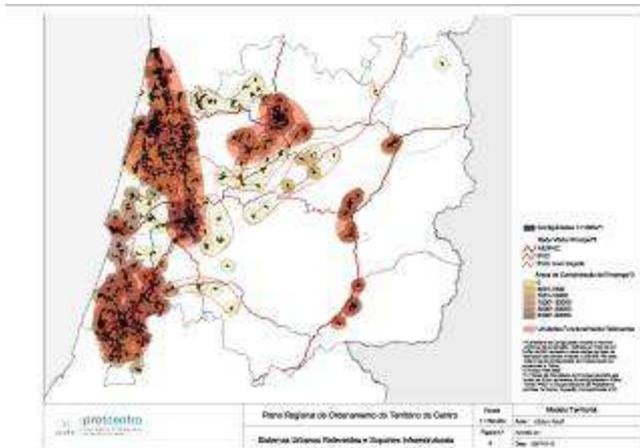
- um índice de rarefação/contiguidade do tecido edificado (cartografia das contiguidades urbanas com mais de 14 ha de superfície (a área da sede de concelho mais pequena, Almeida); coroas de 1,5 Km de raio em torno das contiguidades maiores que 14ha;
- a variação da população 1991/2001 por freguesia, ajustadas às contiguidades do edificado;

Comentário - a carta discrimina, sobretudo:

- . A dinâmica demográfica e as formas de contiguidade urbana na faixa litoral Aveiro/Coimbra (incluindo a coroa urbana a Nascente de Coimbra: Penacova, VN Poiares, Lousã e Miranda do Corvo) / Leiria;
- . A definição de uma coroa urbana em torno de Viseu (combinando dinamismos fortes, mas também regressões de igual expressão relativa). Existem manchas de transição em direcção a Aveiro e a Coimbra; ao contrário, o limite dado pela Serra da Estrela/Lousã é bastante claro;
- . A marcação da corda urbana Castelo Branco, Covilhã/Lousã, Guarda, centrada nos respectivos aglomerados principais;

- . as terras altas da Beira Transmontana (da Malcata às bacias do Águeda e do Côa e da Serra da Marofa), das serras da Beira Alta (do Montemuro, Arestal, Freita, Arada, Leomil, Lapa e Alto Paiva), e da barreira Norte/Sul do Caramulo/Buçaco;
 - . a plataforma do Planalto Beirão/Beira Alta, correspondentes às bacias do Alto Mondego e do Dão;
 - . a Beira Litoral, da Ria de Aveiro até ao Maciço Calcário de Aires e Candeeiros (Batalha e Porto de Mós);
 - . a Cova da Beira;
 - . a Beira Baixa/Beira Interior Sul: Campos de Castelo Branco e a Campina da Idanha nas bacias do Ocreza, Ponsul e Erges, Parque Natural do tejo Internacional;
- . As principais bacias hidrográficas – Mondego, Zêzere e Vouga – e as áreas em que o tema dos recursos hídricos é especialmente importante: no Vouga, a Ria de Aveiro; no Mondego o complexo hidroeléctrico em torno da Aguieira e o Baixo Mondego; no Zêzere, a barragem do Cabril, relacionada com o sistema do Castelo do Bode;
- . O Posicionamento das principais áreas classificadas de elevado potencial ambiental:
- . um anel periférico envolvendo a Orla Costeira (Ria de Aveiro, Dunas, Gândaras e Gafanhas); a barreira do Douro (Montemuro, Freita, Arada, vale do Paiva, Côa e Águeda); a raia (Malcata, Mesas, Penha Garcia, rio Erges e Tejo Internacional);
 - . e uma diagonal NE/SO, Cordilheira Central, da Estrela/Lousã/Sicó/Aire-Candeeiros. O caramulo/Buçaco e a Cordilheira a Sul da Estrela constituem as áreas de maior intensidade do coberto florestal, bem como um elevado potencial para a produção de energia renovável (biomassa, hidroeléctrica e biomassa);
- . Acessoriamente, foi elaborada uma carta cruzando o potencial de uso do solo agrícola (classes de solo agrícola e agrícola condicionado, CORINE), com o povoamento, sobretudo para enfatizar a situação de maior pressão na Beira Litoral, e num plano de menor importância, na Beira Alta/Planalto Beirão.

C. Sistemas Urbanos Relevantes e Suportes Infra-estruturais



O suporte desta carta baseia-se nos 4 indicadores seguintes:

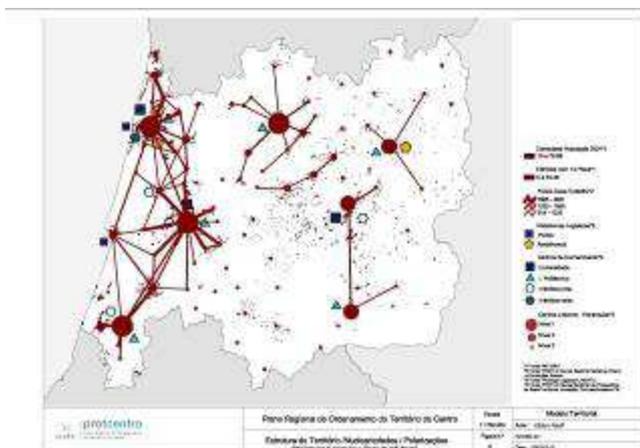
- contiguidades edificadas com mais de 128 ha (contendo os centros urbanos considerados “Estruturantes” no estudo do Sistema Urbano);
- aglomeração urbana - raio de 2,5 Km em torno das manchas com mais de 128 ha);
- análise do “vizinho mais próximo”, associando, para cada contiguidade urbana, as 5 contiguidades mais próximas, num raio de 5 Km a partir dos centróides de cada contiguidade urbana com mais de 128 ha;
- as áreas de maior concentração do emprego (confinamento territorial das principais Fileiras Produtivas);
- os traçados das vias principais.

Comentário - a carta discrimina, sobretudo:

- . A intensidade da urbanização, da infraestruturação e da concentração de actividades económicas na Beira Litoral, distinguindo-se a descontinuidade entre a área urbana em torno de Coimbra e Figueira da Foz; e Coimbra e Leiria e uma maior coalescência entre Aveiro/Baixo Vouga e Coimbra/Baixo Mondego. A forte infraestruturação viária no corredor litoral (IPs e ICs, Ferrovia e RAVE, portos); o potencial de conflito do traçado do IC1, sobretudo a Norte de Leiria e entre Figueira da Foz e Mira, podendo constituir uma forte pressão sobre áreas sensíveis do litoral, dunas, lagoas e pinhais;
- . A importância da área em torno de Viseu IP5/IP3 (Viseu, Tondela, Nelas e Mangualde) e uma boa cobertura da rede viária principal existente e prevista IP3, IP5, IC12, IC6/IC7, IC37;

- . Os núcleos urbanos ao longo do Eixo da Beira Interior, IP2 (Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco), com especial relevância do posicionamento logístico da Guarda no corredor do IP5 e no cruzamento com o IP2;
- . Uma série de pequenas constelações:
 - . o Corredor do Lafões (Vale do Vouga entre Sever do Vouga, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela), sobre o IP5, entre a esfera de influência de Aveiro e de Viseu;
 - . a Estrada da Beira IC7/N17 de Arganil até Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, com maior expressão destes últimos três;
 - . a Envolvente da Albufeira da Aguieira e Fronhas (Mortágua, St. Comba, Carregal do Sal e Tábua) servidos pelo IC12 e linha da Beira Alta;
 - . o eixo urbano do Pinhal Sul (IC8 a partir de Pombal (Ansião, cruzamento com o IP3, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande (albufeira do Cabril), e Sertã;
- . O elevado grau de rarefacção urbana no restante território – Cordilheira Central, Raia, Planaltos e Serras da Beira Alta -, bem como o défi ce de contiguidades raianas ou interregionais com Trás-os-Montes e Alto Douro, Médio Tejo e Alentejo.

D. Estrutura do Território/ nuclearidades/ polarizações (hierarquias funcionais e áreas de influência)



O suporte da carta apoia-se em 4 indicadores, sintetizados em dois sub-grupos:

- importância da construção em altura (ênfase para o peso dos edifícios com mais de 4 pisos);
- aglomerados de alta densidade (maior que 10 hab./ha, 2001);

- hierarquia urbana: Nível 1 – Aglomerados Principais; Nível 2 – Aglomerados Secundários; Nível 3 – Aglomerados Complementares;
- áreas de influência dominantes (mais do que 500 movimentos pendulares, 2001);
- Plataformas logísticas, Portos; Universidades, Politécnicos, Instituições de interface I&D

Comentário - a carta descreve, sobretudo:

- . a intensidade das relações funcionais em torno de Coimbra e de Aveiro, e Leiria, Marinha Grande e Pombal e a densidade de aglomerados da Rede Secundária - Figueira da Foz, Pombal, Marinha Grande, Cantanhede, Águeda e Ovar. Coimbra e Aveiro constituem as maiores polarizações funcionais de actividades de Formação Avançada e de I&D;

- . o desenho de uma constelação funcional em torno de Viseu, com Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia (Aglomerados Secundários) relativamente destacados e com uma indefinição de polarização entre Coimbra e Viseu;

- . a fragilidade das relações funcionais a partir da Guarda, Covilhã e Castelo Branco;

- . a quantidade de Aglomerados Complementares Nível 3 “soltos”, posicionados em contextos de grande rarefacção, baixa densidade, dimensão crítica, e fragilidade da base económica e especialização funcional (potencial de amarração do IC8/IC3, a Sul; e do IP2 a Norte de Celorico da Beira).

C. Elementos para a síntese do Modelo Territorial

A Região Centro caracteriza-se pela sua diversidade de âmbitos geográficos e por uma dicotomia litoral/interior, que genericamente é reconhecida por todos e fundamentada numa grande diversidade de indicadores e argumentos.

Esta dicotomia opõe as Terras Baixas do Litoral – grosso modo as actuais NUT III do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral – às montanhas e planaltos da Cordilheira Central e das Beiras Alta e Baixa. É também sobre essa partição que se baseiam as teses convencionais sobre as “assimetrias” regionais.

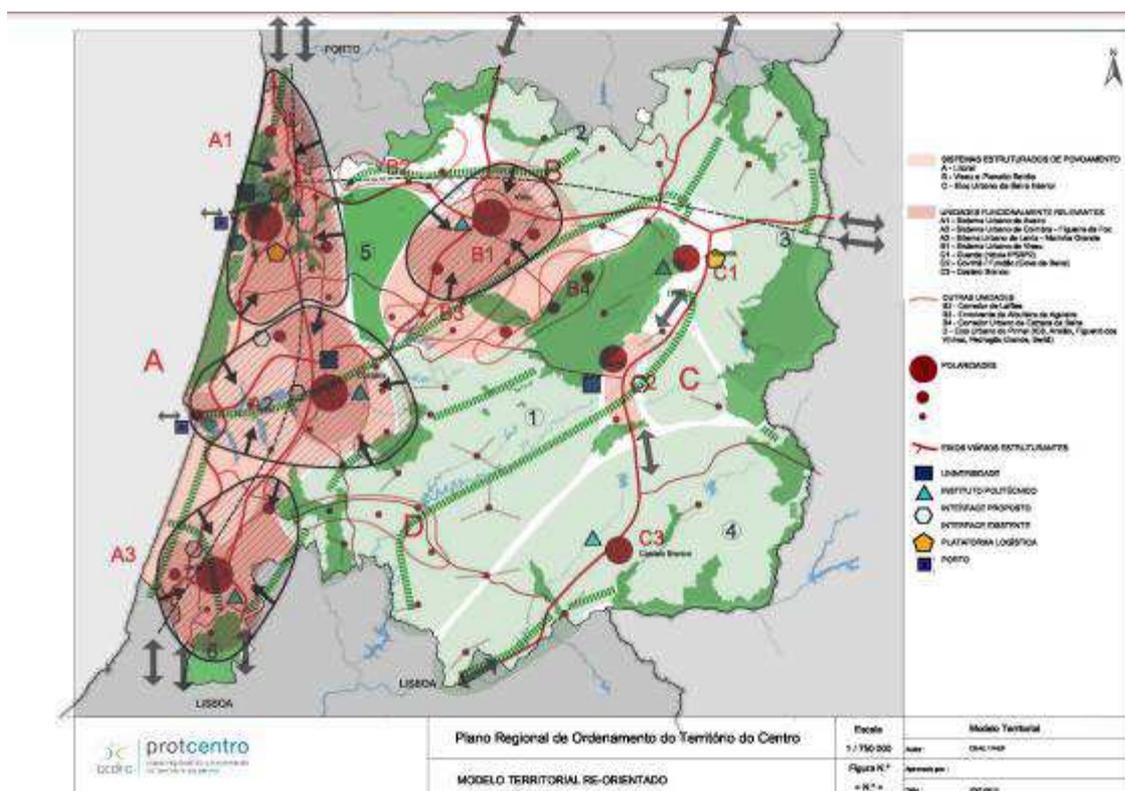
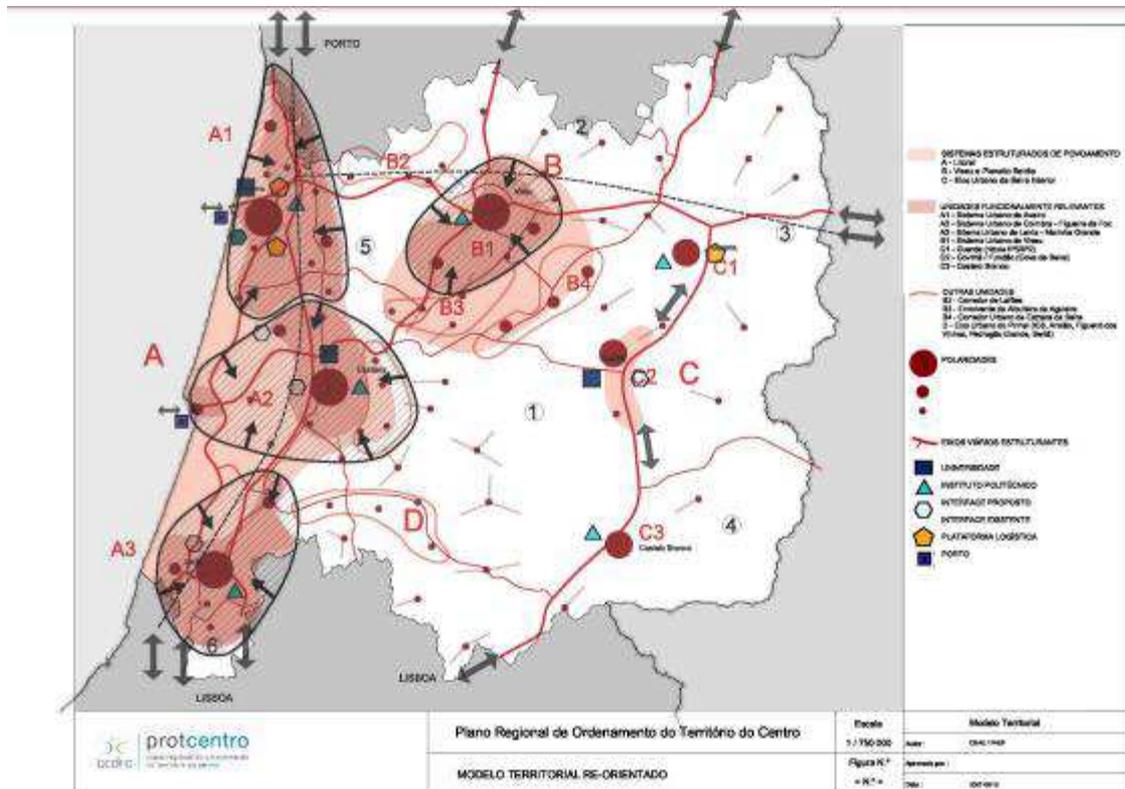
No Litoral, o pano de fundo da urbanização difusa e da maior ou menor presença industrial, toma uma configuração mais cristalina quando mapeadas as principais aglomerações urbanas (polarizadas por Aveiro, Coimbra e Leiria), as concentrações de serviços e equipamentos públicos de nível direccional, os grandes traçados infraestruturais da mobilidade e os seus nós, e as infra-estruturas logísticas portuárias, ferroviárias, e concentrações de actividades industriais e logísticas. A orla costeira (especial ênfase para os fenómenos de erosão e de ocupação urbana), a fragilidade dos sistemas biofísicos (Ria de Aveiro e términos de bacias do Vouga, Mondego e Lis, lagoas do cordão dunar), a conflitualidade de usos de solo entre a agricultura, floresta, urbanização e elementos e sistemas biofísicos, constituem as questões mais referidas num quadro de potenciais, ameaças e tensões mais ou menos presentes. Ao nível urbano ganham evidência os temas da inovação e do conhecimento, dos serviços avançados, da internacionalização, da emergência de novas fileiras ou agregados de actividades e recursos humanos competitivos, ou da racionalização dos interfaces logísticos (com investimentos próximos da RAVE, portos, caminho-de-ferro e plataformas logísticas). No conjunto, procuram-se evidências e razões para que a armadura urbana do Litoral não corra o risco de fragilização por sucção a Norte e a Sul (o “efeito-sombra” das AM’s de Lisboa e do Porto) e por excessiva dependência de Coimbra das grandes âncoras públicas do ensino, da saúde e das administrações públicas desconcentradas. Para contrariar essa fragilização é necessário focar melhor os três sistemas urbanos em torno de Aveiro, Coimbra e Leiria que, por sua vez, se inscrevem em contextos biofísicos e paisagísticos com grande tipicismo desde a Ria de Aveiro, ao Baixo Mondego e ao Campo do Lis.

O “interior” é marcado por questões de rarefacção e envelhecimento populacionais, abandono, fragilidade do sistema urbano, situações de encravamento e periferização, declínio dos sistemas agrícolas tradicionais, situações de risco ambiental relacionadas com os incêndios florestais, etc., a par de evidências sobre as riquezas ambientais/paisagísticas e o património biofísico e cultural. O panorama genérico da rarefacção e do declínio, é compensado com o reforço de alguns nós do sistema urbano – em torno das capitalidades distritais e da Covilhã - Fundão – e pela mudança drástica em alguns corredores de mobilidade – o IP2, o IP5 e o IP3, sobretudo. O Estado tem desempenhado o papel primordial no investimento, face à desaceleração ou às dúvidas sobre a

sustentabilidade de alguns núcleos de investimento privado na indústria transformadora na área de Viseu, Guarda (uma rótula nas relações Portugal/Espanha/Europa), Castelo Branco, Covilhã, Fundão, todos sobre os corredores O/E-IP5 ou N/S-IP2. O Turismo, o ambiente e o desenvolvimento rural, as fileiras agro-florestal, as energias alternativas, a prevenção dos incêndios, ocupam o lugar primeiro nas expectativas para o futuro, tal como, do lado das políticas da coesão, os desafios e as fragilidades postas por uma população rarefeita e envelhecida, espalhada por territórios vastos e com expectativas face às políticas assistenciais do Estado Social e da acção dos municípios, preocupados agora com o fecho dos investimentos dos QCAs e do financiamento da administração e dos serviços públicos. Em matéria de sistema urbano é tão importante o reforço das maiores polaridades urbanas referidas, como a estabilidade dos pequenos centros, espécie de últimas âncoras de suporte de extensos territórios onde a agricultura já não constitui nem o suporte económico dominante, nem o fazedor e guardador da paisagem. A descolagem da agricultura dos territórios rurais, é tão perturbador quanto a descolagem do urbano dos núcleos tradicionais das cidades. Não parece, por isso, tão simples a adquirida a dicotomia rural/urbano, nem são ainda muito claras as novas urbanidades e ruralidades face aos desígnios de sustentabilidade que tanto se repetem.

O equilíbrio ou resolução das “assimetrias regionais” – um pressuposto clássico das políticas regionais dominadas pelos desígnios da equidade – parece-nos, por isso, merecedor de alguma reflexão. Entre critérios de equidade e de eficiência, de discriminação positiva ou negativa, de assistencialismo ou de intervenções pró-activas, é necessário precisar mais realisticamente aquilo que se pode ou deve fazer perante situações muito diversas e diagramas de SWOTs com escalas territoriais, agendas e expectativas várias. Em abstracto, a simetria ou assimetria torna-se uma questão menor. O carácter estratégico e operativo que se reclama das políticas, exige prioridades e escolhas, selectividades que atendam aos recursos (financeiros, institucionais, humanos) e oportunidades que se possam mobilizar em tempo útil em torno de objectivos e projectos claros.

D. Modelo Tendencial – Unidades Territoriais (síntese analítica), CMC de 27/6/2007



A carta do Modelo Tendencial /Unidades Territoriais não deve ser lida como uma compartimentação rígida (zonamento) entre áreas estanques, com limites precisos, capazes, à partida, de garantir as mesmas unidades de ordenamento pertinentes para todos os temas e instrumentos de regulação de políticas de ordenamento e de desenvolvimento. A complexidade do planeamento requer uma necessária “geometria variável” que deixe espaços abertos para as oportunidades e para a capacidade de se operacionalizarem desafios que o actual mapa administrativo não contém.

Esta questão decorre também da diversidade de variáveis e de “olhares” que foram usados para se construir o sistema de indicadores e o seu muito desigual grau de desagregação estatística e representação cartográfica (do ponto, sub-secção estatística, município, à NUT III), a diferente validação da importância de cada indicador, e, sobretudo, a rigidez e, ao mesmo tempo, a diversidade de âmbitos de regulação do território (do nacional/sectorial, ao municipal ou inter-municipal) onde o nível regional – exactamente o que é tratado num PROT – é aquele que mais carece de articulação, agilização e legitimação políticas entre o Estado central e local.

O mapa não contém, por isso, limites de concelhos e de NUT III, aguardando-se para mais tarde, e se assim se entender, a resolução dessa questão.

Sendo um PROT um plano de natureza estratégica, cabe-lhe a definição de uma “visão” prospectiva e de linhas gerais de estruturação a que esta síntese do Modelo Tendencial /Unidades Territoriais procura responder.

Esta Carta de Síntese, partindo da articulação mais consensual das Sínteses Intermédias, não pode responder da mesma maneira a todas as “territorializações” e desígnios sectoriais, focando-se naquilo que foi julgado de maior relevância e remetendo a consulta mais especializada para as sínteses dos Sistemas Estruturantes.

A carta, cruza sobretudo dois critérios principais:

- o que advém da “textura” do território: das grandes unidades/descontinuidades do quadro físico/natural e do Quadro de Referencia Ambiental de onde decorrem invariâncias estruturais;
- e do que deriva da “estrutura” do povoamento, rede e sistema urbano e principais suportes infraestruturais e aglomerações de capital sócio-económico.

A leitura da carta pode ser, assim, uma espécie de legenda comentada cuja consulta serve de guia às cartografias das estratégias de desenvolvimento que, depois, se podem desdobrar desde as pequenas acções locais, às que possuem uma alta capacidade de estruturação do quadro regional. O todo não é, por isso, o simples somatório das partes organizadas em conjuntos mutuamente exclusivos. Numa palavra, não se trata de “mecânica” de encaixe automático do tipo “cascata de planos” (sectoriais e territoriais), mas de formulação de prospectivas e desígnios que requerem adaptabilidade, negociação, escrutínio político, sentido da oportunidade; que requerem, em suma, uma forte capacidade de reflexividade e de interacção entre actores públicos e privados.

D.1. Estrutura – Sistemas Estruturantes de Povoamento

A – Litoral

B – Viseu e Planalto Beirão

C – Eixo Urbano da Beira Interior

A1 - Sistema Urbano de Aveiro (sistema urbano do Baixo Vouga, que se desenvolve em torno dos pólos de Aveiro - Águeda, incluindo Ílhavo/ Estarreja/ Albergaria-a-Velha/ Oliveira do Bairro/Ovar, Vagos)

Comentários:

- Posição face à Conurbação Metropolitana do Porto. Necessidade de contrariar o “efeito “sombra”. Necessidade de reforçar a importância urbana e funcional da aglomeração de Aveiro
- Necessidade de estruturar o aglomerado contínuo de Aveiro (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) com as opções urbanísticas e de ordenamento do sistema urbano polarizado por Aveiro.
- Posição favorável na logística nacional e regional. Ligação ferroviária ao porto de Aveiro; rótula IP1/IP5; estação da RAVE; plataforma logística de Cacia (complexo químico de Estarreja).
- Valorizar os recursos hídricos e concluir os projectos de despoluição integrada da Ria de Aveiro. Projectos hidro-agrícolas do Baixo Vouga
- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral (erosão litoral; Dunas de S. Jacinto)
- Qualificação dos recursos biofísicos da Ria. Articulação das políticas de conservação da natureza com usos agrícolas, florestais, aquacultura, turismo
- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização rural difusa com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das actividades agro-pecuárias e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos. Importância da adequação dos suportes infraestruturais (vias, esgoto, água, telecom., gás) ao controlo da urbanização e da industrialização dispersas; importância dos pontos de ligação da malha capilar aos nós do sistema arterial rodoviário; qualificação urbana dos eixos das ENs continuamente urbanizados

- Favorecer o reordenamento industrial. Forte presença industrial (moldes e plástico, química, cerâmica, metalomecânica ligeira). Importância do dinamismo industrial (PIB, VAB, Emprego, exportações)
- Promover o desenvolvimento dos serviços avançados às empresas (telecomunicações, soluções informáticas, novos materiais e produtos, tecnologias da saúde). Instituições de Ensino Superior e centros de IDT. Ciência e tecnologia. Meios inovadores.
- Convergência de prioridades ambientais (Baixo Vouga, Ria, Orla Costeira), logísticas, ciência, tecnologia e competitividade industrial, clarificação da estrutura policêntrica da Região Centro e do Litoral, etc., tornam a NUT Baixo Vouga uma prioridade em termos da articulação dos Eixos Prioritários do QREN/PO da Região Centro.

A2 - Sistema Urbano de Coimbra-Figueira da Foz (sistema urbano do Baixo Mondego, polarizado pelos pólos de Coimbra – Figueira da Foz, com Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã, Miranda do Corvo (arco Nascente) e Condeixa-a-Nova, Soure, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Mealhada

Comentários:

- Importância da “capitalidade” terciária de Coimbra. Reforçar as fileiras empresariais dos serviços relacionados com a saúde e o ensino especializado. Concentração dos serviços regionais da Administração Pública;
- Importância da Universidade e das instituições de IDT (saúde, biotecnologia, materiais) para o reforço da base produtiva industrial de Coimbra;
- Necessidade de estruturar (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) o sistema urbano polarizado por Coimbra;
- Zona estratégica do Taveiro (nó do IP1, logística, ligação à RAVE?);
- Articulação com o potencial portuário da Figueira da Foz e da Linha da Beira Alta;
- Défice de articulação entre os traçados e nós da rede arterial rodoviária, com a rede capilar e com a definição do suporte infraestrutural da urbanização em torno de Coimbra;
- Campos do Mondego como prioridade de valorização e gestão (regadio, agricultura e valores ambientais)

A3. Sistema Urbano Leiria/Marinha Grande (sistema urbano do Pinhal Litoral, incluindo Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, e Pombal)

Comentários:

- Posição face à Conurbação Metropolitana de Lisboa. Contrariar o “efeito “sombra”. Necessidade de reforçar a importância urbana e funcional de Leiria;
- Necessidade de estruturar a conurbação de Leiria (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) com as opções urbanísticas e de ordenamento do sistema urbano polarizado por Leiria/Marinha Grande/Pombal. Ligação IP1/IC1 e pressões sobre a urbanização litoral a partir dos nós de conexão entre redes arteriais e capilaridades locais e supra-locais (ENs). A17/IC1
- Qualificar a infra-estrutura de suporte à urbanização e à industrialização difusas. Reforço das polaridades ao longo da EN1;
- Reforço da importância do ensino especializado e das instituições de IDT
(moldes, cerâmica e vidro);
- Valorização ambiental e hidrológica da bacia do Lis.

B1. Sistema Urbano de Viseu (em parte contido na NUT Dão-Lafões; associando o sistema urbano da Serra da Estrela em torno de Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia)

B1 – Sistema Urbano de Viseu (núcleo duro: Viseu, Tondela, Nelas, Mangualde). Outras Polarizações: Aguiar da Beira, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Fornos de Algodres

B2 – Corredor do Lafões; Vale do Vouga (Sever do Vouga, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vouzela, N16 e ligações ao IP5)

B3 – Envolvente da Albufeira da Aquieira (rio Mondego) e Fronhas (rio Alva) (Linha da Beira Alta, IC12, Mortágua, Stª Comba Dão, Carregal do Sal, Tábua))

B4 – Corredor Urbano da Estrada da Beira (Estrada da Beira N17/IC7: Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia)

Comentário:

- Posição estratégica no eixo do IP5 (Aveiro, Viseu, Guarda) e na ligação a Coimbra e Vila Real/Chaves (IP3);

- Reforço da massa crítica da constelação urbana polarizada por Viseu (Mangualde, Nelas, Tondela, S. Pedro do Sul); associar uma “segunda coroa” (Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, sobre o IC7), aproveitando o reforço de acessibilidade permitido pelo IP3, IC12 (Santa Comba/Nelas), IC37 (Nelas/Seia) e pela linha da Beira Alta; posição de polaridade partilhada, no Corredor do Lafões (com Aveiro) e na zona da albufeira da Aguieira (com Coimbra)
- Reforço da centralidade de Viseu (ensino especializado, saúde, administração pública/nível sub-regional, instituições culturais, serviços ao consumo final; serviços às empresas);
- Rarefacção/envelhecimento demográfico e importância da rede de pequenos aglomerados (vilas e cidades de pequena dimensão);
- Atractividade industrial (fileiras automóvel e madeiras);
- Importância do Mondego e do Alva; Barragens da Aguieira; Planos de Bacia e fecho dos sistemas em alta de água e saneamento;
- Produtos agrícolas de qualidade e diferenciação.

C - Eixo Urbano da Beira Interior Eixo Longitudinal Guarda – Covilhã –Fundão - Castelo Branco)

C1 Guarda - Rótula (A23/IP5); logística (PLIE) e posição transfronteiriça estratégica na ligação à A62 - Autovia de Castela - Salamanca, Valladolid, Burgos); linha da Beira Alta

Comentários:

- Municípios polarizados: Trancoso, Meda (IP2); Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Fornos de Algodres (no eixo IP5 Viseu)
- Afirmção como polaridade de serviços (topo hierárquico regional); hierarquia/especialização na rede urbana sobre o eixo da A23 (Guarda-Covilhã-Castelo Branco); Instituto Politécnico da Guarda.
- Cooperação transfronteiriça (Ciudad Rodrigo/Salamanca);
- Turismo e Serra da Estrela; importância do reforço da ligação a Norte (IP2) com o Douro Vinhateiro, o Vale do Côa/Vale do Douro Internacional e fileira turística TER;
- Abandono agrícola; desenvolvimento rural e recursos endógenos;

- Importância da definição do “kit mínimo” de equipamentos e serviços de proximidade localizados nos pequenos aglomerados urbanos dos concelhos em esvaziamento e envelhecimento demográfico; políticas de coesão

C2. Covilhã/Fundão (Cova da Beira) (incluída no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco)

Comentários:

- Desencravamento proporcionado pela A23; importância do IC6; cooperação inter-urbana com Guarda e Castelo Branco; reforço da relação funcional com Belmonte e Penamacor
- Pólo universitário (UBI, Faculdade de Ciências da Saúde) e Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã PARKURBIS; atractividade industrial e crise da fileira têxtil;
- Perímetro de regadio da Cova da Beira; fileira frutícola, certificação e organização e promoção de mercados para produtos de denominação de origem;
- Recursos ambientais e paisagísticos (Serra da Estrela, Gardunha, Malcata); turismo, Aldeias Históricas e TER.

C3. Castelo Branco (Beira Interior Sul, incluída no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco)

Comentário:

- Desencravamento proporcionado pela A23; ligação ao Médio Tejo; qualificação da ligação a Monfortinho e à fronteira e a Cáceres;
- Polaridade terciária (serviços e administração pública); Instituto Politécnico;
- Importância da definição do “kit mínimo” de equipamentos e serviços de proximidade localizados nos pequenos aglomerados urbanos dos concelhos em esvaziamento e envelhecimento demográfico; políticas de coesão;
- Zona Industrial (122 ha de área de expansão);
- Perímetro de regadio da Idanha; agricultura e desenvolvimento rural;
- Valores paisagísticos, sobretudo no Parque Internacional do Tejo

- Turismo (Aldeias Históricas, caça, termas, turismo em espaços naturais).

D. Eixo Urbano do Pinhal Sul (IC8 a partir de Pombal): Ansião (cruza com o IC3, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande (Barragem do Cabril), Sertã, Proença-a-Nova

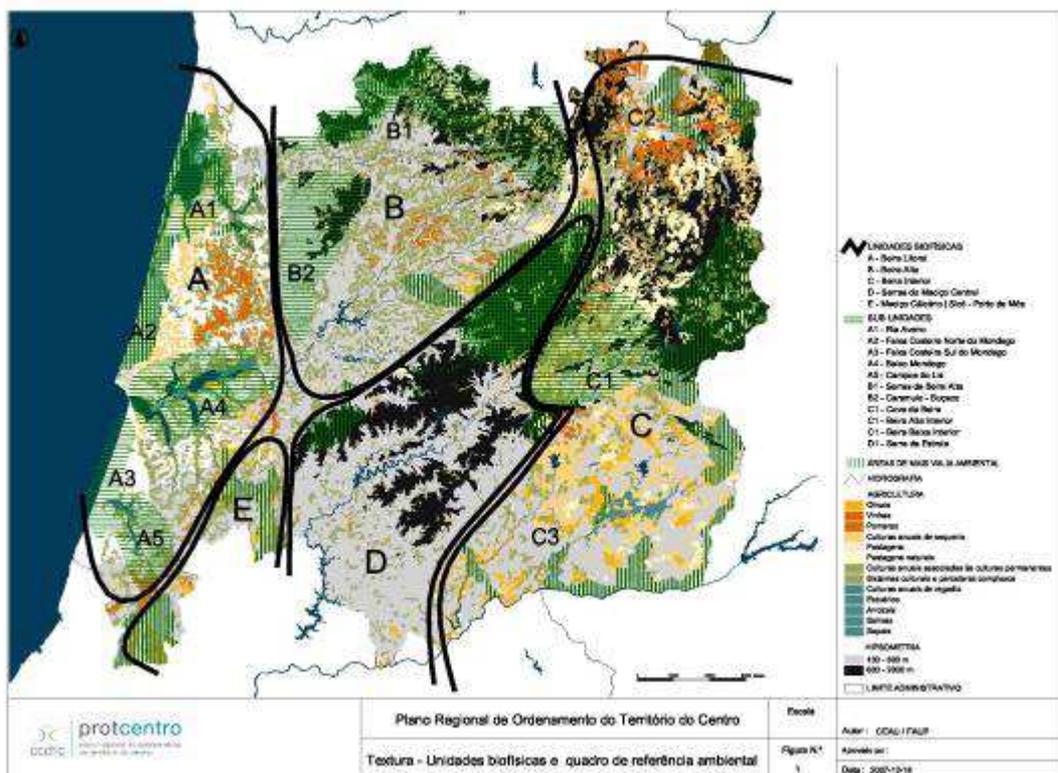
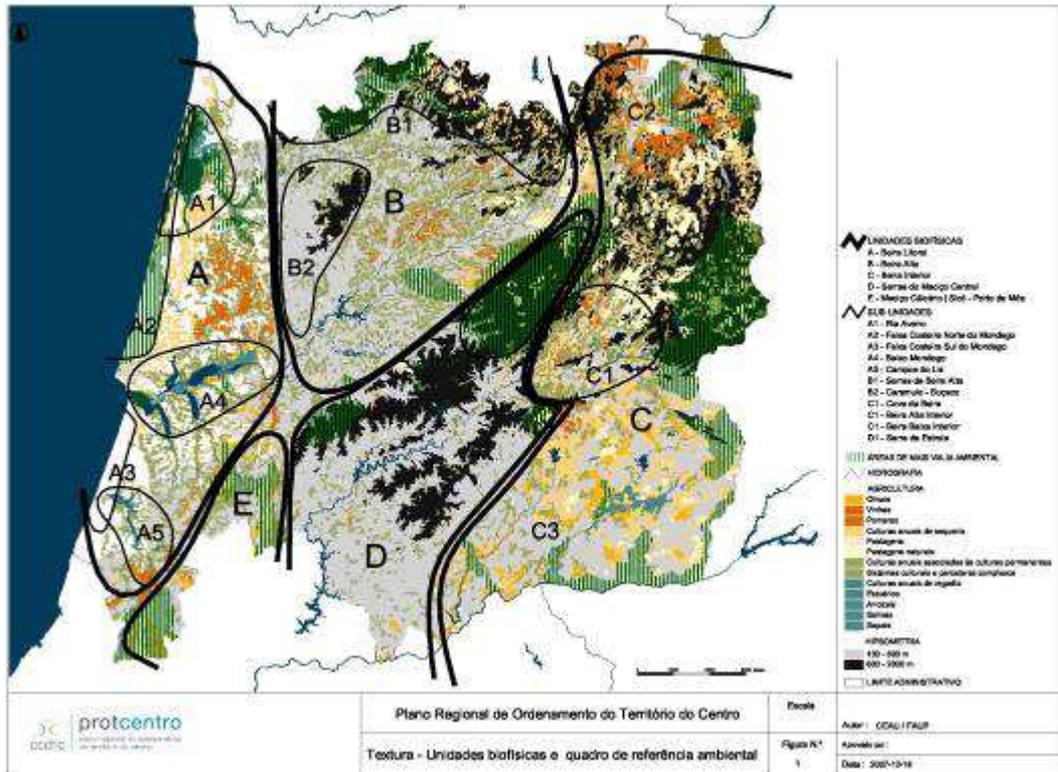
Comentário:

- Trata-se de um conjunto de municípios marcados pela pequena dimensão, por perdas demográficas e por economias muito débeis, situados numa área onde domina o pinhal em solos pobres e montanhosos da bacia do Zêzere. No futuro as oportunidades virão de uma melhor ligação a partir do IC8 (d direcção Pombal/Leiria; direcção Tomar IC3; direcção Castelo Branco por Proença-a-Nova)

- A biomassa pode proporcionar uma melhor gestão dos recursos florestais e uma diminuição do risco de incêndio e da degradação da paisagem; a existência de albufeiras, complementa estes factores de atractividade

D.2. Textura – Unidades Biofísicas e Quadro de Referência Ambiental

(duas representações gráficas alternativas)



Esta carta de síntese retoma a carta que está inserida atrás (IV – Modelo Tendencial – Unidades Territoriais - síntese analítica), apresentada na 3ª Reunião Plenária da CMC em 27/6/2007, Leiria. Esta nova versão decorre da discussão entretanto havida e que, grosso modo, responde a duas questões:

- as dificuldades de leitura e de interpretação da legenda dessa carta;
- a necessidade de clarificar, nas cartas do Modelo Territorial, as justificações que decorrem da importância dos parâmetros biofísicos na delimitação de unidades geográficas pertinentes para as políticas de ordenamento.

As grandes unidades biofísicas que constavam no primeiro mapa e que enfatizavam os efeitos de barreira, eram as seguintes:

- Serras da Cordilheira/Maciço Central (incluindo Sicó e Alvaiázere),
- Planaltos e Serras da Beira Alta,
- Beira Transmontana (planalto e bacia do Côa),
- Beira Interior Sul (campo de Castelo Branco e Campina da Idanha),
- Caramulo-Buçaco,
- Serras de Aire e Candeeiros.

Este novo mapa mantém no essencial esta partição, acrescentando/modificando as denominações e as partições geográficas para articular lógicas de barreiras/descontinuidades, com lógicas de relativa homogeneidade dos traços de paisagem e dos ambientes geográficos.

O conjunto de variáveis que constam deste mapa resultam da combinação de:

- redes e bacias hidrográficas; estuários e sapais; salinas;
- hipsometria;
- áreas classificadas na ERPVA, Estrutura Regional de Preservação e Valorização Ambiental;
- usos agrícolas relevantes: sistema mediterrânico (sequeiro, vinha, olival, pomar); usos extensivos de montanha (pastagens naturais e pastagens); mosaico da policultura (sistemas culturais e parcelares complexos, culturas anuais associadas a culturas permanentes); perímetros regados (culturas anuais de regadio)

A inclusão dos usos agrícolas pretende apenas destacar a associação entre ambientes biofísicos e traços estruturais de paisagem que vêm dos sistemas tradicionais de agricultura intimamente associadas aos constrangimentos climáticos e bio-físicos

Assim:

- A Região Centro é “partida” em três grandes unidades que, do litoral para o interior, distinguem a Beira Litoral (A), o sector intermédio das montanhas (B,D,E), e a Beira Interior (C).

- **A Beira Litoral.** A Beira Litoral repete um padrão que inclui, do litoral para o interior, um cordão dunar arenoso densamente florestado (A2 e A4), e o terreno colinar de matriz argilosa (veja-se a importância da vinha a Norte do Mondego (Oliveira do Bairro, Anadia, Cantanhede, Mealhada); de Norte para Sul, destacam-se as unidades da Ria de Aveiro (A1), do Campo do Mondego (A3), e do Lis (A5), de elevada importância biofísica e paisagística, incluindo zonas húmidas de especial interesse ambiental;

- **C Beira Interior.** A Beira Interior subdivide-se em três unidades dotadas de uma grande coerência e identidade paisagística. **C1 Cova da Beira** é uma depressão entre montanhas – Malcata, Estrela e Gardunha - drenada pelas Rib^a de Caria e Meimoa, com perímetros de regadio e uma diversidade grande de culturas, onde se destaca a cereja. **C2 Beira Transmontana** é constituída pelos planaltos a Norte da Malcata drenados pelo Côa; trata-se de um ambiente contrastado entre os planaltos secos de Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida (nota-se a dominância dos pastos naturais e do sequeiro) e as zonas abrigadas onde já se encontra uma combinação de cultivos próprios da Terra Quente Duriense (vinha de Pinhel e da Meda, Vale da Rib^a da Teja). **C3 Beira Interior Sul** é uma “Beira Baixa”, um retalho Alentejano situado na margem Norte do Tejo e drenado pelo Erges, Aravil, Ponsul e Ocreza que nascem no rebordo montanhoso a Norte e NO, na Malcata, Monsanto e em Penha Garcia ou na Gardunha. Fora do perímetro de regadio, domina o sequeiro de cereal o montado e a esteva. O Tejo Internacional caracteriza-se pela excepcionalidade da sua paisagem e geologia e por episódios únicos como as Portas de Ródão.

- As unidades centrais (B,D,E) caracterizam-se pela presença de planaltos e montanhas, divididas entre 3 sub-unidades:

. **B – Beira Alta** (ou Planalto Beirão), onde se distinguem dois rebordos montanhosos, B1 Serras da Beira Alta; e B2 Caramulo e Buçaco. A área de maior expressão, situada entre montanhas, corresponde à Plataforma do Mondego, uma superfície com o vértice orientado para SO onde o encaixe do rio Mondego faz a transição para o Baixo Mondego. A NO, entre as Serras da Arada e do Caramulo, individualiza-se o corredor do Lafões. Esta unidade geográfica entre serras, caracteriza-se pela elevada fragmentação do mosaico agrícola da policultura, destacando-se a especialização dos Vinhos do Dão.

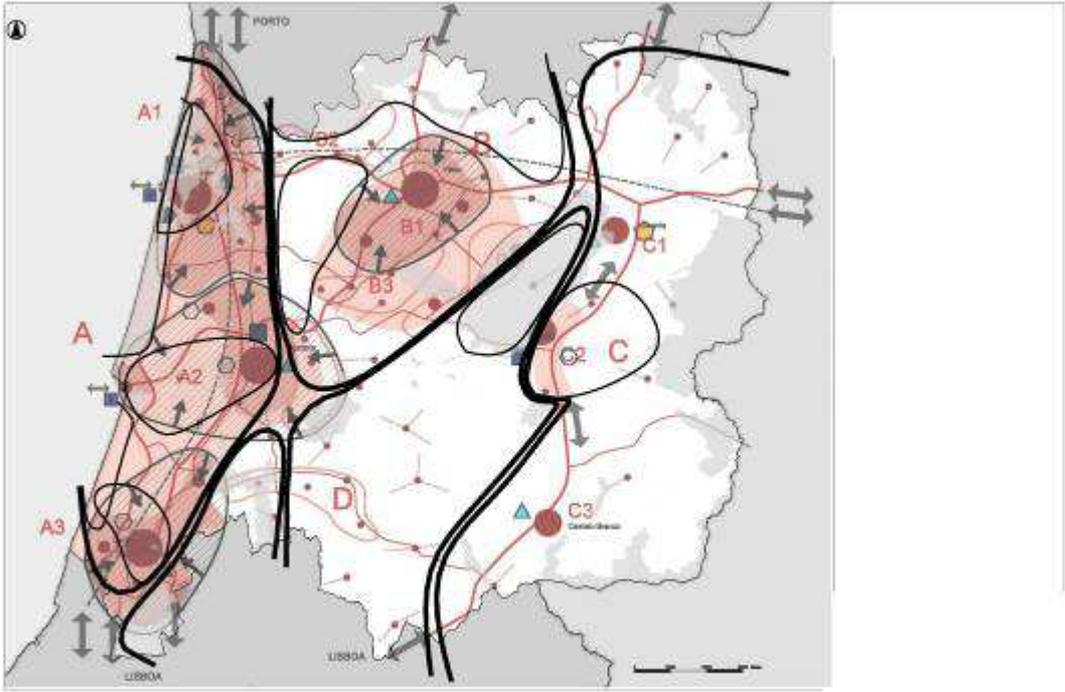
. **B1 Montanhas da Beira Alta**, é a região “onde termina a Beira e começa o Douro”, entre as serras do Montemuro, Leomil, Lapa/Nave e Pereiro/Pisco, estas na bacia do Alto Távora. Trata-se de um terreno granítico de montanha – as Terras do demo de aquilino - onde é comum o castanheiro, com um clima extremo e frio;

. **B2 Caramulo e Buçaco**, é uma descontinuidade montanhosa que atenua a influência atlântica e donde partem linhas de água da bacia do Águeda, sobretudo. A mata do Buçaco possui um interesse botânico e patrimonial de elevada qualidade visto ter sido um “deserto” carmelita e, depois mata nacional.

.**D Serra da Estrela e Serras do Maciço Central**. Esta sub-unidade corresponde a uma vasta área que, grosso modo, compreende as NUT Serra da Estrela (com Manteigas), e Pinhal Interior Norte e Sul. A Serra da Estrela – Parque Nacional -, merece aqui um destaque por motivos que decorrem da sua notoriedade turística, ambiental e cultural. O resto do território, compreendendo uma área importante da bacia do Zêzere, estende-se pelas serras do Açor e da Lousã e, na margem esquerda do Zêzere, as serras da Gardunha, Muradal e Alvelos

.**E Maciço Calcário** – Sicó e Porto de Mós. Esta sub-unidade pertence à extensão Norte do Maciço Calcário Estremenho (Sicó e Alvaiázere no Alto Nabão), fazendo a transição com a Beira Litoral (Pinhal Interior Sul). É a especificidade do calcário (elevada permeabilidade e circulação subterrânea de água, pobreza do solo, secura) que caracteriza este ambiente mediterrânico onde a oliveira tem uma presença forte.

D.3. Sobreposição (simplificada) “Textura/Estrutura”



II Enfoques sub-regionais da Região Centro

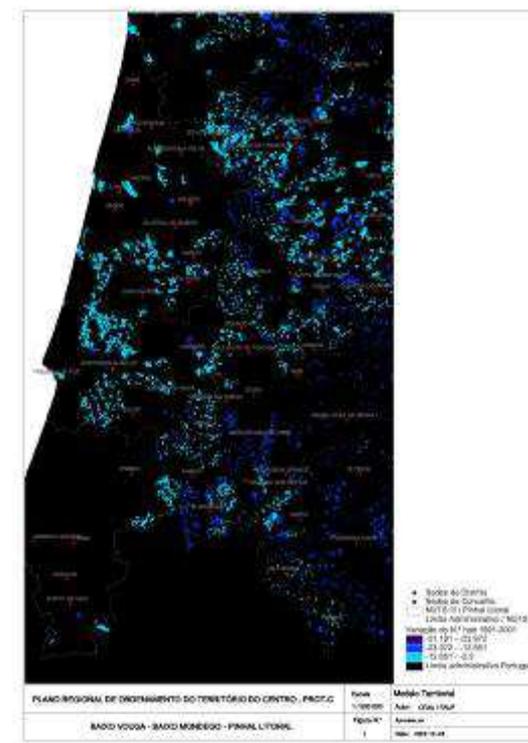
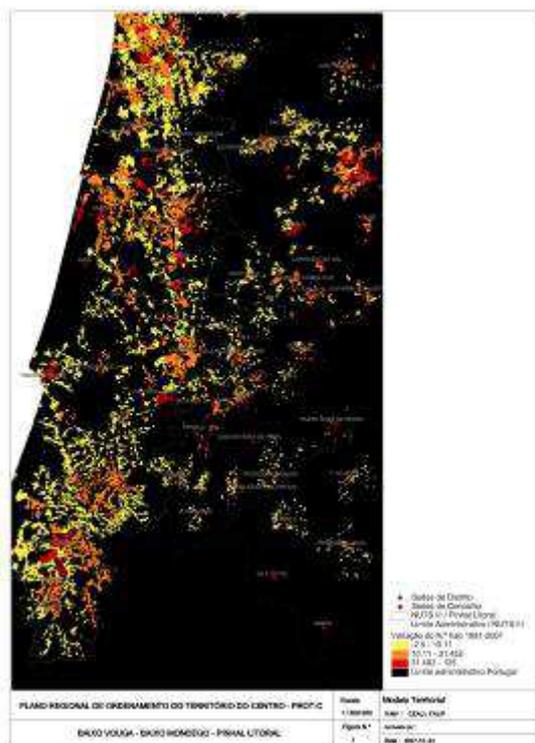
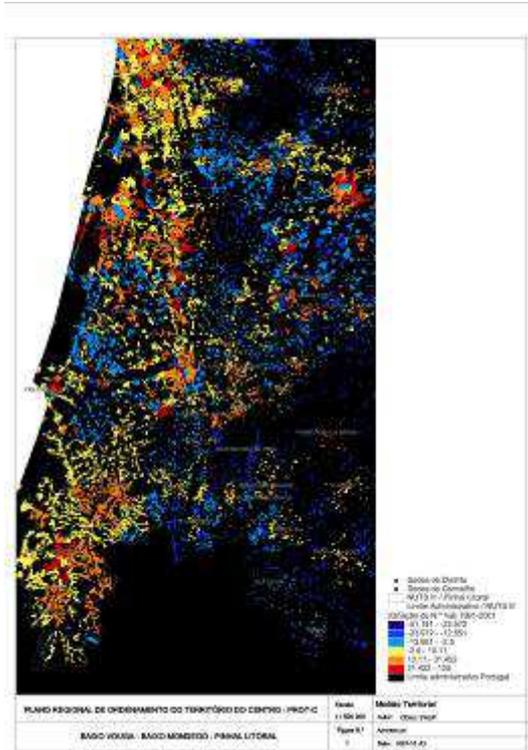
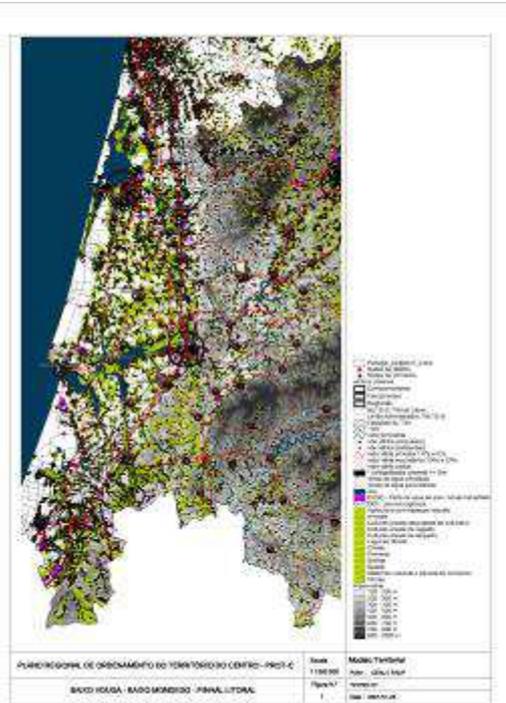
De acordo com a leitura cruzada entre as duas cartas síntese que explicam o Modelo Territorial da Região Centro – Textura Biofísica e Estrutura Urbana –, pretende-se neste capítulo enfatizar os principais traços de caracterização e de prospectiva, que, ao nível sub-regional contribuem para a operacionalização dos objectivos contidos no PROT.Centro. Com a diversidade dos suportes cartográficos e a extensão dos textos explicativos e orientadores da normativa, pretende-se maximizar a comunicação do documento PROT e a sua acessibilidade aos vários actores sociais, públicos e privados, envolvidos na transformação e na regulação das dinâmicas territoriais. A governabilidade e a governança, envolvem hoje uma diversidade enorme de actores com interesses, poderes, objectivos, calendários e recursos muito variados. O efeito da globalização (influência crescente de processos e formas de regulação que não são controláveis nos níveis local, regional ou nacional), da diminuição do poder e da centralidade do Estado nos processos de regulação, da sobreposição e desarticulação de tutelas sectoriais e respectiva cartografia administrativa, ou da própria fragmentação municipal e do défice de concertação inter-municipal, exige uma maior comunicabilidade dos planos e da sua representação gráfica e textual, de modo a acelerar a formação de consensos e estratégias e objectivos partilháveis.

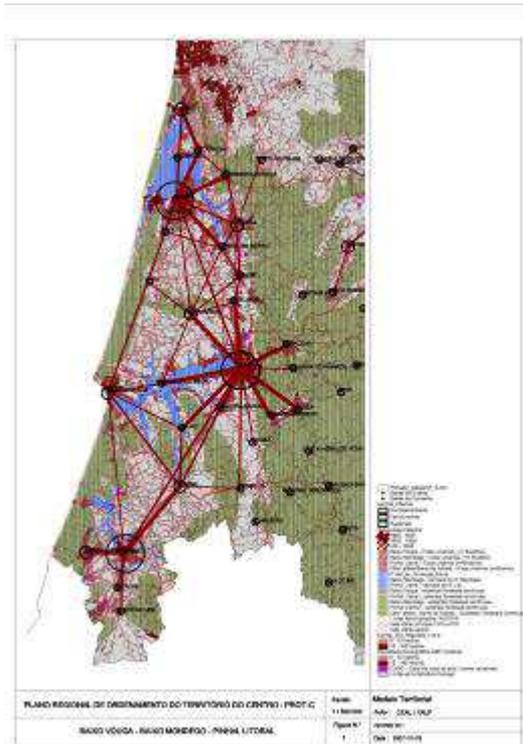
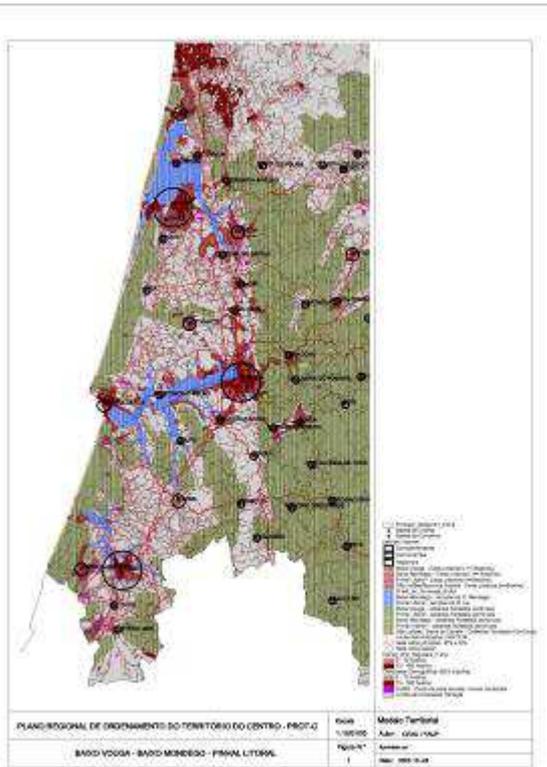
Assim, foram definidos, para a região Centro, quatro enfoques sub-regionais:

- enfoque sub-regional da Beira Litoral;
- enfoque sub-regional da Beira Alta / Planalto Beirão;
- enfoque sub-regional da Beira Interior;
- enfoque sub-regional da Serra da Estrela e Pinhal Interior.

As recomendações referentes ao Povoamento e Ordenamento do território ao nível dos enfoques sub-regionais organizam-se a partir dos critérios aplicáveis às situações territoriais específicas e com suficiente homogeneidade para os seus efeitos.

A. Enfoque sub-regional da Beira Litoral

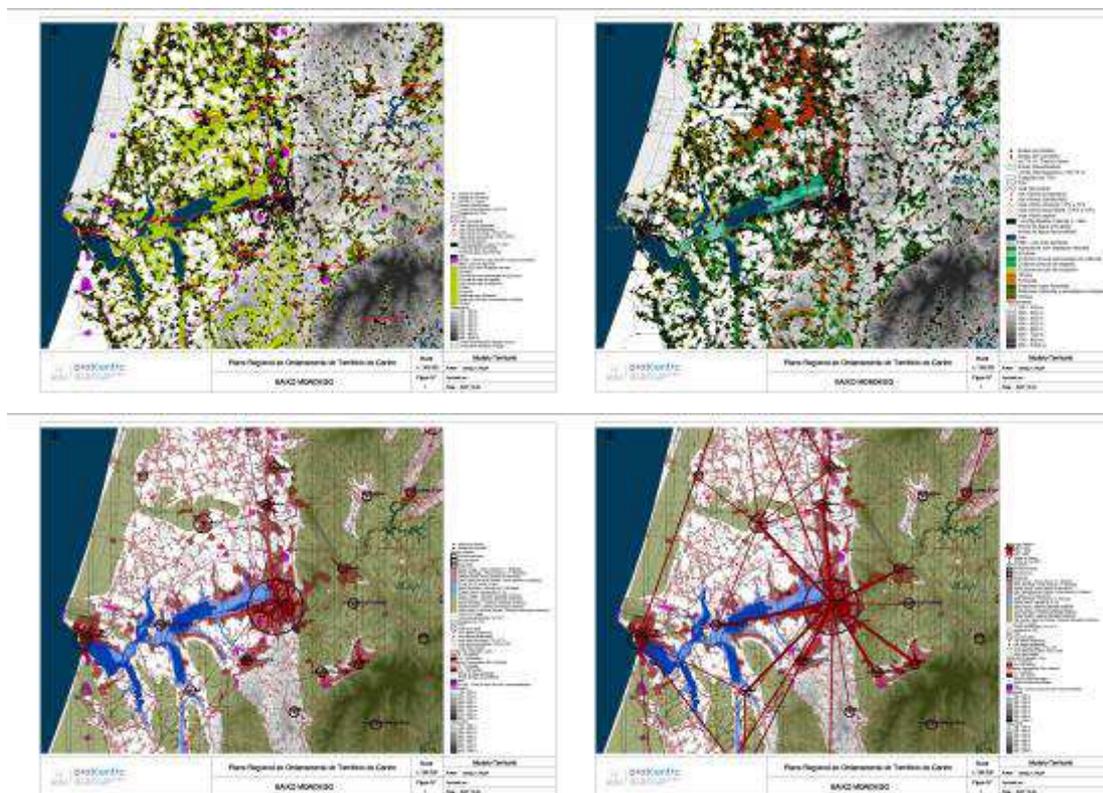




O enfoque sub-regional da Beira Litoral considera três Sistemas Urbanos:

- o sistema Urbano de Coimbra - Figueira da Foz / Baixo Mondego;
- o sistema urbano de Aveiro - Baixo Vouga;
- o sistema Urbano Leiria - Marinha Grande / Pinhal Litoral.

A.1. Sistema Urbano de Coimbra – Figueira da Foz / Baixo Mondego



Preâmbulo

O Sistema Urbano de Coimbra-Figueira da Foz / Baixo Mondego tem como referência dois princípios de organização:

O primeiro deriva do quadro biofísico da região caracterizado pela presença do Campo do Mondego e da planície aluvial que compreende o tramo final do rio Mondego e os afluentes da margem direita e esquerda onde domina o arrozal. O Cordão Litoral arenoso e as suas lagoas e pinhais, a Serra da Boa Viagem e os terrenos argilosos entre o cordão arenoso e a linha de relevo que se estende das Serras do Buçaco a Sicó, constituem as outras unidades de paisagem onde, sobretudo nesta última, se estende o mosaico do minifúndio que associa a cultura da vinha (Mealhada e Cantanhede), ou a mistura de hortas, pomares, milho, etc. típicas das regiões de transição entre ambientes atlânticos e mediterrânicos. Como alguns autores referem, o Baixo Mondego é o “Norte do Sul”, mistura destas referências naturais e culturais, com a ênfase dos terrenos calcários e pobres da Serra de Sicó onde a oliveira está mais presente. A montante de Coimbra, a bacia do Mondego caracteriza-se por uma elevada movimentação do relevo e pela contiguidade dos cobertos florestais de pinheiro e eucalipto, só interrompidos por trechos de vales apertados e depressões onde se acumularam depósitos detríticos (nos vales dos rios Mondego, Arouce e Corvo, sobretudo) e onde se encontram

pequenos retalhos agrícolas e terras mais povoadas como Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã, Miranda do Corvo e Penela;

O segundo princípio de organização associa a relação entre a rede viária arterial e as principais nucleações urbanas. Coimbra e, com menor expressão, Figueira da Foz são as aglomerações de maior importância e também de perfil funcional distinto. Coimbra é uma indiscutível capitalidade regional com uma presença longa no tempo histórico, uma referência patrimonial, um pólo universitário e de concentração da fileira da saúde e dos serviços regionais desconcentrados. Figueira passou de povoado piscatório a uma especialização turística de longa tradição balnear e de vilegiatura. Figueira é também porto marítimo ligado à linha do Oeste e à linha da Beira Alta, com crescente importância industrial e boa ligação à rede arterial viária (IC1, IP3, e IC8 a A1). O denominado “Eixo Coimbra, Figueira da Foz” é por isso uma relação de forte complementaridade funcional, reforçada pelas novas acessibilidades viárias entre o Campo do Mondego e a relação com o Atlântico. Não se trata, portanto de uma contiguidade, de uma conurbação contínua. Coimbra constitui a maior aglomeração urbana/funcional da região, estendendo-se pelas duas margens do Mondego e estabelecendo eixos de contiguidade urbana ao longo da N1 em direcção à Mealhada para Norte, e a Condeixa, para Sul, e a ligações pontuais aos nós do eixo paralelo do IP1. Para Nascente, as ligações aos núcleos de Penacova, Miranda do Corvo e Lousã e, menos, Vila Nova de Poiares e Penela, seguem antigos eixos rodoviários e ferroviários e fazem-se de forma descontínua embora num contexto de elevada dependência funcional. Pela N234, Coimbra-Cantanhede e Cantanhede-Mealhada, vai-se adensando a malha linear de urbanização, desigualmente tensionada pela maior ou menor comodidade das novas ligações com os nós auto-estradais do IP3 e do IP1. Montemor-o-Velho, de antiga praça-forte sobre o Campo do Mondego situa-se agora numa amarração estratégica ao IP3 e às novas oportunidades de ligação rápida a Coimbra e à Figueira.

Como aconteceu recentemente em todas as áreas de urbanização extensiva, encontramos perante a articulação e o conflito entre dois tipos diferentes de estruturação do povoamento:

O primeiro vem do passado e associa as principais marcações urbanas (vilas e cidades) à rede de estradas nacionais e ferrovias. As lógicas do povoamento rural e dos recursos de solo e água, legaram-nos uma malha muito densa de caminhos, estradas e povoados (freguesias, lugares, quintas,...) onde se foi densificando a malha do povoamento disperso ao longo de vias e se foi diluindo a marcação dos limites entre aglomerados urbanos e assentamentos rurais. Seja na tecitura fina entre a Tocha, Cantanhede e o Mondego, seja no corredor da N1, mais denso e com mais actividades, a percolação do povoamento insinua-se até à retícula viária mais fina, combinando agricultura, habitações, armazéns e fábricas;

O segundo é recente e decorre dos traçados rodoviários arteriais que pontuaram o território com nós de acesso, constituindo um novo factor de organização do território e de potencial

polarização. Esta malha de nós ocorre em situações que se podem caracterizar por dois extremos:

. ao longo do IP1, entre Condeixa e Mealhada, passando por Coimbra, este novo mapa de acessibilidades constitui importante oportunidade de estruturação urbana, criando alternativas de descongestionamento de vias saturadas que foram absorvidas pela urbanização extensiva de maior densidade. Entre Coimbra e Mealhada, o cruzamento de eixos longitudinais e transversais de escala nacional (IP3 e IP1, e IC3 previsto no Plano Rodoviário Nacional PRNI) trazem novas oportunidades logísticas e pressionam lugares como Botão e Souselas onde precedências industriais se misturam com efeitos de aproximação a Coimbra; a Sul entre Antanhol e Taveiro repete-se esta lógica centrífuga (em relação ao núcleo funcional antigo de Coimbra), transformando o nó auto-estradal em novas pressões de agrupamentos funcionais e logísticos;

. ao longo do IP3 e do IC1, muitos nós fazem uma comunicação directa com a filigrana urbana de baixa densidade, introduzindo factores de destabilização e aumentando a pressão sobre os usos turísticos (Cordão Litoral a poente do IC1), ou novas procuras industriais ou logísticas que privilegiam o acesso directo aos eixos nacionais de transporte.

Uma vez exposto este cenário, considera-se fundamental a elaboração de um “Plano de Estrutura” que fixe as questões mais importantes à escala alargada da urbanização e da infra-estruturação, por um lado, e da defesa das qualidades biofísicas e paisagísticas do Baixo Mondego e do Cordão Litoral.

Dos temas da escala supra-municipal a considerar neste âmbito, destaca-se:

- a necessidade de estruturação de Coimbra-aglomeração, cujo território ainda está dentro dos limites do município de Coimbra.

. as oportunidades de escala supra-local decorrentes da construção da estação da RAVE que constitui uma ocasião favorável de qualificação urbana numa zona de elevado conflito de tráfego e de desenho de infra-estruturas pesadas; mas também de elevado potencial intermodal;

. a qualificação urbanística nas duas margens deve ser complementada com a estruturação da malha urbana entre Taveiro, o IP1 e o IC2, aproveitando a oportunidade de construção do i-Parque. A eventual revisão do PRN (traçado do IC3/VCRE) devia aprofundar a compatibilidade entre um IC e uma avenida urbana, privilegiando o segundo perfil como peça de estruturação urbana;

. para Norte, sobre o eixo do IC2 de ligação ao IP3 e a Souselas, existem amplas reservas de solo que deveriam ser desenvolvidas e qualificadas em ligação com a Plataforma Logística Coimbra/Mealhada, evitando o mais possível a produção de nova infra-estrutura pesada e privilegiando a requalificação e a densificação de território já infra-estruturado e com as mesmas vantagens de proximidade ao nó IP3/IC2 e IP1 e às ferrovias das linhas do Norte e Beira Alta;

- a premência da estruturação urbana sobre o eixo da N1/IC1 entre Coimbra, Mealhada e Anadia;

- a necessidade de estruturação urbana de Montemor o Velho: expansões em direcção aos nós do IP3; Zona Empresarial/logística relacionada com o porto da Figueira e o IP3, ALE de Figueira/Montemor-o-Velho;

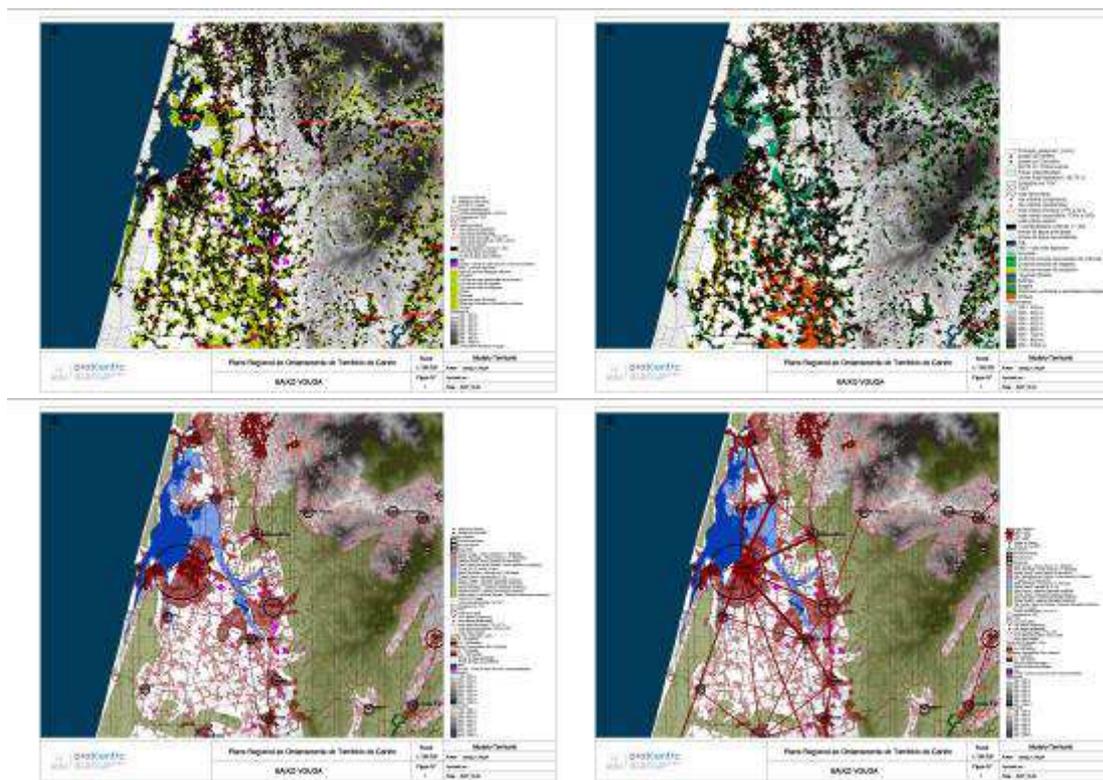
- a indispensabilidade de estruturação urbana do aglomerado da Figueira da Foz e a ligação ao nó do IC1 na zona de Cova/Gala, ligação ao porto, e protecção da zona das salinas da Ilha da Murraceira;

- em toda a faixa litoral, a necessidade de controlo da pressão urbanística junto aos nós do IC1, prevendo graves conflitos de dotação infra-estrutural, entre a auto-estrada e a reticula de vias que suporta a urbanização linear de baixa densidade, e de excesso da carga urbana em amplas zonas caracterizadas por sensibilidades ambientais e presença do minifúndio agrícola misturado com a residência;

- a importância hídrica, agrícola e ambiental e a dimensão territorial da planície fluvial do Mondego aconselham a produção de directivas para a qualificação da urbanização dispersa e infra-estruturação de água e saneamento ao longo das N341 e N111 e outras vias secundárias.

- o apelo a uma maior coordenação inter-municipal dado que, não existindo contiguidade urbana no eixo Coimbra/Figueira da Foz, tem-se verificado um aumento das relações funcionais ao nível de diversas iniciativas.

A.2. Sistema urbano de Aveiro - Baixo Vouga



Preâmbulo

O Sistema Urbano de Aveiro desenvolve-se num âmbito geográfico marcado pela presença das terras baixas da Ria de Aveiro e do sistema lagunar onde conflui a bacia do Vouga e uma série de linhas de água que drenam para a ria. Entre a Barrinha de Esmoriz e Mira, o cordão litoral arenoso desenha uma orla costeira de elevada sensibilidade ambiental. Este sistema natural é limitado a Nascente pelas terras altas das Serras da Arada e do Caramulo.

A zona húmida definida pelo baixo Vouga e pela ria, constitui uma paisagem única no país e um recurso que se desdobra em diversas potencialidades: plataforma portuária, pesca, salinas, aquacultura, agricultura, desporto, turismo, ou protecção da natureza. Genericamente, verifica-se uma forte pressão construtiva na orla da ria onde, de resto se expandiram os maiores perímetros urbanos de Aveiro e Ílhavo e se construíram traçados infra-estruturais, sobretudo o IP5 e o previsto acesso ferroviário ao Porto de Aveiro, que marcam indelevelmente a paisagem. Na bordadura da ria, os complexos industriais de Cacia e Estarreja (pasta de papel e química) deixaram uma forte pegada ambiental agora em vias de resolução. Em termos ainda de ameaças, o abandono das práticas tradicionais da ria (apanha do moliço, salinicultura) e da agricultura tradicional (abandonada ou substituída por práticas mais intensivas no uso de fertilizantes e outros agro-químicos), provocou processos de degradação (eutrofização, abandono de salinas, da protecção dos campos face ao avanço da água, salinização, etc.) que terão que ser contrariados no sentido de preservar a unidade

paisagística da ria e as suas qualidades. Por outras palavras, a Ria de Aveiro está a perder práticas ancestrais que modelaram as suas condições biofísicas, e a ganhar outras que não podem apenas ser predatórias de paisagem mas produtoras de novos equilíbrios.

O núcleo urbano de Aveiro é o aglomerado mais importante da sub-região, concentrando funções de carácter direccional, ensino superior e serviços avançados, e um porto de mar (mercadorias e pesca) cuja competitividade está dependente da finalização dos acessos ferroviários e do completamento de obras de drenagem, canais navegáveis e cais de acostagem e marina.

A coalescência urbana de Aveiro e Ílhavo forma o maior continuum construído em torno do sector SO da Ria. A Norte, por Estarreja e Murtosa continua a urbanização periférica da laguna e das terras agricultadas.

No eixo Norte/Sul, a poente, a contiguidade urbana e industrial segue o traçado da N1 que liga as principais sedes concelhias (Albergaria, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia e diversas zonas industriais). O padrão dominante de localização industrial acompanha a fragmentação e a difusão urbana, guiado pela lógica da N1 e, mais recentemente, pelos acessos aos nós do IP1. O impacte ambiental desta actividade divide-se entre presenças pontuais de forte perturbação (químicas de Cacia e pasta de papel), e riscos de poluição difusa a partir de PMEs situadas fora e dentro de zonas industriais e muito misturadas com o povoamento.

Em matéria de acessibilidade, o Sistema Urbano de Aveiro ocupa um posicionamento muito favorável na confluência de três eixos rodoviários Norte/Sul (IC1, IP1 e IC2), intersectados pelo traçado do IP5 que faz a ligação para o interior da região e para a rede de vias ibéricas, e que termina no próprio porto de Aveiro. O traçado da RAVE prevê uma estação junto a este nó auto-estradal, garantindo o ramal de ligação à actual estação de Aveiro e combinando assim uma inserção urbana clássica com uma estação “de auto-estrada” que permite uma melhor relação multimodal com os passageiros que se deslocarão de automóvel a partir das regiões vizinhas. No futuro, o projecto de uma linha ferroviária de mercadorias em direcção a Viseu, Guarda, Salamanca/rede ibérica, a ser viável, significa uma oportunidade estratégica para o porto de Aveiro que assim ganharia uma outra amarração à rede arterial ferroviária e rodoviária de âmbito internacional.

A elevada infra-estruturação do território e a presença de um padrão de urbanização extensivo misturado com usos agrícolas (importância da produção na fileira do leite), constitui o principal ponto de conflito desta sub-unidade territorial. A rede rodoviária arterial e respectivos nós, produziu uma malha relacional e um tipo de dinâmicas que se veio sobrepor a uma lógica mais antiga de urbanização mais ou menos intensa ao longo das estradas nacionais e da reticula de estradas e caminhos rurais que constituíram o suporte infra-estrutural da urbanização e da industrialização entre aglomerados principais. Na N1 (e na N 109) a tipologia da “estrada-rua”, combina o atravessamento e o trânsito local, e mistura usos e actividades até se atingirem elevados graus de saturação e conflito. Entre Mira e Aveiro, todos os nós do IC1 desembocam directamente na rede fina que estrutura o povoamento ao longo da N109 e de outras estradas de menor importância.

No futuro exige-se um elevado grau de articulação entre tutelas (nacionais, municipais e inter-municipais e regionais) e entre objectivos sectoriais (logística e mobilidade de alto débito, por um lado, e critérios urbanísticos e ambientais, por outro), de modo a melhorar a racionalidade e a funcionalidade do modelo extensivo de urbanização a que falta uma estratégia de âmbito territorial supra-municipal e um melhor entendimento da gestão do conflito de uso do solo que, ao contrário do zonamento convencional, mistura actividades diversas mais ou menos conflitivas com a qualidade dos recursos não renováveis, desde a agricultura à indústria. Em última análise todos os problemas ambientais desaguam na Ria. O saneamento e o controlo ambiental da ria e das linhas de água que aí confluem, constituem, por isso um desafio de mais elevada importância uma vez que está em causa o próprio potencial multi-usos da laguna: salinicultura, pesca, agricultura, aquacultura, turismo, conservação da natureza, função portuária e de lazer, etc.

Devido a este grau de conflitualidade e às oportunidades criadas pelos novos investimentos no sector dos transportes e da logística, é necessária a elaboração de um “Plano de Estrutura” que fixe as questões mais importantes à escala alargada da urbanização da envolvente da Ria de Aveiro.

Dos temas da escala supra-municipal a considerar, destacam-se:

- a necessidade de contextualizar o impacte da localização da nova estação da RAVE e da sua articulação com a rede viária arterial e principais ligações de proximidade;
- a indispensabilidade de garantir uma melhor articulação entre o Porto de Aveiro e as lógicas portuárias e urbanísticas (Aveiro e Ílhavo) e do ponto de vista ambiental, os cuidados a ter com as grandes obras de dragagem, aterros e protecção do Cordão Litoral;
- a premência de que o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria e Cordão Litoral associe municípios e tutelas sectoriais numa única unidade de missão que seja capaz de articular a deriva institucional e a fragmentação das administrações e territórios municipais. A valorização do potencial multi-usos da Ria, a sua elevada sensibilidade ambiental com fenómenos de eutrofização, poluição, salinização de solos e descaracterização paisagística, a pressão crescente da urbanização envolvente e dos suportes infra-estruturais, exigem uma plataforma mínima de entendimento e um consenso sobre as grandes prioridades e modos de regulação ajustáveis;
- a exigência de articulação entre objectivos e acções de escala territorial macro e o tipo de estratégias e acções de nível local a serem definidos na Estrutura Ecológica Municipal dos PDM, dada a extensão e complexidade do Sistema Biofísico da Ria, desigualmente pressionando entre desígnios de regeneração ambiental, protecção da natureza, despoluição, etc. Quer a urbanização convencional, quer a que resulta de pressões turísticas, exigem critérios mais apertados de responsabilização técnica e financeira dos promotores/construtores pelo uso e rejeição de água e efluentes no próprio processo de apreciação e licenciamento de construção e de urbanização;

- a obrigatoriedade de uma elevada articulação entre os sistemas em alta e a rede de ETARs e a urgente ligação à malha extensa da urbanização linear típica da região, no âmbito do saneamento industrial e urbano, bem como a diminuição do impacte da poluição difusa provocado pela agricultura (criação de gado leiteiro). Os custos elevados e a complexidade das soluções exigem a definição de prioridades, quer ao nível municipal, quer, sobretudo ao nível inter-municipal;
- a necessidade de boa articulação entre zonas empresariais e logísticas e a rede arterial rodoviária e ferroviária, e a mitigação de impactes ambientais;
- a exigência de uma correcta articulação de políticas urbanísticas para a escala intermédia:
 - . na aglomeração Aveiro, Ílhavo e Vagos; ao longo da N1/IC2 entre Albergaria e Anadia (maior zona de concentração industrial) e ao longo da N109 entre Estarreja e Ovar;
 - . na urbanização difusa, sobretudo no sector SO da Ria entre Vagos a Mira e de Albergaria à Mealhada;
- o requisito de um levado grau de concertação das políticas municipais de ordenamento dada a elevada pressão urbanística entre Águeda e Oliveira do Bairro e o conflito que é produzido junto da zona húmida da Pateira e nos vales dos rios Cértima e Águeda;
- a resolução das tensões entre a rede arterial rodoviária e ferroviária, plataformas logísticas, zonas industriais, e áreas de localização empresarial, diminuindo o conflito entre esta malha estrutural de âmbito regional e supra-regional, e as dinâmicas de “percolação” do edificado suportado na malha fina das ruas, estradas e caminhos de maior intensidade de uso local e onde, no mesmo lote, coincide a agricultura/pecuária com outros usos.

A.3. Sistema Urbano Leiria - Marinha Grande / Pinhal Litoral



Preâmbulo

O Pinhal Litoral ocupa uma faixa de transição entre os relevos calcários de Sicó à Serra de Aire e Candeeiros, e o litoral arenoso que caracteriza toda a Beira Litoral; parte deste território drena para o Mondego (Rb^a de Carnide que passa em Pombal) e a outra parte drena para o Lis que, sobretudo a jusante de Leiria corre numa planície aluvial intensamente agricultada até Vieira de Leiria. Exceptuando a faixa arenosa do pinhal e a Serra de Sicó, toda esta área se encontra densamente povoada, associando a ocupação construtiva a uma agricultura de pequena propriedade onde dominam a vinha, os pomares, a horta e outras policulturas regadas. Ansião e Alvaiázere estão já na bacia do Nabão que drena para o Zêzere em terras calcárias de baixa densidade de ocupação.

Entre a faixa de florestas e matos (da orla arenosa a poente, ou de Sicó, a nascente), de Pombal a Porto de Mós, a imagem da fragmentação urbana que se estende pelo relevo colinar impõe-se à imagem da aglomeração que só existe com alguma expressão em torno de Leiria e da Marinha Grande.

A orla costeira e os campos do Lis constituem os sistemas biofísicos mais sensíveis da zona. A primeira com a erosão costeira e a pressão do veraneio (Vieira, S. Pedro de Muel) agora maior pela melhoria drástica das acessibilidades a partir do IC1; a segunda com uma forte carga poluente resultante das suiniculturas e dos efluentes domésticos e industriais.

Leiria, num cruzamento de estradas e de rios, é a própria expressão de uma “explosão urbana” que foi colonizando uma rede densa de estradas principais, Ns 1, 109, 242, e 113, e secundárias que constituíam já o suporte do povoamento quando a base económica ainda era predominantemente agrícola. Leiria foi, de resto uma das primeiras cidades médias portuguesas onde se fez uma variante auto-estradal à N1 para retirar o conflito do atravessamento do centro. No séc. XIX, quando chegou o caminho de ferro, já se tinha aberto uma frente excêntrica de urbanização na outra margem do Lis. A N1 nesta zona foi também uma das primeiras estradas/rua com a localização dos edifícios-montra, comércio e restauração relacionados com o tráfego rodoviário.

A ligação com a Marinha Grande (um caso de industrialização precoce em Portugal) pela N242 e ferrovia faz-se com uma descontinuidade no tramo central entre Albergaria e Barrosa. Marinha Grande é um aglomerado urbano denso no meio do pinhal. A indústria, entre a proximidade a recursos naturais (argilas e calcários, madeira, lenhas e areia siliciosa) e agrupamentos mais recentes em zonas industriais, pontua o território, fora e dentro dos aglomerados urbanos.

Como noutras situações, o traçado das vias rodoviárias arteriais e respectivos nós de acesso, criou outra geografia de relações e de potenciais polaridades. A aglomeração urbana em torno de Leiria está agora sobre este outro cruzamento de vias (ligação do IC1 ao IP1) com todo o conflito e ruptura de escala que significam os traçados auto-estradais e os seus nós. A chegada da RAVE – nova gare na Barosa – entre Leiria e a Marinha Grande, junto a um nó do IC1, constituirá uma outra situação dupla de lógica urbana de proximidade (proximidade a Leiria e à Marinha Grande) e de lógica intermodal com as auto-estradas. A linha ferroviária do Oeste continua ainda numa grande indecisão dados os custos de modernização associados e a sua pouca procura. No futuro, esta linha continua no entanto com um elevado potencial de interesse

Pela N1, da Batalha ao Pombal, vão-se complicando os problemas da “estrada-rua” nunca pensada urbanisticamente como um eixo linear.

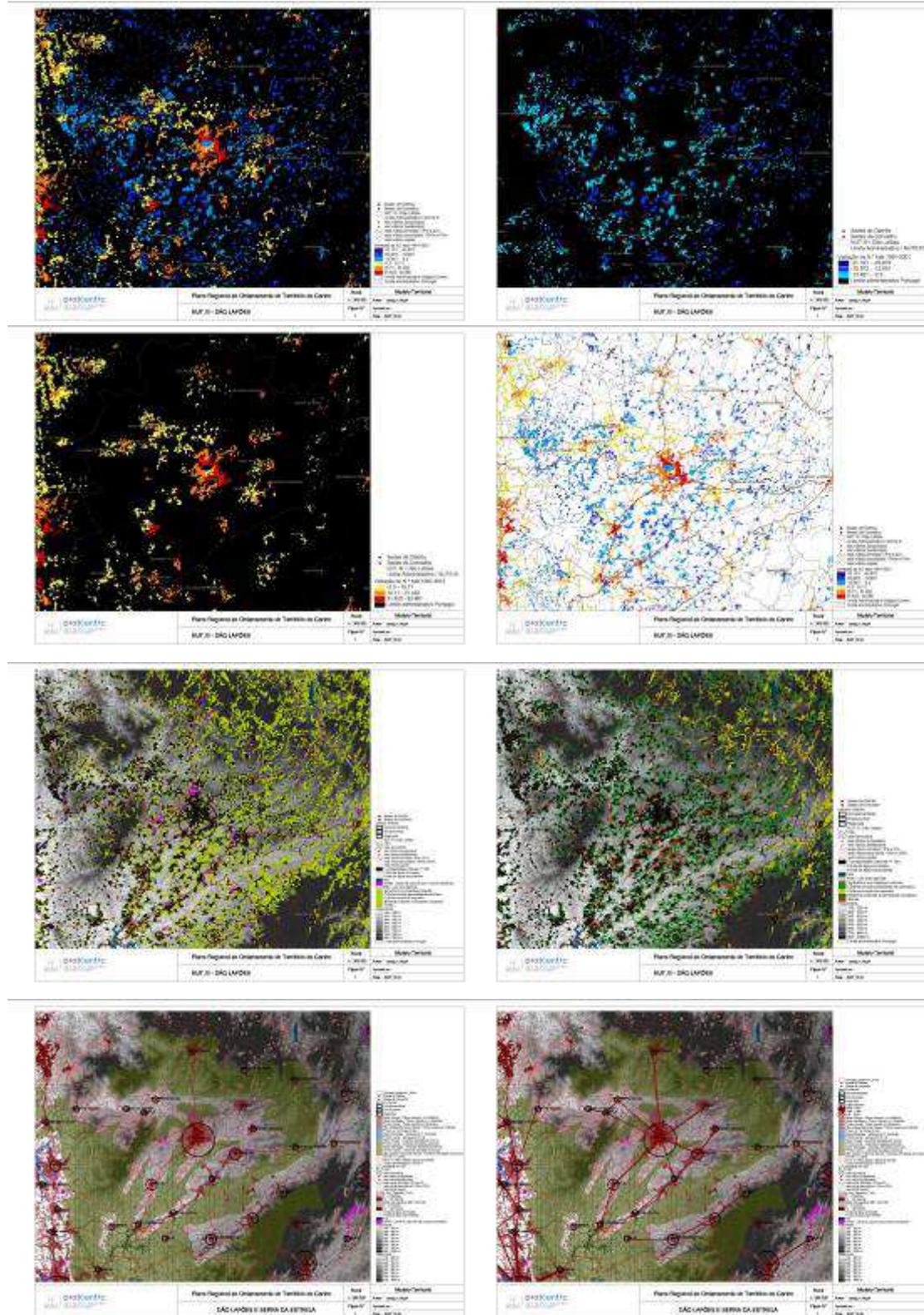
Face ao cenário local considera-se fundamental a elaboração de um “Plano de Estrutura” que fixe as questões mais importantes à escala alargada da urbanização e da infra-estruturação.

Assim, entre as principais prioridades a ter em conta neste âmbito salientam-se:

- a necessidade de estruturação da aglomeração urbana Leiria – Marinha Grande, tendo em conta a localização da futura estação e traçado da RAVE e o completamento do PRN (IC36);
- a exigência de qualificação ambiental do sistema hidrológico do Lis, controlando a poluição difusa com origem nas suiniculturas e nos efluentes domésticos e industriais;

- a necessidade de controlo da pressão urbanística junto aos nós do IC1 e sua relação com a orla litoral;
- a indispensabilidade de garantir a qualificação urbana do corredor da N1;
- a obrigatoriedade de garantir a concertação intermunicipal para as estratégias de qualificação da urbanização difusa de baixa densidade para a zona agrícola a SO do Pombal (sector, grosso modo, entre a N1 e o IC8); e para toda a faixa entre o IC1 e o IP1.

B. Enfoque sub-regional da Beira Alta / Planalto Beirão



Preâmbulo

Dão-Lafões ou Beira Alta constitui uma unidade geográfica entre serras: uma primeira linha de serras paralela ao litoral – Montemuro, Freita, Arestal, Gralheira, Caramulo -, e uma segunda limitada pela vertente NO da Estrela. No sector Norte, fazendo a separação das bacias do Douro (rios Paiva e Távora), Vouga e Mondego, estão as Serras da Nave/Leomil e da Lapa.

A Norte, Lafões é um corredor entre as serras do Arestal e do Caramulo que, pelo vale do Vouga, estabelece uma ligação ao Litoral. A maior parte da região situa-se na plataforma planáltica do Mondego. O corredor do Vale do Mondego NE/SO é a passagem da Estrada da Beira, da Linha da Beira Alta e da ligação a Coimbra.

Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, sobre a “Estrada da Beira” no sopé da Estrela, deveram a sua prosperidade à economia tradicional da transumância pastoril (tal como a outra banda da Serra, na Covilhã) que explica a abundância de lã e de queijo. Os três municípios partilham relações sobretudo com Viseu, Coimbra e Guarda. O traçado do IC6/IC7 e do IC37 favorecem mais a relação com Viseu. Antes, a transumância organizava a economia da Serra da Estrela e das Beiras, hoje a “transurbância” pode organizar outras lógicas e funcionalidades. O território da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão inclui Gouveia e Seia (NUT Serra da Estrela), Oliveira do Hospital e Tábua (NUT Pinhal Interior Norte, Distrito de Coimbra), estando mais de acordo com esta “Beira Alta” e com as lógicas de gestão das bacias hidrográficas e dos sistemas de gestão em alta da água e saneamento da bacia do Mondego.

A morfologia do território da Beira Alta caracteriza-se pelo encaixe dos rios da bacia hidrográfica do Mondego com vales pouco apertados. Nos interflúvios localizam-se os principais aglomerados urbanos e o retalhamento típico do minifúndio e da policultura que acompanha também a dispersão do povoamento. O pinhal e eucaliptal preenchem esta alternância entre povoados e terrenos agrícolas. A vinha do Dão situa-se neste contexto, tirando partido do regime climático de Verões relativamente quentes e secos. Além da vinha, as tradições da policultura e da criação de gado, legaram um leque muito rico de produtos de elevada qualidade que constituem um recurso económico altamente diferenciado e de elevada qualidade.

A crise dos sistemas tradicionais de agricultura familiar de auto-consumo, explica o elevado decréscimo e envelhecimento demográfico que toca quase todo o território, com excepção dos principais aglomerados urbanos, cidades e vilas-sedes de concelho. O despovoamento dos territórios rurais faz-se acompanhar do recentramento funcional e demográfico nas sedes de concelho.

B.1. Sistema Urbano de Viseu

Viseu, capitalidade distrital e com uma dotação funcional diversificada entre sector público e privado, entre serviços e indústria, é, indiscutivelmente, o centro polarizador da sub-região, beneficiando também de uma localização estratégica no corredor Norte/Sul e Litoral/Interior (importância do eixo transfronteiriço do IP5). O mapa dos movimentos pendulares confirma a estruturação de uma malha de relações inter-concelhos, sobretudo em direcção a Tondela, Mangualde e Sátão. O completamento do Plano Rodoviário Nacional, contribui também para a redução das distâncias-tempo na rede que rebate sobre os IP5 e IP3 (IC12, IC6/IC7, IC37) e facilitar uma maior interacção com os municípios/cidades de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, equilibrando relações hierárquicas e de complementaridade e interacção, baseadas em especializações funcionais. A facilitação da “permeabilidade”, rapidez e comodidade dos movimentos inter-cidades, seja à escala do Litoral/Interior – IC6 -, seja à escala sub-regional, é muito importante para sustentar as estratégias de desenvolvimento e favorecer vantagens competitivas que existem na sub-região.

Tal como consta no PNPOT, pelas razões apresentadas atrás, e tendo em conta a pressão da rarefacção e dos processos de esvaziamento demográfico e dificuldade em fixar investimentos e emprego, é importante o reforço funcional de Viseu e do seu sistema urbano de proximidade, incluindo os municípios da “Estrada da Beira”.

Face ao contexto desta subunidade considera-se essencial a elaboração de um “Plano de Estrutura” que fixe as questões mais importantes da escala alargada quer ao nível da urbanização quer da infra-estruturação.

Entre as principais prioridades a considerar destacam-se:

- a necessidade de reforço funcional de Viseu e da constelação urbana/funcional envolvente, sobretudo com Mangualde, Nelas e Tondela, dado que Viseu acumula potenciais de competitividade a vários níveis:

- . pólo de aglomeração de serviços direccionais, incluindo os serviços avançados à produção;
- . inserção num território com uma dinâmica industrial apreciável;
- . boa localização no corredor litoral/interior e Norte/Sul;
- . interesse patrimonial e turístico;

. proximidade a um território envolvente muito diversificado e rico em valores culturais e paisagísticos.

- a obrigatoriedade de garantir a conclusão do Plano Rodoviário Nacional (IC12, IC6/IC7 e IC37), permitindo a melhor permeabilidade ao nível sub-regional, regional e nacional e diversificando as amarrações extra locais (com Coimbra, Viseu, Guarda e Covilhã);

- a prioridade ao IC7 e ao tramo do IC6 que o liga ao IP3; ao IC12 e ao IC37;

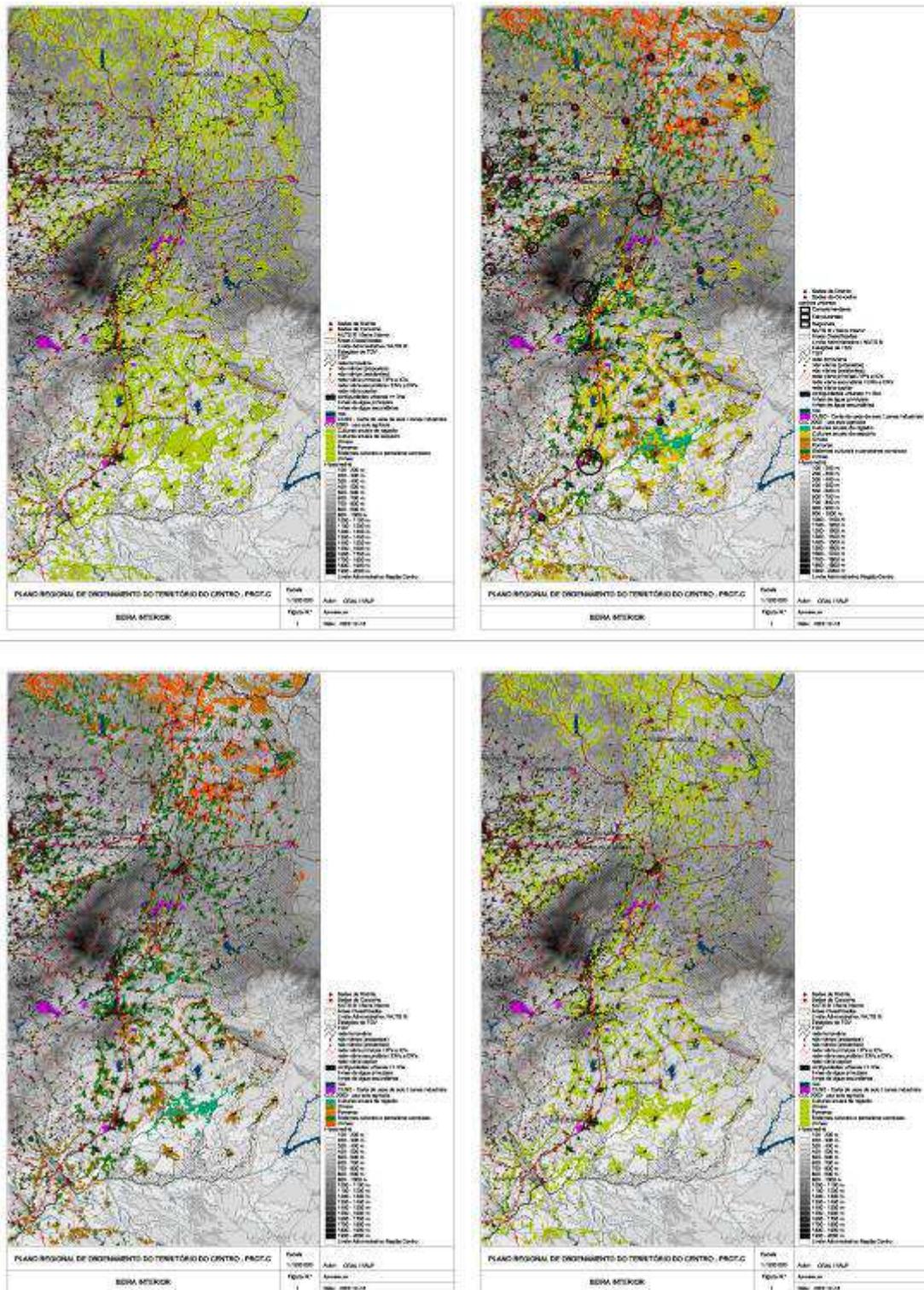
- a garantia de articulação em matéria de investimentos em funções/equipamentos de natureza supra-local nas cidades de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia que estão muito próximas e em níveis hierárquicos equivalentes;

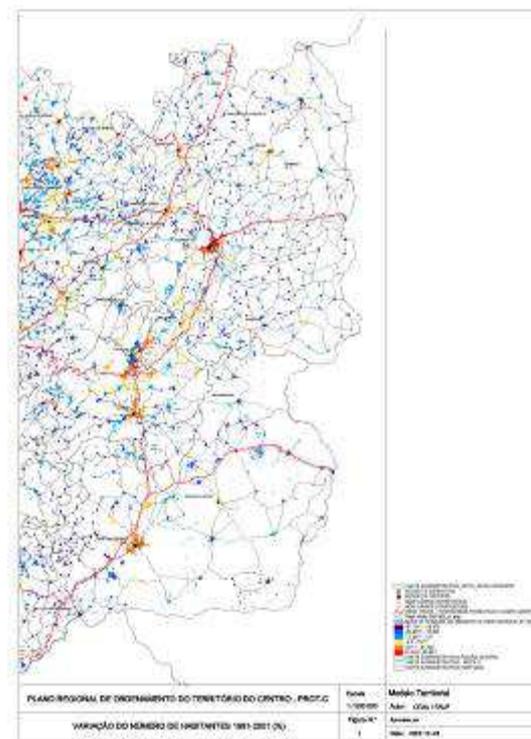
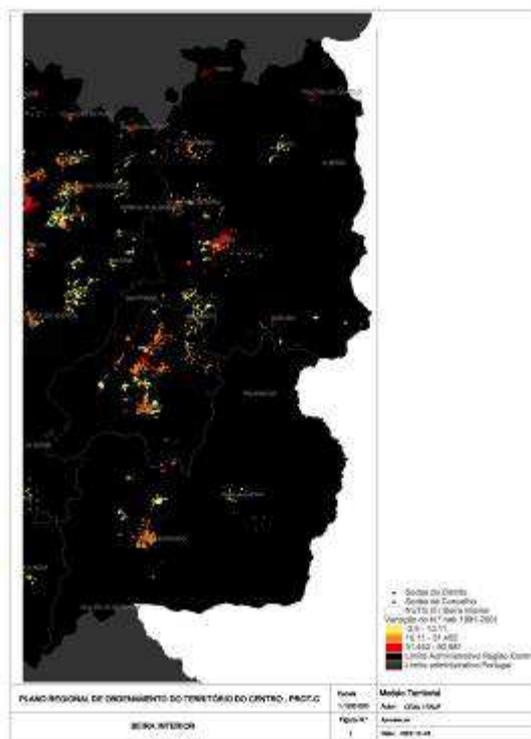
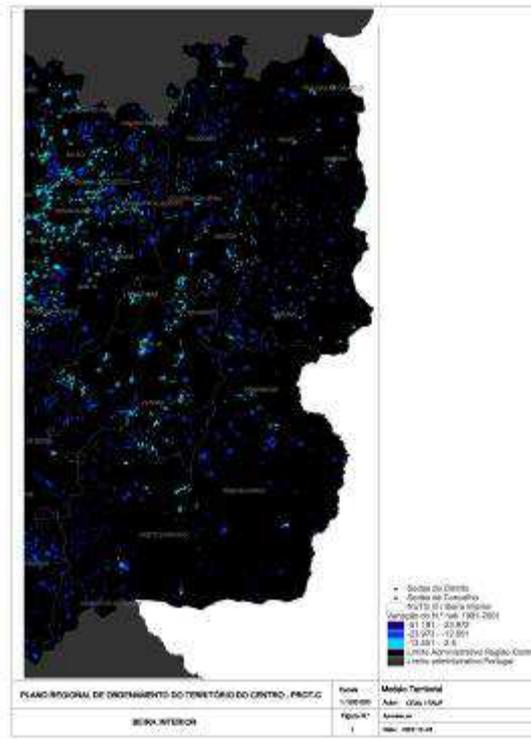
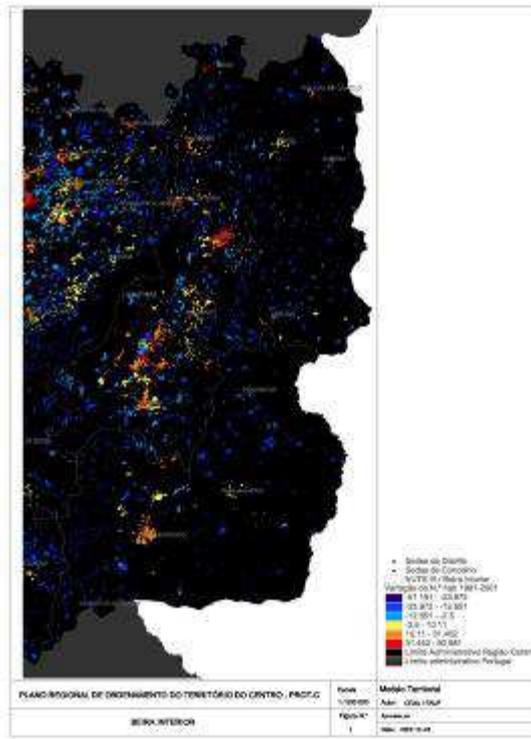
- a premência de uma clarificação maior no âmbito das associações inter-municipais favorecendo cartografias pertinentes para as diferentes políticas/projectos;

- a necessidade de atribuir maior visibilidade e competitividade aos “produtos” específicos da região, do Vinho do Dão, ao Queijo da Serra, carnes, enchidos, fruta, etc., o que também exige uma boa articulação entre políticas sectoriais da agricultura, do desenvolvimento rural, turismo e conservação da natureza;

- a exigência de articulação entre valores biofísicos e paisagísticos e promoção turística, para além de temas óbvios como a Serra da Estrela ou os produtos com denominação de origem, existem outros potenciais cuja comunicação ainda é confusa ou demasiado espartilhada ao nível local/concelhio.

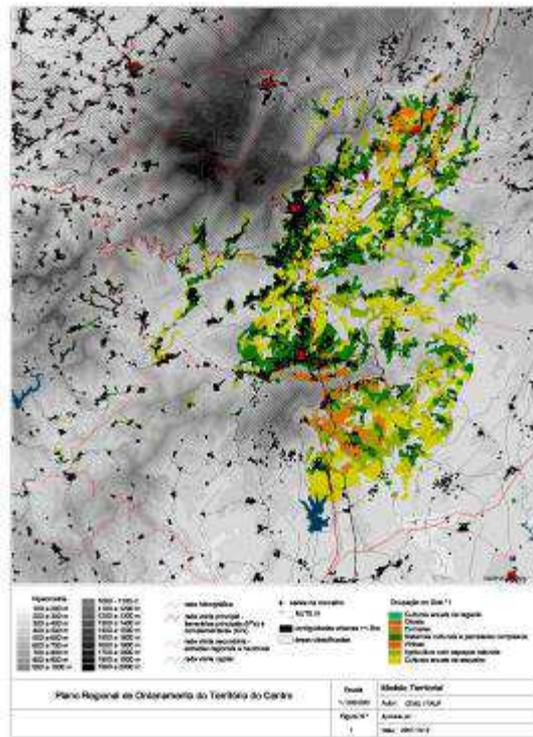
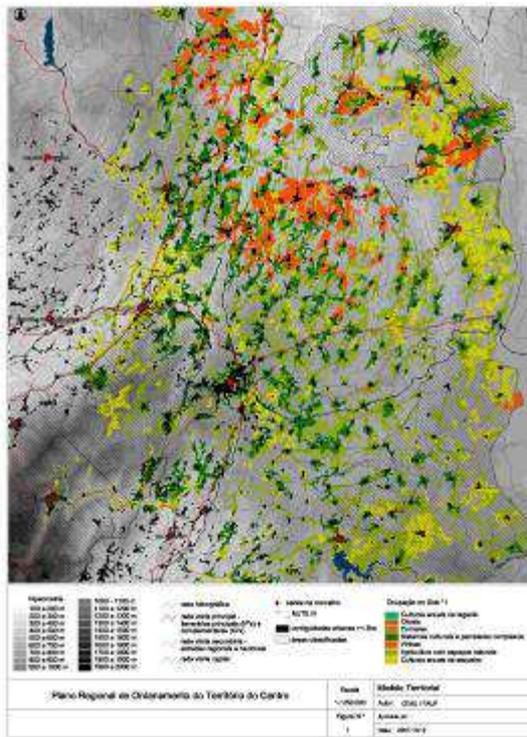
C. Enfoque sub-regional da Beira Interior



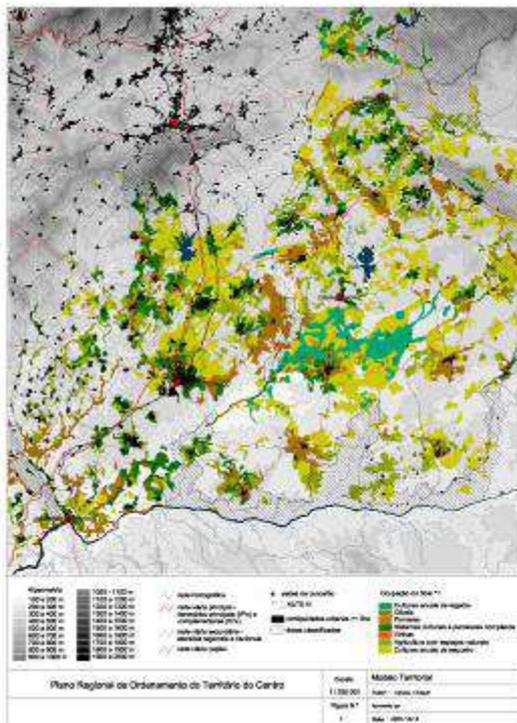


Beira Interior Norte (Beira Transmontana)

Cova da Beira



Beira Interior Sul



Preâmbulo

Em termos biofísicos, a NUT Beira Interior é marcada por um elevado contraste entre dois ambientes biofísicos:

- a Norte domina a unidade geomorfológica da denominada Beira Transmontana, uma superfície aplanada (como a Meseta Ibérica) com altitudes quase sempre acima dos 600 metros, exceptuando-se o encaixe do vale do Tua e do Teja, ou, em cotas mais elevadas, a serra da Maroفا. Climaticamente a região conhece situações extremas e de elevada secura. O efeito da altitude e da continentalidade actuam de modo distinto favorecendo verões muito quentes e secos em zonas mais abrigadas e vales; e frios prolongados nos planaltos de maior altitude. A cartografia da agricultura exprime bem a geografia desta alternância: a vinha junto a Pinhel ou os olivais e pomares, alternam com as áreas extensas dos prados naturais e do sequeiro entre o Côa e Águeda por terras de Almeida ou Figueira de Castelo Rodrigo. Os mosaicos de pequenas parcelas regadas constituem pequenas manchas de solo que rodeiam a rede de aldeias e povoados, uma malha regular, mas relativamente densa, de pequenos povoados

- a Sul, para lá da Gardunha e da Malcata, em plena bacia do Tejo (Aravil e Ponsul), estão as campinas da Idanha e de Castelo Branco, em cotas inferiores aos 300 metros e já em ambientes bioclimáticos e paisagísticos do mediterrâneo. Dominam os campos extensos de cereal de sequeiro e olival e, frequentemente, o sobreiro e o montado. Os perímetros de regadio são a excepção relativamente recente. Ao contrário da Beira Transmontana, o povoamento de padrão concentrado é muito rarefeito e espaçado, lembrando já o modelo Alentejano.

Entre estas duas sub-regiões, numa depressão entre serras (Estrela, Gardunha e Malcata), situa-se a Cova da Beira drenada pelo Zêzere e onde a maior riqueza de solo, a abundância de água e as condições de abrigo sempre proporcionaram uma combinação de culturas muito rica e diversificada, favorecida pelo perímetro de regadio (a fruta, como a cereja, é uma das imagens de marca da Cova da Beira). A especificidade biofísica da Cova da Beira foi reforçada pelo projecto do regadio, resultando num mosaico territorial onde o modelo disperso é mais presente e se mistura com um padrão diversificado de agricultura (vinha, pomar, olival, regadio, etc.), onde o povoamento concentrado nas polaridades urbanas da Covilhã, do Fundão e de Belmonte se estende ao longo de estradas e vales.

A esta diversidade de ambientes, corresponde um potencial elevado de valores biofísicos, culturais e paisagísticos classificados:

- Tejo Internacional*
- Malcata*
- Penha Garcia*

- Gardunha
- Vale do Côa
- Douro Internacional

Do património cultural e arquitectónico, enfatizam-se os castelos e fortalezas raianas e aglomerados como Monsanto ou Idanha-a-Velha que fazem parte do imaginário do Portugal “profundo”.

A rede urbana da Beira Interior pode ser descrita de modo muito simples:

- *uma armadura urbana de nível regional constituída por Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco, unidas pelo IP2/A23, onde se concentram as funções de serviços de maior nível de especialização, diversidade e escala e também as maiores áreas industriais e logísticas. Esta triologia contém algumas diferenças: Guarda é uma rótula entre o IP2 e o IP5, entre litoral e interior e bem posicionada nas ligações inter-fronteiriças; Covilhã e Fundão, vindos da tradição têxtil da beira serra, inscrevem-se na pequena constelação dispersa da Cova da Beira e mesmo não sendo capitalidade distrital, Covilhã apresenta um perfil de especialização muito interessante e de grande importância na estruturação da região; Castelo Branco, capitalidade distrital, possui uma boa ligação ao Vale do Tejo e mantém uma boa atractividade industrial que se pretende reforçar;*
- *a outra face do modelo é uma constelação de pequenos centros (vilas sede de concelho e algumas sedes de freguesia) mais rarefeita a Sul do que a Norte e marcada por uma dinâmica muito acentuada de quebra demográfica e envelhecimento.*

Considerando a estrutura de povoamento e ordenamento do território existente, das prioridades ao nível da intervenção destacam-se:

- a necessidade de fecho das redes arteriais rodoviárias (IC31 e IC6), como forma de facilitar o desencravamento geográfico, melhorar as ligações nacionais entre as principais cidades e pólos económicos e as ligações inter-regionais e transfronteiriças;
- a exigência de reforço das ligações com o Médio Tejo e Alto Alentejo (seja em torno de projectos como o Geoparque, seja na organização de redes de prestação de serviços, seja no âmbito de redes temáticas) assim como com o Douro;
- em matéria de estruturação do sistema urbano e do policentrismo, as prioridades estão nos extremos hierárquicos: no reforço funcional das principais cidades/aglomerados/constelações urbanas e, no outro extremo, a fixação da rede de pequenos aglomerados nas áreas em perda económica e esvaziamento e envelhecimento demográficos, dado que a coesão e a importância do “Eixo Urbano da Beira Interior” dependem da combinação de dois factores:

- . o reforço das especializações e do potencial competitivo de cada um dos aglomerados, Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco;
 - . uma maior articulação/cooperação para favorecer as políticas de inter-dependência baseadas nas especializações de cada um. O reforço deste efeito de rede prende-se sobretudo com as funções de serviços de carácter direccional e polarizador (de interesse supra-local/regional) e com o robustecimento da base económica industrial e do sistema de inovação;
- ao nível da rede urbana mais fina (sedes de concelho, das quais depende a rede das freguesias), a obrigatoriedade de ter em conta o desafio para a gestão das políticas para a baixa densidade e para a rarefacção, sobretudo no que respeita à rede de equipamentos e de serviços de proximidade nas extensas áreas tocadas pelo processo de “desruralização”;
- a garantia de reforço funcional das sedes de concelho: elementos de discriminação para o apoio aos projectos:
- . a garantia do “kit mínimo” de equipamentos, serviços e redes de apoio social e sistema escolar obrigatório;
 - . a intensificação do uso dos equipamentos existentes;
 - . a combinação de lógicas baseadas em critérios de hierarquia e volume de utilizadores, com lógicas de especialização;
 - . o reforço de redes e complementaridades intermunicipais para a gestão de equipamentos e organização de serviços;
 - . o aprofundamento das possibilidades de redes/projectos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos);
- a exigência de organização das redes de serviços (saúde, assistência social, educação/formação),
- . reflectindo alternativas e possibilidades à escala do associativismo municipal e/ou NUT III, possibilitando novas formas de arquitectura institucional e negociação política variáveis;
 - . combinando serviços móveis e fixos, concentração em equipamentos e organização de redes de prestação e de acessibilidade;
 - . possibilitando a combinação de “sub-sistemas” mais ou menos autónomos,
 - . articulando serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos);
 - . considerando a importância da logística na qualidade do serviço prestado, também para a intensificação e o uso pleno dos recursos já existentes (equipamentos e profissionais);

- . dando especial atenção à população envelhecida e à primeira infância e idade escolar;
- a prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias) com especializações, instituições e saberes localmente enraizados:
 - . nos domínios que recuperam saberes e especificidades culturais, e tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);
 - . nos domínios que constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
- a obrigatoriedade de uma política de apoio ajustada às micro-empresas em geral (caso do micro-crédito), com especial atenção aos sectores contemplados nos programas de desenvolvimento rural, no turismo e nos serviços pessoais;
- a necessidade de uma clarificação que não é resolúvel em zonamento nem na definição, por exemplo, de parcela mínima (destacada ou não) ou de relação com via e infra-estrutura pré-existente nas iniciativas TER, dado existirem muitas incompatibilidades entre a avaliação do interesse e da qualidade dos projectos (do ponto de vista estritamente económico-financeiro) e o teor dos zonamentos/regulamentos PMOTs;
- o incentivo à possibilidade de trabalhar lógicas de fileira, na combinação possível entre critérios de elegibilidade por parte de diferentes programas com origens financeiras e montagens institucionais diversas;
- a necessidade de discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objectivos do desenvolvimento endógeno ou local;
- a premência de centrar a política INTERREG, avaliando resultados e tendências do passado recente e destacando eixos de desenvolvimento, como resposta a uma excessiva fragmentação e diluição dos projectos a apoiar;
- a exigência de serem considerados dois modos de intervenção ao nível do “espaço rural”:
 - . a defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos, no caso de haver fortes investimentos em infra-estruturas (caso dos perímetros de regadio);
 - . o recurso a políticas mais incentivadoras do que restritivas, nas situações mais extremas de desruralização, quando o solo classificado como rural, agrícola ou florestal é apenas superfície de invasão de infestantes;
- a necessidade que o Estado defina acções e projectos mais visíveis no terreno nas áreas incluídas na Rede Natura, para o que se quer defender como a reposição de ecossistemas, a qualificação do

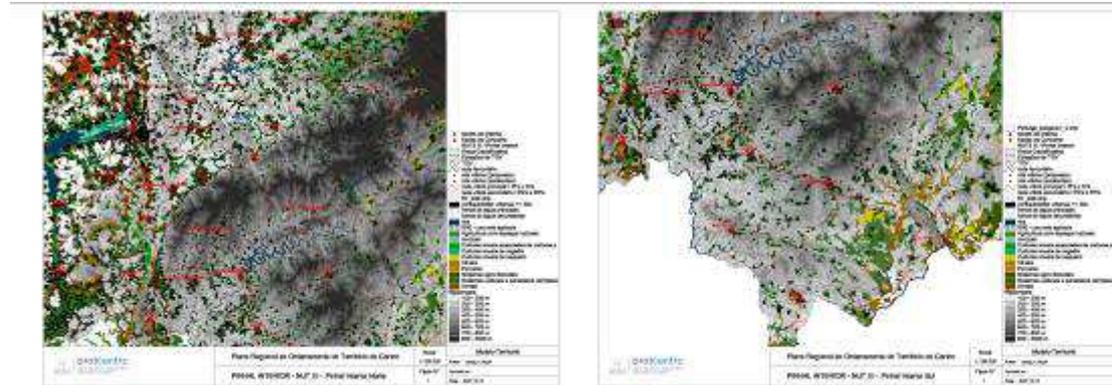
sistema hídrico, a reflorestação com formações vegetais climáticas, ou, genericamente as políticas de conservação da natureza;

- a necessidade de que a Estrutura Ecológica Municipal, EEM, integre a componente de projecto e acções (acções-piloto de carácter demonstrativo, pelo menos), devendo ser articulada com a escala extra-municipal;

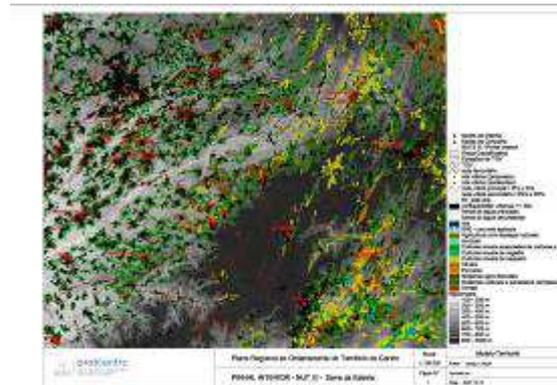
- a obrigatoriedade de uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas nos diversos programas de modo a que estas possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da coesão social e trabalhar algumas componentes da competitividade deste tipo de territórios e contextos sociais onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital.

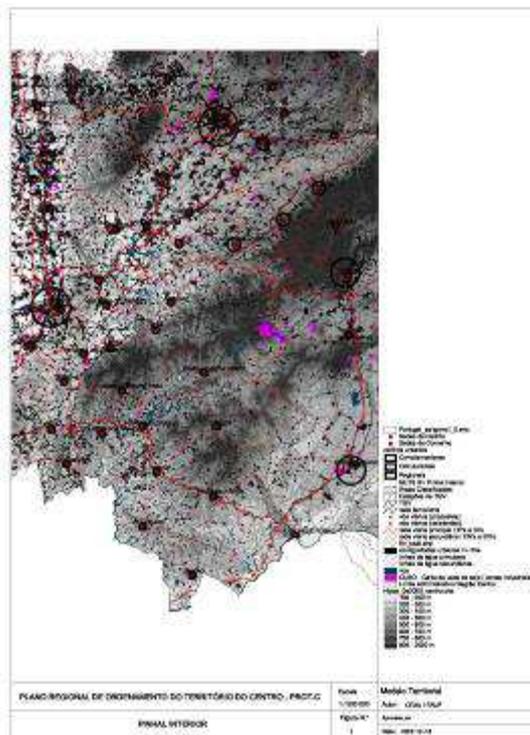
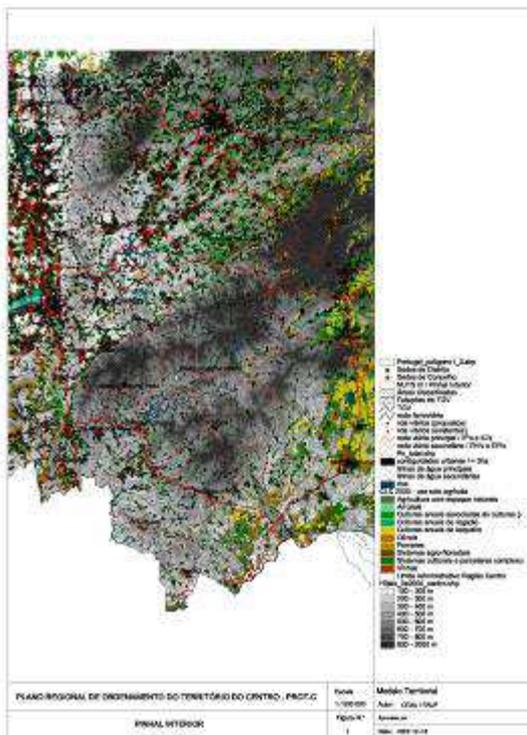
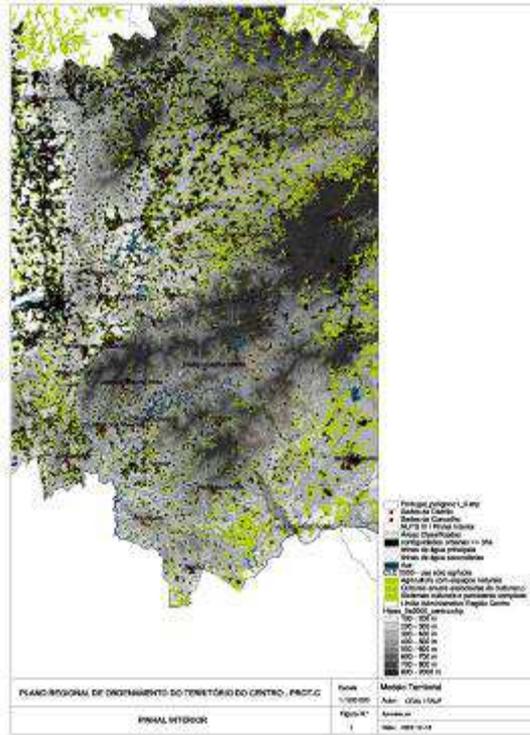
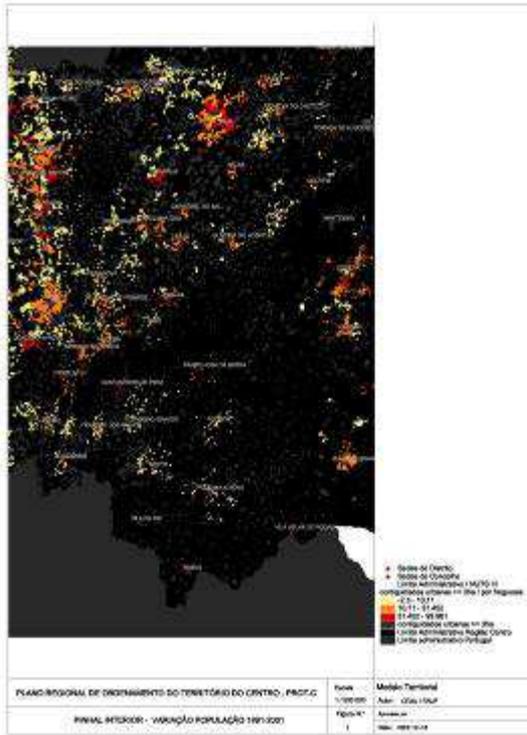
D. Enfoque sub-regional da Serra da Estrela e Pinhal Interior

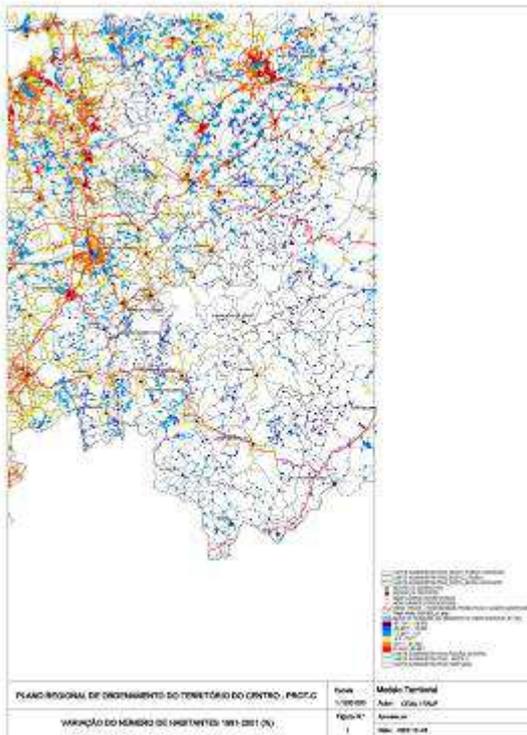
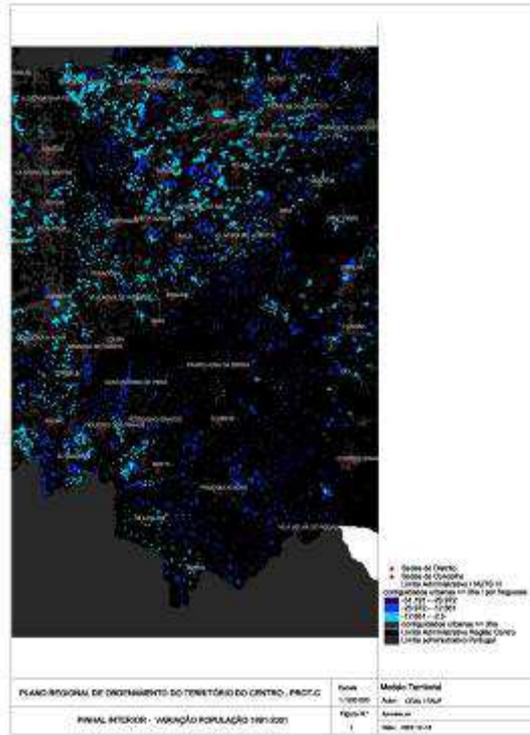
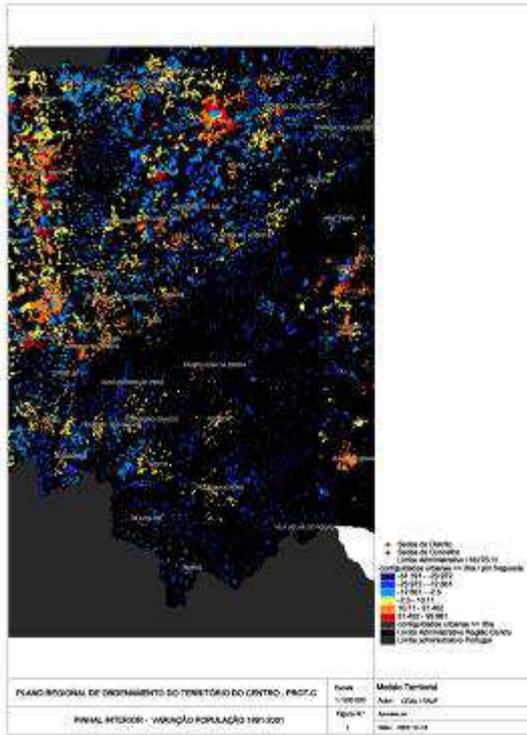
Pinhal Interior Norte e Sul



Serra da Estrela







Preâmbulo

As NUTs Pinhal Interior Norte e Sul e Serra da Estrela cobrem um território muito extenso, cujos únicos divisores comuns são as montanhas, a movimentação do relevo, a importância hídrica, a floresta, os valores ambientais e paisagísticos, a rarefacção do povoamento e a dimensão reduzida das principais polaridades urbanas (Oliveira do Hospital na NUT Pinhal Interior Norte, é o único centro urbano de nível hierárquico intermédio na rede regional).

A Serra da Estrela é a referência geográfica e identitária mais forte da região e um activo importante em termos de biodiversidade, paisagem e atractibilidade turística. Manteigas, o único município cuja totalidade da superfície está no Parque Natural da Serra da Estrela, não pertence à NUT Serra da Estrela mas sim à NUT Beira Interior Norte. Esta chamada de atenção serve para relativizar a questão das NUTIII e a necessidade de explorar outros formatos para a negociação inter-municipal, consoante a pertinência da cartografia adequada à natureza e objectivos de estratégias, planos, projectos e acções.

O quadro biofísico do Pinhal e da Serra da Estrela cabe num triângulo com o vértice na Serra da Estrela e a base entre as Serras de Alvelos (Proença a Nova e divisão entre as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e a do Ocreza) e a zona entre a Serra da Lousã e a Serra de Sicó (esta última de matriz calcária, em tudo diferente do granito e do xisto que dominam na restante área). A SE faz-se a transição com o Vale do Tejo (Proença, Mação) pelo baixo Ocreza, sendo já visível, embora em terras pobres, o domínio climático do mediterrâneo, com o olival, o sobreiro e a esteva.

O coberto vegetal dominante é a floresta de pinho e eucalipto que desaparece acima da cota dos cerca de 700-800 metros para dar lugar a formações degradadas, matos, pastagens e afloramentos rochosos. A inclinação das vertentes, o retalhamento fundiário, a dificuldade de acessos e a distribuição de pontos de água, tornam a floresta um recurso vulnerável ao risco de incêndio.

A bacia do rio Zêzere (importante pelo potencial hídrico) drena praticamente todo este território onde os rios correm encaixados e o solo agrícola escasseia.

A A23, o IC8 e o IC6 constituem as principais vias de relação, sendo que o IC8 acaba por ser a via que une, directa ou indirectamente, mais sedes concelhias, de Ansião a Proença a Nova. A conclusão do PRN e a melhoria da Rede Regional inter-concelhia são importantes para diminuir o desencravamento desta vasta região.

No conjunto das três NUT, reside aqui cerca de 14% da população da Região Centro, distribuída por concelhos que, com a excepção de Seia, de Oliveira do Hospital e de Gouveia (cerca de 28 200, 22 200 e 16 200 habitantes, respectivamente), possuem uma reduzida importância demográfica. Estes três concelhos estão muito relacionados com a Beira Alta (NUT Dão-Lafões) e melhor posicionados na relação com outros centros polarizadores (Coimbra e Viseu, sobretudo). Dois municípios intermédios (Lousã e Miranda do Corvo), com populações entre os 16 000 e os 13 000 habitantes cada, localizam-se na esfera funcional de Coimbra. Tábua e Arganil (13/14000 hab. cada) repartem-

se por dependências/relações com Viseu e Coimbra. Globalmente, a população residente fora da principal aglomeração concelhia, oscila entre 58% no Pinhal Interior Norte e 71% na Serra da Estrela; valores demasiado elevados de dispersão em contexto de rarefacção. Pampilhosa da Serra e Oleiros são os dois municípios mais periféricos à rede viária arterial e à polarização dos grandes centros urbanos da Região Centro.

A rede urbana caracteriza-se pela sua fragilidade e espaçamento. O povoamento oscila entre fenómenos de elevada concentração urbana como em Castanheira de Pêra ou na Lousã (cerca de 80% dos residentes nas respectivas sedes concelhias), e de elevada dispersão como em Oliveira do Hospital, Ansião ou Tábua (76 a 81% da população total concelhia a residir fora do aglomerado principal). Rarefacção, envelhecimento e dispersão constituem uma mistura muito problemática quando está em jogo o serviço às populações, a acessibilidade, o equipamento/infraestruturação mínima do território.

Tendo em conta a estrutura de povoamento e ordenamento do território existente, destacam-se as seguintes prioridades ao nível da intervenção:

- a necessidade de conferir maior relevância aos recursos biofísicos, valores ambientais e paisagísticos, floresta e turismo.

. a garantia da qualidade da água na bacia do Zêzere;

. a necessidade de articulação da política local (municipal e inter-municipal) com as políticas sectoriais nacionais no sector do turismo. O “produto” Serra da Estrela deve ser melhor definido em termos nacionais/regionais (ver o PENT), para que daí se consiga consensualizar um leque de objectivos, estratégias e acções que, a terem consequências nas políticas municipais/intermunicipais, sejam partilhados pelos diferentes municípios;

. a exigência de consenso em torno de um número claro e restrito de prioridades com lógicas “territoriais” e desígnios horizontais (como turismo e desenvolvimento rural; ambiente e paisagem; etc.), dado que o somatório dos planos sectoriais (e do seu conteúdo, desígnios e regulação) não garante a operacionalização. O escalão regional deve assumir responsabilidades e poderes consequentes para operacionalizar processos de arbitragem e gerir a construção das plataformas pertinentes de governação;

- a obrigatoriedade de garantir a estruturação do sistema urbano, num cenário territorial “centrífugo”, i.e. sem um centro principal de polarização:

. ponderar as relações inter-municipais segundo o tipo de projectos e as razões da sua pertinência e operacionalidade;

- . incentivar o crescimento e reforço funcional dos centros que, pela sua dimensão e perfil funcional, jogam um papel importante de influência sub-regional, constituindo-se como pólos intermédios com um elevado potencial de polarização sub-regional;
- a exigência de considerar elementos de discriminação para o reforço funcional das sedes de concelho:
- . a garantia do “kit mínimo” de equipamentos, sobretudo serviços e redes de apoio social e sistema escolar obrigatório;
 - .a intensificação do uso dos equipamentos existentes;
 - .a combinação de lógicas baseadas em critérios de hierarquia e volume de utilizadores, com lógicas de especialização;
 - . o reforço de redes e complementaridades intermunicipais para a gestão de equipamentos e organização de serviços;
 - . o aprofundamento das possibilidades de redes/projectos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos);
- a necessidade de organização das redes de serviços (saúde, assistência social, educação/formação) fixas e ambulatorias;
- . considerando alternativas e possibilidades à escala do associativismo municipal e/ou NUT III, possibilitando outras arquitecturas institucionais para a negociação política;
 - . combinando serviços móveis e fixos, concentração em equipamentos e organização de redes de prestação e de acessibilidade social;
 - . conjugando “sub-sistemas” de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos, articulando serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos);
 - . considerando a importância da logística na qualidade do serviço prestado; a sua importância para a intensificação e o uso pleno dos recursos já existentes (equipamentos e profissionais); e a intensificação do uso de tecnologias de informação combinadas com as formas convencionais de organização;
 - . atribuindo especial atenção à população envelhecida e à primeira infância e idade escolar;
- a prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados:

- . nos domínios que recuperam saberes, especificidades culturais e tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);
- . nos domínios que constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
- a obrigatoriedade de uma política de apoio ajustada às micro-empresas em geral (caso do micro-crédito), com especial atenção aos sectores contemplados nos programas de desenvolvimento rural, no turismo e nos serviços pessoais;
- a necessidade de uma clarificação que não é resolúvel em zonamento nem na definição, por exemplo, de parcela mínima (destacada ou não) ou de relação com via e infra-estrutura pré-existente nas iniciativas TER, dado existirem muitas incompatibilidades entre a avaliação do interesse e da qualidade dos projectos (do ponto de vista estritamente económico-financeiro) e o teor dos zonamentos/regulamentos PMOTs;
- a possibilidade de trabalhar lógicas de fileira, na combinação possível entre critérios de elegibilidade por parte de diferentes programas com origens financeiras e montagens institucionais diversas;
- a premência de discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objectivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas;
- a exigência de serem considerados dois modos de intervenção ao nível do “espaço rural”:
 - . a defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos, no caso de haver fortes investimentos em infra-estruturas (caso dos perímetros de regadio);
 - . o recurso a políticas mais incentivadoras do que restritivas, nas situações mais extremas de desruralização, quando o solo classificado como rural, agrícola ou florestal é apenas superfície de invasão de infestantes;
- a necessidade que o Estado defina acções e projectos mais visíveis no terreno nas áreas incluídas na Rede Natura, para o que se quer defender como a reposição de ecossistemas, a qualificação do sistema hídrico, a reflorestação com formações vegetais climáticas, ou, genericamente as políticas de conservação da natureza;
- a necessidade de que a Estrutura Ecológica Municipal, EEM, integre a componente de projecto e acções (acções-piloto de carácter demonstrativo, pelo menos), devendo ser articulada com a escala extra-municipal;
- a obrigatoriedade de uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas nos diversos programas de modo a que estas possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da

coesão social e trabalhar algumas componentes da competitividade deste tipo de territórios e contextos sociais onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital.

III Normas referentes ao Povoamento e Ordenamento

A. Objectivos urbanísticos

Os critérios gerais que informam os objectivos urbanísticos e que justificam as recomendações do PROT a privilegiar ao nível do uso dos solos – classificação e delimitação – são:

contenções – economia de solo infraestrutura, limites geo-paisagísticos;
contiguidades – urbanidade, coesão tipomorfológica, infraestrutura;
polaridades – condensações de actividades; centros urbanos/exurbanos;
mobilidades – potenciação de redes e nós, intermobilidade, energia;
sustentabilidades – estrutura ecológica, unidades de paisagem, reabilitações.

a) o objectivo genérico da contenção da área urbanizável (na vigência do PROT e PDMs revistos) pode recorrer – em alternativa à delimitação do perímetro urbano – à recomendação de:

a1) do critério positivo da saturação gradual da área já infraestruturada; decisão que pode ser favorecida, na gestão corrente, com prémio de tempo e redução de TMU;

a2) do critério, ainda positivo, de constituir, quando justificadas, Unidades de Execução com obrigação de cedência para a promoção de quotas de “custos controlados” ou espaços para equipamento;

a3) do critério, mais penalizador, de custear externalidades de interesse mais geral, tais como fazer ou completar redes, valorizar paisagem, etc., quando a infraestrutura próxima for inadequada e por maioria de razão inexistente.

Crítérios como os apontados podem conduzir a uma “cultura de contenção” sem os riscos da indicação ou imposição de perímetros ou outras formas mais cegas de limitação, como índices, limitação de lotes, etc., que quase sempre induzem, a prazo, efeitos indesejáveis.

b) o objectivo da contiguidade urbana – ou de evitar os efeitos de dispersão ou difusão para obter maior densificação/compactação dos aglomerados – sendo em princípio positivo, é essencialmente sensível não só à tradição local de assentamento e padrões cadastrais ou características tipológicas dos conjuntos turísticos ou empresariais que se pretendem licenciar. Assim, o PROT deverá expressar:

b1) recomendações qualitativas claras que tenham presentes não só os impactes das novas procuras face aos valores a preservar por forma a constituírem referentes suficientes para a apreciação pelas “mesas” inter-serviços das revisões dos PDMs e os seus regulamentos;

b2) as novas polaridades induzidas pelas redes de infraestruturas recentes ou previstas (abertura de novas frentes de urbanização, criação de novas aglomerações funcionais de actividades, ou reforço de outras), alertando para os casos mais convenientes bem como para a possibilidade de densificação de lances viários classificados e já em parte ocupados;

b3) o imperativo de favorecer preenchimentos e acções de reabilitação do existente, (previsto na “política de cidades” ou no PNPT) que sendo positivo poderá não ser argumento suficiente para evitar novas urbanizações, sobretudo de actividades menos compatíveis com as preocupações de harmonização ou que não podem competir com os preços do solo das áreas mais densas.

c) O objectivo de viabilização e valorização da Estrutura Ecológica (EE) que reforça as permeabilidades do solo e a valorização dos sistemas bio-físicos ou aquíferos, sem impôr só por si restrições absolutas (ao incluir RAN, REN e outras servidões, essas sim non-aedificandi), é outro tipo de indicação macro/mezzo realmente estratégica desde que:

c1) as delimitações da EE sejam transversais e coerentes entre municípios contíguos e sigam as orientações “macro” dos PROT;

c2) o PROT ajude as administrações locais e os agentes particulares a entender o alcance dos seus requisitos;

c3) seja visível a convicção do Estado e suas tutelas em implantar no terreno os previstos planos de bacia, costeiros, agrícolas e florestais;

c4) sejam tidos em conta os processos de avaliação ambiental exigidos, incluindo a compatibilização com a EE dos projectos rodoviários, ferroviários, portuários, logísticos e outros não dependentes dos municípios e previstos ou não no PROT.

d) Os critérios morfo-tipológicos do edificado a regulamentar nos PDM também não parecem de fácil formulação regulamentar ao nível macro/mezzo do PROT. Assim, há que ter presente as dificuldades metodológicas de estabelecimento de limites ou metas sobre:

d1) os cenários de crescimento de nova construção que são cada vez menos determinadas pelas projecções demográficas – com maior indeterminação nas zonas de emigração, atracção turística, segundas residências, população estudantil ou iniciativas

produtivas/tecnológicas – desaconselham a fixação de “tectos de crescimento”, mesmo ao nível municipal;

d2) as recomendações de dimensões de lotes, índices de ocupação, densidades, etc., que cabem, na medida do possível ou conveniente, aos PDMs, tendo em conta naturalmente os critérios qualitativos anteriores; poderão recomendar-se alguns padrões de referência como expressão “pedagógica” de boas práticas, para as situações mais comuns ou mais problemáticas que ocorram na área ou sub-áreas regionais como referência para o planeamento local;

d3) as opções tipo-morfológicas do mercado ou dos espaços públicos têm, em geral, origem nos processos e capacidade dos promotores, no seu acesso a terrenos compatíveis e na sua visão das expectativas das procuras; factores que não são pelas mesmas razões antecipáveis num PROT.

B. Esquemas de Coerência Territorial (ECT)

Preâmbulo

- A. A regulação do crescimento em extensão dos aglomerados urbanos, formando coalescências ou conurbações de âmbito supra-municipal, exige a consensualização de uma estratégia suficientemente estabilizada para orientar as políticas urbanísticas, tendo em conta os principais conflitos e potencialidades entre a edificação, as infra-estruturas e os valores ambientais e paisagísticos.
- B. A extensão e a complexidade das conurbações, exige uma maior articulação entre âmbitos territoriais e sectoriais e respectivas tutelas, tendo em conta, nomeadamente:
- a consolidação de estruturas urbanas axiais (correspondente ao padrão da estrada-rua) e/ou em mosaico, fora das principais aglomerações. A diversidade e intensidade das funções de comércio e serviços que se localizam ao longo destes eixos, introduz uma lógica de polarização completamente diversa da tradicional aglomeração funcional em lugares centrais/centros urbanos;
 - o impacto de zonas e parques industriais, plataformas logísticas, grandes superfícies comerciais e outras mega-estruturas cuja presença se torna problemática pelo elevada carga urbanística, pela solicitação das infra-estruturas, e pela produção de mobilidade;
 - o elevado grau de sectorialização (tutela própria, regulação, prioridades, etc.) de muitas das políticas de elevado impacto territorial como seja a rede viária arterial (PNR, 2000), a rede ferroviária, as plataformas logísticas, as redes energéticas, etc.
 - a instabilidade ligada a projectos de carácter excepcional e que recorrem a contextos de regulação também excepcionais (caso dos PIN);
 - a necessidade de articular territorialmente a política ambiental ao nível supra-municipal, garantindo a coerência inter-municipal entre as grandes linhas da Estrutura Ecológica Municipal e sua relação com a REN e RAN, a Rede Natura, e a articulação com os Planos Especiais (Planos da Orla Costeira, Planos de Bacia, Planos de Albufeira, Planos Regionais de Ordenamento Florestal), Planos Regionais de Ordenamento e outros planos, políticas ou programas de iniciativa pública.
- C. Finalmente, é também evidente a desadequação dos actuais Instrumentos de Gestão do Território ao nível supra-municipal. O Esquema de Coerência Territorial pode enquadrar-se na figura dos Planos Intermunicipais de Ordenamento e destina-se também a formalizar e a estabilizar politicamente os consensos inter-municipais e destes com o Estado Central.

Assim:

1. O Esquema da Coerência Territorial (ECT) é um Instrumento de natureza estratégica que fixa, ao nível de um município ou associação de municípios, as orientações gerais de organização do espaço.

O ECT é enquadrado por uma reflexão prospectiva a médio e longo prazo, assinalando as temáticas sectoriais e territoriais que são consideradas mais importantes para a estruturação supra-municipal de uma aglomeração urbana de dimensão assinalável, e que exigem um grau elevado de coordenação/concertação inter-municipal e inter-sectorial, permitindo garantir a articulação e a coerência inter-sectorial e territorial da estratégia e dos objectivos preconizados (coerência interna).

O ECT é também um documento de estratégia contendo orientações gerais para enquadrar os PMOTs e outros Planos Intermunicipais ou programas e projectos de iniciativa sectorial relevante nos municípios de abrangência do PE, (coerência externa), aos quais podem ser:

- . de iniciativa inter-municipal ou de iniciativa municipal com peso relevante na aglomeração urbana;
- . de iniciativa das CCDRs e Planos Operacionais Regionais;
- . de iniciativa de autoridades públicas com peso relevante na área nomeadamente no capítulo das infra-estruturas de mobilidade e logística (Autoridade Metropolitana de Transportes, Empresas e serviços de transporte colectivo, Metro, porto, aeroporto, REFER, RAVE, EP, SCUTs,...);
- . de iniciativa privada e com elevados impactes metropolitanos (projectos que implicam o reforço ou afirmação de novas polaridades funcionais, concentração da procura e oferta de mobilidade, infra-estruturas de intermodalidade, elevada susceptibilidade ambiental),

O ECT poderá, ainda, garantir a coerência geral com o conjunto de políticas e planos públicos que envolvem a área de incidência do ECT como por exemplo os:

- . POC,
- . Plano de Bacia,
- . Portugal Logístico,
- . Política de Habitação, etc.

2. O ECT dirige-se, sobretudo, às grandes questões que decorrem da extensão territorial da urbanização, dos problemas de mobilidade de pessoas e bens, da presença de grandes equipamentos e infra-estruturas, da intensidade de uso e da degradação dos recursos ambientais e paisagísticos, do défice de articulação entre tutelas territoriais e sectoriais, enfatizando:

- o tipo de conflitos entre estruturas e dinâmicas de escala regional/nacional (macro), e os âmbitos locais (micro) onde mais se fazem sentir esses conflitos;
- a necessidade de ultrapassar o défice de coordenação territorial/urbanística entre tutelas sectoriais-nacionais;
- o desempenho da estrutura arterial viária e dos sistemas de mobilidade, e a sua ligação com as infraestruturas e áreas de concentração de actividades da fileira logística e industrial;
- os padrões de concentração/aglomeração de equipamentos e actividades fortemente polarizadoras e geradores de procura de mobilidade (origens/destinos; modos distintos de transporte de bens, pessoas e informação);
- a coerência da estrutura ecológica metropolitana e a sua articulação com a Estrutura Ecológica Municipal e os sistemas de água e saneamento, bem como a articulação com os planos, projectos e acções locais com elevado impacte nas qualidades biofísicas do território e na biodiversidade (regeneração, qualificação, reposição de ecossistemas, corredores ecológicos, litoral e frentes ribeirinhas, sistemas de parques urbanos, etc.).

3. O ECT tem como prioridade a articulação territorial entre as políticas sectoriais de grande escala territorial (com impacte supra-municipal), e com fortes impactes no uso do solo e na dinâmica de estruturação da aglomeração urbana;
4. O ECT pode ser da iniciativa de uma Associação de Municípios ou ser sugerido pelo Governo ou pela CCDR. Para garantir o desenvolvimento, a coordenação e a operacionalidade do ECT, deve-se constituir um Conselho de Coordenação que fará o acompanhamento do ECT e organizará a consulta e a participação públicas. Este Conselho será formado por instituições públicas e privadas de interesse relevante na aglomeração urbana (...).
5. O ECT pode propor acções e projectos pontuais em lugares determinados, cuja escolha deriva do potencial elevado de estruturação que esses lugares detêm no conjunto da aglomeração urbana a que o ECT respeita. Este critério aplica-se, por exemplo, a grandes edifícios ou zonas industriais obsoletas, a localizações onde já existe ou está previsto um nó da rede viária arterial; a novas áreas (ou expansões) de localização de actividades empresariais (todos estes exemplos se referem às denominadas “novas centralidades”); a projectos-piloto de qualificação de Corredores Ecológicos, etc.
6. Conteúdos do Esquema de Coerência Territorial
 - Relatório de enquadramento que apresenta um diagnóstico das dinâmicas do território e das principais questões urbanísticas e ambientais;

- Um documento de estratégia que exprime os grandes desígnios do modelo de desenvolvimento futuro;
- Um relatório de adequação com os IGTs existentes no território;
- Um documento de orientações gerais acerca da operacionalização desses desígnios;
- Documentação gráfica de apoio aos diversos relatórios;
- Relatórios temáticos sobre os temas de maior relevância designadamente: transportes e mobilidade; infra-estruturas; zonas de concentração de actividades; logística; grandes projectos de serviços e de equipamentos; estrutura ecológica da aglomeração.

C. Normas

A normativa referente ao Povoamento e Ordenamento do território será formulada no PROT como um conjunto de recomendações genéricas para a elaboração dos PMOT, QREN e Políticas de Cidades, a desenvolver pelos Municípios, Associações Municipais e outras entidades de âmbito regional.

Organizam-se a partir dos critérios comuns à região, atrás comentados, aplicáveis às situações territoriais com suficiente homogeneidade para os seus efeitos. Estes critérios justificam as recomendações que se seguem.

Esses critérios comuns serão mais facilmente compreensíveis e operacionais quando enquadrados em contextos territoriais que melhor definem os intervenientes do modelo de urbanização e uso do solo instalado, quer as escalas imateriais pertinentes onde a intervenção se revela mais prioritária.

De acordo com o relatório de caracterização as prioridades para a elaboração dos «Esquemas de Coerência Territorial» seriam:

- . o Sistema Urbano de Aveiro;
- . o Sistema Urbano de Coimbra - Figueira da Foz;
- . o Sistema Urbano de Leiria - Marinha Grande
- . o Sistema Urbano de Viseu.

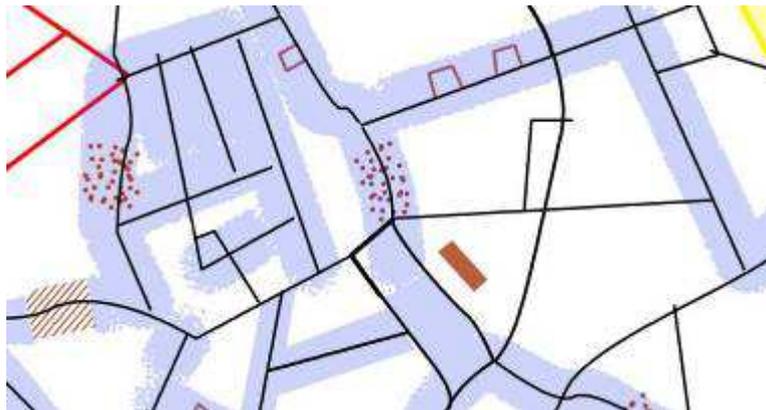
1. Contenção dos Perímetros – economia de solo urbanizável

Este princípio decorre da necessidade de evitar a predação do solo e estruturar imagens e identidades, traduzido-se nas seguintes directivas específicas:

1.1. Discriminar positivamente a densificação das áreas urbanizadas

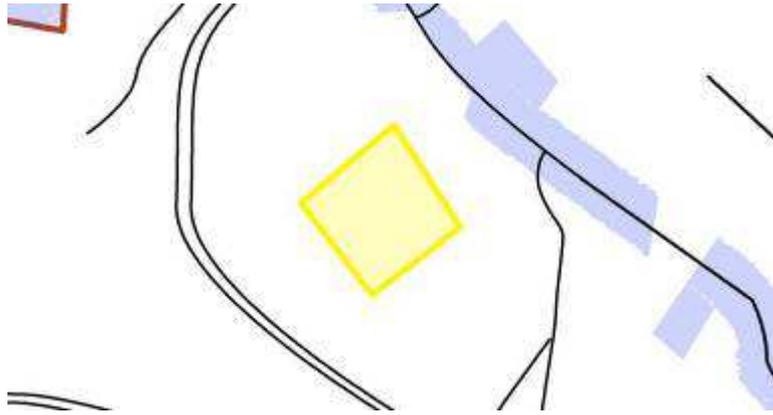
Os municípios devem considerar prioritária a contenção da área urbana encorajando o preenchimento das áreas já urbanizadas através da colmatção de vazios intersticiais, da conservação e rentabilização das infraestruturas existentes e incentivando a densificação razoável das áreas urbanas, evitando, sempre que possível, novas expansões isoladas.

O recurso à expansão dos tecidos existentes só deve ser considerado quando este for fundamental à qualificação e funcionamento urbanos ou se verifique como necessário à oferta de solo urbanizável, quer por força da procura verificada, quer por razões de retracção do mercado de solos (oferta sobreaquecida por entesouramento, etc).



1.2. Penalizar, com inclusão de externalidades, as urbanizações sem suporte de infraestrutura

As infraestruturas das novas expansões urbanas deverão ser custeadas directa ou indirectamente pelos respectivos promotores excepto em situações claramente justificadas pela lógica e objectivos da colectividade e pelas características do povoamento. Estas excepções podem ocorrer em áreas de baixa densidade para as quais deverão ser explicitados standards de infraestruturização adequados que não terão necessariamente a mesma qualidade ou performance das áreas urbanas. As expansões deverão ser programadas de acordo com o estipulado em PMOT, designadamente no âmbito das UOPGs, em função de políticas urbanas específicas.



1.3. Exigir quotas de custos controlados para habitação e cedências para equipamentos

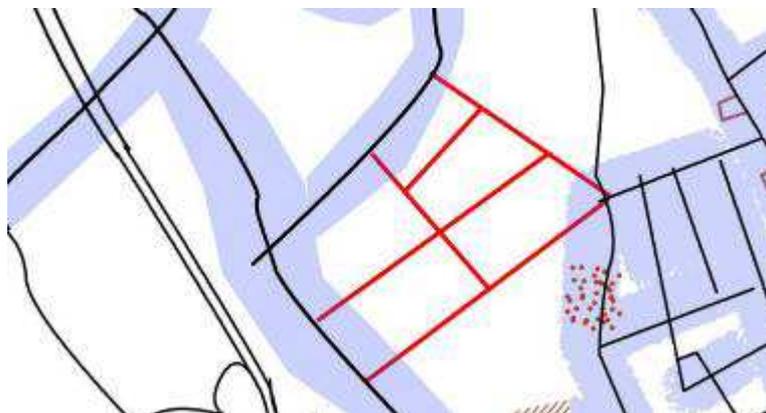
Sempre que a situação socio-económica ou urbana o justifique, devem ser exigidas quotas de habitação a custos controlados nas promoções de dimensão apreciável, como forma de atenuar as carências habitacionais observadas sem obrigar à concentração de habitação social.

As cedências para equipamentos e áreas verdes legalmente previstas deverão ser escrupulosamente definidas no licenciamento, admitindo-se que o cumprimento dessas exigências por parte dos operadores privados possa ser feita em terreno separado, em obras locais ou numerário, de acordo com as intenções e políticas camarárias, previamente estabelecidas.

1.4. Promover a infraestruturização em rede

As intervenções urbanísticas de uma certa dimensão e que visem a expansão de um aglomerado deverão estruturar-se em rede, por forma a garantir uma maior interconectividade do relacionamento entre os vários sectores de “cidade” e fortalecer a ligação com os nós e as infraestruturas principais existentes.

Os novos arruamentos devem apresentar um traçado que permita a adequação do cadastro existente à solução urbanística, e devem garantir, sempre, ligação entre dois ou mais arruamentos existentes.



1.5 Regular e qualificar a urbanização difusa de baixa densidade

Os padrões de urbanização difusa estão normalmente diluídos em vários critérios de zonamento e de regulamento (construção em áreas rurais, extensões de aglomerados, urbano de baixa densidade, urbano extensivo, etc.), necessitando de uma clarificação sobre o contexto e extensão que os caracteriza (p.e. estruturas lineares sobre o viário capilar existente; rede de pequenas aglomerações em contexto de baixa densidade; até à simples pulverização construtiva sem outra estrutura aparente).

Em áreas mono-residenciais com forte mistura com o parcelário agrícola deverão ser evitadas densificações com cargas urbanas excessivas para o nível de infraestruturação existente. O licenciamento deve procurar manter os traços paisagísticos existentes e a relação entre a habitação e a exploração agrícola/hortícola. Os critérios de impermeabilização, de manutenção e reforço do coberto vegetal (arborização, pomares, jardins, hortas), bem como os movimentos de terras, devem constituir matéria de apreciação exigente no processo de licenciamento. São de incentivar todas as soluções de aproveitamento de águas pluviais, nascentes, regadios tradicionais, etc., no sentido de diminuir os gastos exclusivamente dependentes da rede pública de água.

2. Contiguidades – infraestrutura-guia; coesão tipo-morfológica; efeito de densificação e urbanidade

Estreitar a interrelação entre a infraestrutura e a edificação, a colmatação e a gestão morfológica de sectores urbanos.

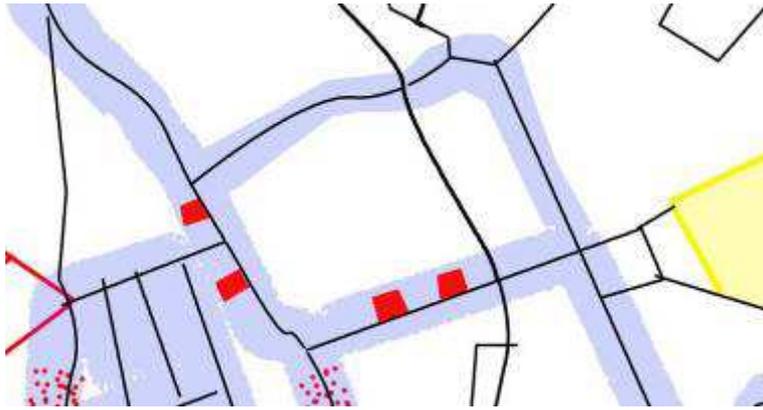
2.1. Definir os traçados de suporte à edificação

Os PMOTs devem definir os traçados das vias existentes ou propostas que possam vir a suportar a construção, distinguindo vias habilitantes ou não para esse efeito, porque é a partir destas infraestruturas que se define a morfologia do território e a forma “urbana”. Efectivamente, os PMOTs devem garantir a definição dos traçados e das formas de ocupação do espaço urbano a partir de desenhos-tipo exemplificativos.

2.2. Discriminar positivamente a reabilitação do edificado e a ocupação dos vazios existentes

Deverá ser encorajada a reabilitação ou construção de edifícios em espaços servidos pelos arruamentos existentes, de preferência com acesso a transportes colectivos, o que permitirá rentabilizar esse património e dar coerência à imagem urbana.

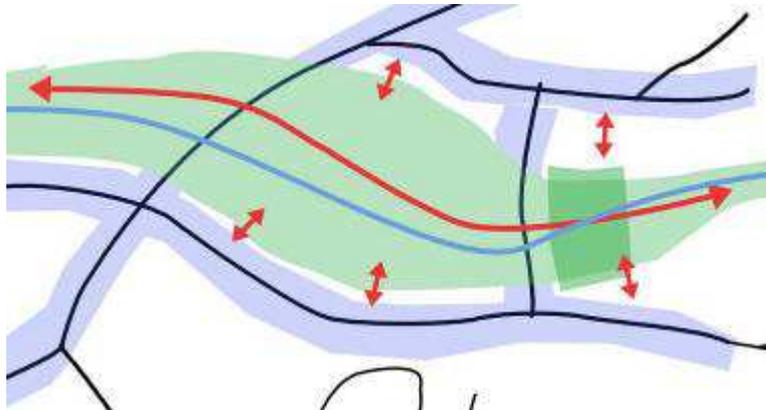
Os municípios deverão privilegiar nos seus programas e negociações institucionais a consolidação e qualificação dos tecidos urbanos incluindo o preenchimento de espaços livres com capacidade construtiva em áreas a consolidar.



2.3. Qualificar o Sistema de Espaços Colectivos

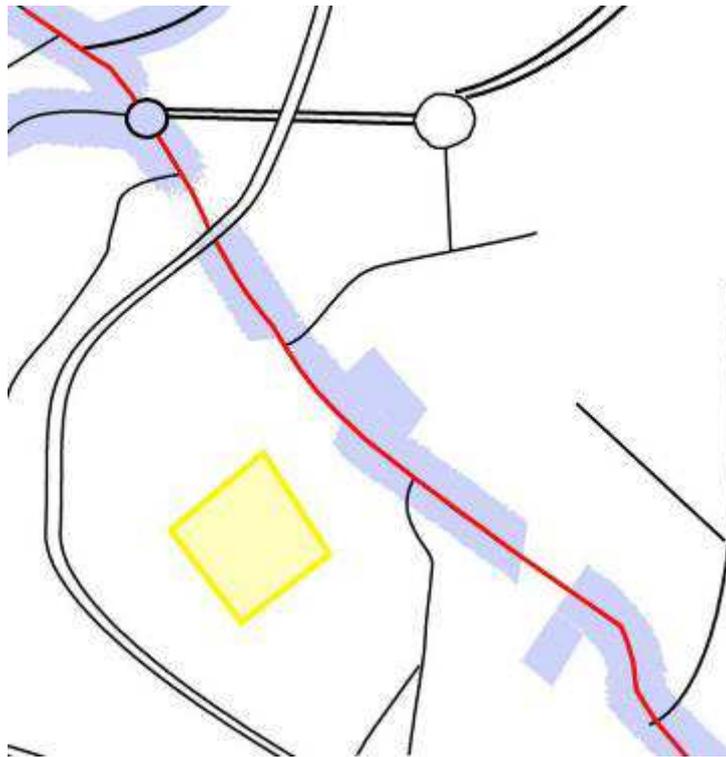
A qualificação e a infraestruturização do Sistema de Espaços Colectivos assumem uma importância fundamental na estruturação do espaço urbano e, em especial, nas áreas com elevados défices de legibilidade e de funcionalidade. Deve-se contribuir para a melhoria das vias, passeios, estacionamento e arborização.

Fora do urbano mais consolidado, sobretudo nas áreas de urbanização extensiva, a estruturação do Sistemas de Espaços Colectivos deve integrar valores ambientais, paisagísticos e culturais próprios do contexto, nomeadamente os traços fundamentais da paisagem rural original (materiais, texturas, escalas, ...).



2.4. Requalificar a estrada/rua

As estradas ao longo das quais se foram fixando edificação e actividades, constituem um património particularmente relevante, pelo que se considera que os municípios deverão promover a intervenção nestas estruturas, recuperando ou alterando a sua função e imagem, ou seja, redesenhando-as por forma a conferir-lhes maior segurança, conforto e urbanidade. As prioridades devem ser claramente justificadas pelos níveis de congestão, disfuncionalidade e conflito acumulado.



2.5. Evitar a produção casuística e descoordenada de espaço de uso colectivo

Os espaços públicos propostos deverão, pela sua concepção, ser de fácil manutenção e ter uma identidade própria, evitando espaços sobrantes, ambíguos, degradados ou abandonados.

As áreas correspondentes aos espaços públicos municipais, destinadas a espaços “verdes” de utilização colectiva, devem apresentar continuidade, ter acesso directo a partir de outros espaços ou vias públicas, em função do contexto urbano específico de cada aglomeração, combinando o desenho com o contexto biofísico e paisagístico (ver Estrutura Ecológica Municipal).

2.6. Promover o recurso à normativa morfológica de preferência à paramétrica

Recomenda-se que a normativa urbanística se baseie preferencialmente em critérios morfológicos (RGEU, Alinhamentos, Cérceas, Tipologias, etc), mais inteligíveis e eficazes na definição da imagem urbana do que a habitual redução a índices de usos de solo por lote ou zona.

As condições de edificabilidade deverão ser definidas através da adequada relação entre edifícios e destes com o espaço público confrontante.

3. As polaridades urbanas e peri-urbanas devem reforçar condensações de actividades e emprego

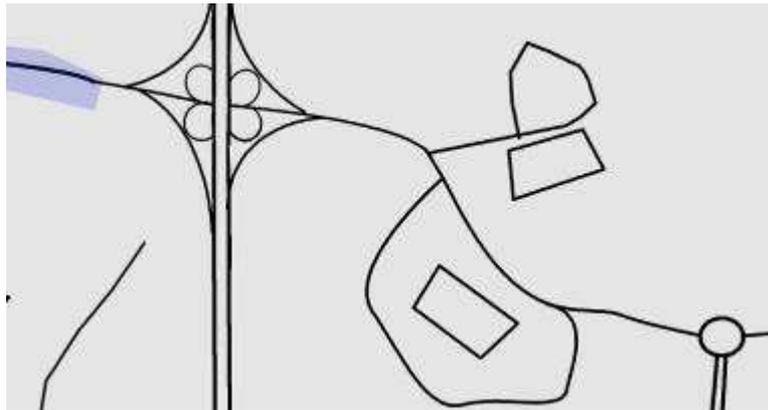
Estruturar o território urbanizado com nódulos que, além de influenciarem o perfil económico, se constituam como pontos de referência, contribuindo ainda para o reforço da identidade local.

3.1. Discriminar positivamente a mistura de actividades

Promover o “mix” funcional na cidade consolidada, nas novas expansões, e em especial, nas polaridades emergentes espontâneas ou previstas em PMOT.

3.2 Encorajar a densificação urbana em nós ou eixos de transporte colectivo

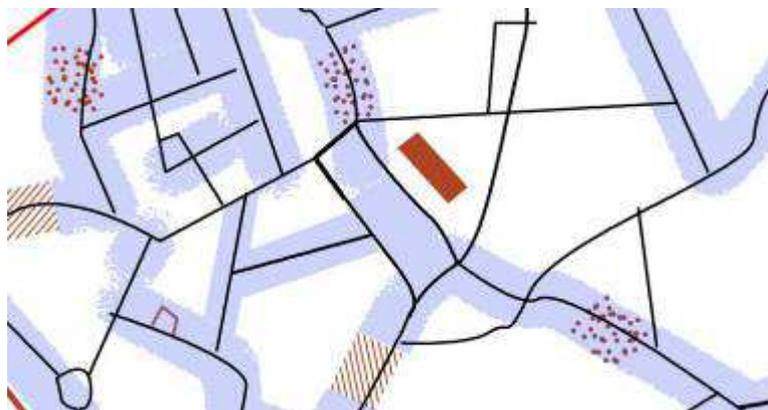
Deverão ser privilegiadas as densificações localizadas em zonas de forte acessibilidade, designadamente em locais ou percursos servidos por transportes públicos e com possibilidades de facilitar a intermodalidade.



3.3 Potenciar a atractividade dos centros, reunindo equipamentos colectivos e serviços

As centralidades existentes ou propostas em PMOT, deverão ser fortemente reforçadas e qualificadas, beneficiando o seu espaço público, concentrando equipamentos estruturantes e localizando actividades (lazer, restauração, etc) que promovam a atractividade urbana.

A instalação de equipamentos e infraestruturas de interesse público e colectivo deve ser definida, em sede de PMOT ou no decurso da gestão urbana, tendo em consideração o seu carácter estruturante no ordenamento do espaço urbano e na importância que detém para o reforço das centralidades.



3.4 Compatibilizar usos em áreas de baixa densidade

Os usos não residenciais devem ser cuidadosamente analisados na perspectiva de despistar e anular conflitos com a habitação (produção de gases tóxicos, ruído, estacionamento e movimentação de

cargas e de veículos pesados, etc.) através da utilização de critérios que permitam detectar e evitar os danos eventualmente provocados por essas actividades.

No caso da industrialização difusa que convive com a residência, a qualificação da urbanização de baixa densidade deve garantir a diminuição de conflito referente ao uso e capacidade da infraestrutura instalada e os valores ambientais salientados pela EE.

4. Mobilidades – potenciação de redes e nós, intermodalidade

A importância da rede viária como suporte de mobilidade e da imagem urbana e a questão da hierarquização viária, dos transportes e da intermodalidade.

4.1. Dar prioridade à rede viária de hierarquia intermédia.

Valorizar a importância das vias de hierarquia intermédia que asseguram a conexão entre a rede local e a arterial e que contribuem para a coerência e funcionamento da rede viária, para a estruturação do território e dinamização das polaridades urbanas, atendendo, nomeadamente, a estratégias e coerências de nível supra-municipal.

4.2. Privilegiar os transportes colectivos.

Dar prioridade aos transportes colectivos urbanos e interurbanos racionalizando o seu funcionamento e promovendo a qualificação urbana do espaço de circulação dos transportes com recurso a soluções proporcionadas às necessidades da mobilidade e aos princípios da contenção e polarização do sistema que servem.

A rede viária e de transportes deve ser ordenada e hierarquizada de acordo com uma estratégia territorial alargada que visa dotar os diversos modos de transporte de espaços de funcionamento mas, também, responder com eficácia à estrutura definida para o território, nomeadamente aos núcleos catalisadores de desenvolvimento.

4.3 Compatibilizar os sistemas de mobilidade com a ocupação urbana.

O ordenamento das componentes locais dos sistemas de circulação e mobilidade deve ser coerente com as previsões de edificação e usos admitidos, tendo em conta a viabilização de equilíbrios urbanos duráveis.

Aquando da criação de infraestruturas viárias de alta prestação, como alternativa aos sistemas de deslocação existentes, deve ter-se presente o efeito previsível relacionado com o aparecimento de novas áreas de expansão urbana.

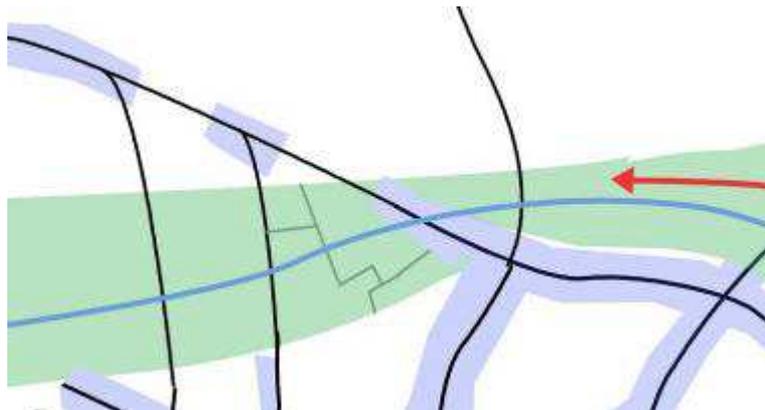
5. Estrutura ecológica, unidades de paisagem, áreas de reabilitação Valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas através da sua relação sistémica.

A Estrutura Ecológica como reguladora, a vários níveis, dos usos dos territórios dispersos. A necessidade de coerência transversal entre municípios contíguos.

5.1. Assegurar a coordenação das estruturas ecológicas municipais

É essencial, para os efeitos pretendidos, articular e assegurar a continuidade das estruturas ecológicas municipais, numa perspectiva territorial mais vasta que abranja as homogenias e continuidades paisagísticas e que consagre os corredores ecológicos existentes ou potenciais. A esta intenção deve corresponder também a compatibilização e coerência dos critérios regulamentares previstos pelos diversos municípios.

A Estrutura Ecológica Municipal deverá integrar, para além das diferentes categorias de espaços com potencial biofísico, espaços privados (jardins, logradouros, quintas, etc), ou de uso colectivo (praças ou ruas com conjuntos vegetais relevantes, áreas de equipamentos) que possam estabelecer ligações pertinentes.



5.2. Especificar na regulamentação e gestão corrente dos PMOTs exigências de permeabilidade do solo

A regulação da impermeabilização dos solos é essencial considerando-se necessária a determinação nos diversos PMOTs das permeabilidades mínimas exigíveis.

5.3 Exigir o cumprimento das avaliações ambientais de novos empreendimentos privados e públicos

Sempre que legalmente se justifique ou que a área objecto de uma intervenção o exija, deverá ser garantida a avaliação ambiental dos novos empreendimentos com impacto territorial. Nas situações de grande promiscuidade entre a construção e o parcelário agrícola, entre actividade agrícola e outros usos, deve-se avaliar a importância biofísica e paisagística dos usos agrícolas no âmbito da Estrutura Ecológica.

5.4 Preconizar no âmbito dos PMOTs áreas de protecção ambiental activas

Os PMOTs deverão definir políticas activas de protecção e de intervenção nas zonas ambientais mais relevantes (florestas, parques, vales, margens costeiras ou fluviais, linhas de água e aquíferos).

Dada a elevada importância e fortes pressões sobre o recurso água, dever-se-ão estabelecer elevados níveis de exigência no desempenho e coerência entre os sistemas de saneamento, captação de água, tratamento e rejeição de efluentes líquidos, quer para as águas superficiais, quer para as subterrâneas.

A avaliação da qualidade da água ao longo da rede hidrográfica deverá informar as prioridades imediatas de intervenção sobre qualificação de rios e ribeiras, margens e galerias ripícolas.

6. Povoamento – aproximar as ofertas das procuras no desenvolvimento urbano

A habitação como uso dominante na cidade existente e emergente, as políticas urbanas e o alojamento com especial atenção às procuras de menores rendimentos.

6.1. Compatibilizar a política de habitação com as previsões do mercado de habitação

É essencial definir uma política realista de habitação baseada no conhecimento da procura e oferta, tendo em consideração a sua crescente diferenciação, o reabilitado e o novo, o realojamento, a segunda habitação, o turismo residencial, e os utentes de carácter temporário (os emigrantes, os estudantes e os hipermóveis, etc). Deverão ser criados dispositivos que informem os promotores acerca das necessidades reais do mercado de habitação local.

6.2. Dar atenção especial à procura local menos solvente em relação ao mercado

Deverá ser dada atenção especial à procura local menos solvente em relação ao mercado, recorrendo a soluções menos utilizadas tais como quotas de habitação social no licenciamento de urbanizações ou o encorajamento da reabilitação do parque existente.

6.3. Reabilitar áreas urbanas desqualificadas

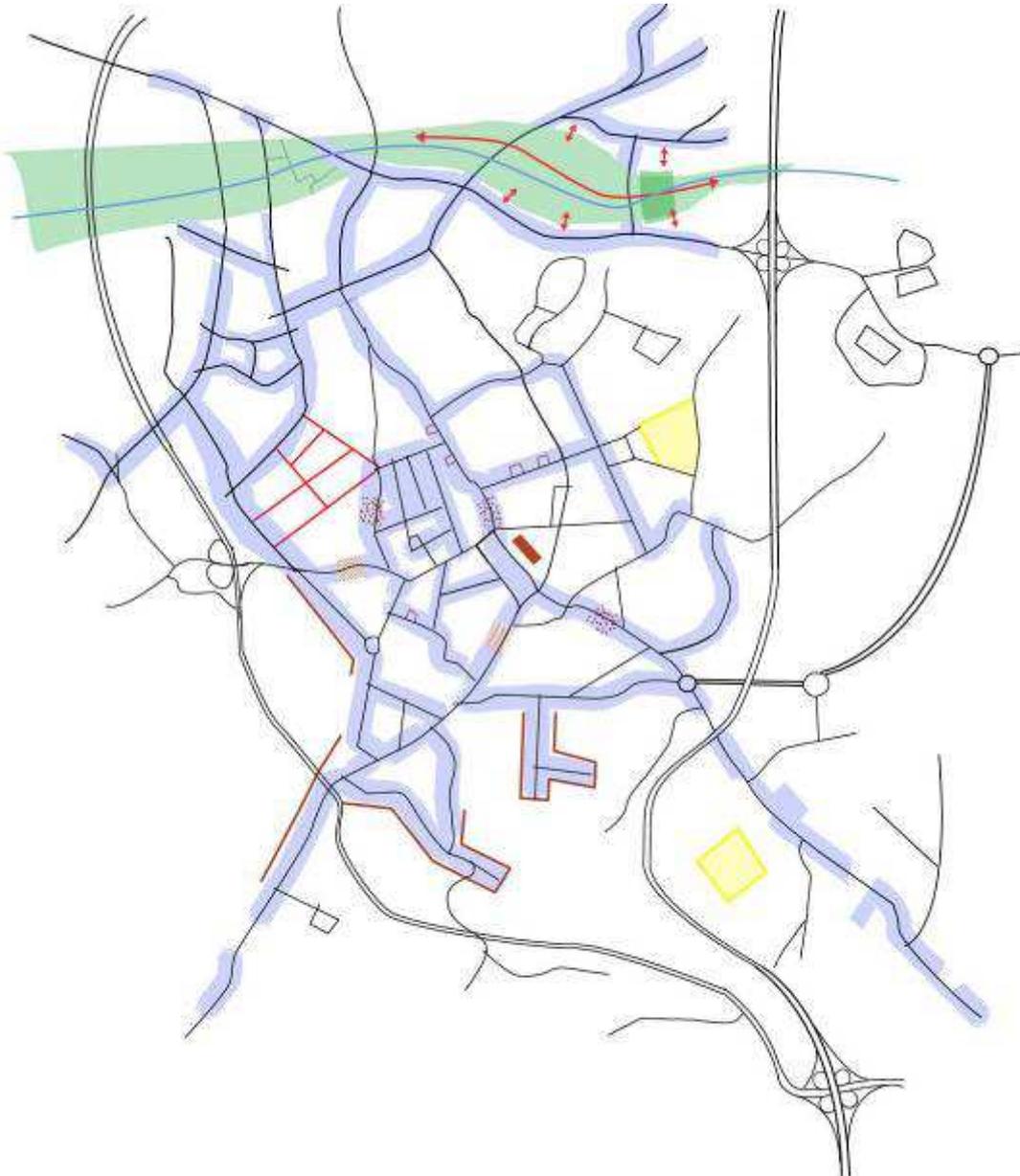
Estabelecer instrumentos que promovam a reabilitação dos tecidos urbanos existentes, incentivando acções de requalificação que contribuam para a melhoria das condições de vida de determinados sectores da cidade designadamente de bairros sociais mais degradados.

6.4. Integrar novos conjuntos para menores rendimentos nas áreas já urbanizadas

Promover a fixação da população de menores rendimentos em áreas urbanas consolidadas, preferencialmente em edifícios preexistentes, garantindo uma boa acessibilidade aos serviços de educação e saúde e espaços colectivos qualificados.

6.5. Utilizar unidades de execução para dinamizar o mercado de solos

Dinamizar o mercado de solos utilizando Unidades de Execução realistas e bem programadas que promovam equitativamente a execução de infraestruturas e espaços livres e que permitam a negociação de quotas de habitação de custos controlados, tendo em vista uma maior probabilidade de alargamento da procura e a integração da diversidade social – idades, rendimentos, culturas.



D. Nota explicativa sobre a regulação nos PROT

1. *A legislação dos PMOTs consagrou uma dicotomia radical dos tipos de solo: urbano e rural, determinando para o “urbano” além do perímetro genérico, a atribuição de funções dominantes e a sua intensidade. (índices de ocupação ou densidades)*

A questão que se põe é a de encontrar – no âmbito do PROT, estratégico e indicativo – as formas de comunicar as intenções territoriais (funcionais, patrimoniais e ecologicamente sustentáveis) que possam orientar as decisões a jusante sem no entanto se lhes substituir (literalmente).

Intenções essas que serão tanto mais respeitáveis ou legitimadas quanto expressem decisões “macro” de alta probabilidade, evidentemente determinantes das “cargas” de actividades, dos equilíbrios supra-municipais a atingir, das tendências recomendáveis aos municípios e suas redes de serviços e aos mercados em presença ou expectáveis. Sendo este o “racional” que nos deve orientar, haverá que encontrar os veículos formais que sejam convincentes sem serem unilateralmente determinantes.

2. *Posto este desafio – que se espera seja suficientemente consensual – haverá que definir as “balizas” dessa comunicação top-down, se necessário juntando algumas simulações de conteúdos em causa e das formas que os exprimam por forma a minimizar os erros de interpretação.*

A solução ideal seria apenas exprimir as intenções regionais ou nacionais, fundamentadas nas capacidades infraestruturais; na continuidade dos sistemas ecológicos ou áreas de risco; nas economias de equipamentos supra-municipais; nas actividades económicas privilegiadas positivamente pelo Estado pelos seus efeitos de competitividade e/ou coesão territorial.

Recorde-se que, entretanto, o Estado já define, à parte, servidões administrativas importantes (reservas nacionais, áreas sujeitas a PEOT, Rede Natura, Parques Nacionais, áreas portuárias, bacias hidrográficas, perímetros florestais,...) que têm gerado frequentes conflitualidades casuísticas em boa parte por não terem sido objecto de actualização atempada nem de medidas positivas de melhor aproveitamento dos terrenos (é mais fácil proibir do que fazer funcionar ou valorizar o que se proibiu).

3. *O modo tradicional de limitar os chamados usos do solo repousa na definição dos perímetros (da área urbana à zona e ao lote) e na aparente objectividade (e agora equidade) dos índices de intensidade e especialização funcional dos usos edificados. Prática que é difícil de evitar em planos*

locais de uso do solo mas que não pode ser transferida, mimeticamente, para documentos como o presente, que se não destinam à regulação da execução directa.

Conviria, por esta razão, que ao nível macro do PROT – com muito maior incerteza em face das políticas sectoriais – não se repetisse a mesma lógica reguladora da eficácia jurídica perante terceiros. A via alternativa para o relacionamento nacional/regional (PROT) vs. local (PMOT) é a de apontar critérios de política a seguir em vez de normas juridicamente determinantes, procurando que esses critérios sejam não só convincentes, mas também discriminantes – positiva ou negativamente conforme as razões invocadas pelos municípios – para a sua aceitação ou eventual recusa da visão do interesse mais geral que o PROT veicula.

Sabe-se que o caminho mais fácil para a Administração Central seria esse da conformidade (seguindo a similitude aparente das normas e perímetros nas diferentes escalas), princípio, aliás, que a própria legislação adopta com frequência, senão para indeferir, pelo menos para protelar pretensões que se consideram impróprias. Mas, neste caso, a representação não deve confundir-se com a de natureza operativa nem as normas correspondentes poderão ser de natureza paramétrica (índices, densidades, etc.).

Neste nível de intervenção procurou-se antes a conciliação da natureza indicativa da estratégia territorial com a exigência de eficácia na orientação dos actores a jusante das disposições ou orientações, mais ou menos sectoriais, que dão sentido à estratégia adoptada na elaboração do PROT.

Não devendo ou podendo impor, uma regulamentação de tipo convencional haverá que convencer os destinatários de que as orientações supra-municipais são as necessárias e suficientes para que a implementação posterior tenha os resultados esperados. Devendo ter-se sempre presente que a legitimidade da sua imposição no PROT assenta e está limitada pela transversalidade dos objectivos, materiais ou imateriais, que cabem a um programa regional.

A regulação dos PROT, em consequência, deverá ser:

- *multi-escalar e multi-objectivos;*
- *formulada como “directiva” ou indicativa e não regulamentar ou coerciva*
- *ter preocupações de “fomento” e não só de “polícia” dos usos do solo.*